



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

122^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.
13 de Julho de 2016.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Bom
2 dia amigos e amigas, membros do CONAMA. É uma grande alegria, um imenso
3 prazer poder estar aqui na manhã de hoje. Eu tenho profundo respeito pelo
4 CONAMA, conheço o seu trabalho, eu sei dos imensos serviços prestados a
5 causa socioambiental e por isso pela sua concepção, pela sua formatura o
6 CONAMA é um dos órgãos mais importantes que reputo do país e, portanto na
7 minha gestão terá da parte do Ministério do Meio Ambiente a consideração e o
8 respeito que um órgão dessa importância merece. Esta Reunião Plenária estava
9 inicialmente agendada para junho, mas foi necessário seu adiamento para que o
10 Governo Federal estivesse devidamente representado. A transição, porque
11 estamos passando, tem seu ritmo por vezes mais lentos, do que desejaríamos,
12 mas é preciso compreender a delicadeza da situação política que contraindica
13 açosamentos. Na abertura dessa 122ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional
14 do Meio Ambiente, eu quero destacar, como já disse, a enorme importância do
15 colegiado e a responsabilidade igualmente grande atribuída a seus membros. O
16 CONAMA é um Fórum estratégico para implementação da Política Nacional do
17 Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Meio Ambiente, é um dos poucos
18 conselhos com caráter técnico em que a sociedade está representada; seus
19 Conselheiros têm reconhecida qualificação técnica e atuação na área ambiental, o
20 que legitima suas deliberações. Eu assumi o Ministério com a determinação de
21 manter e aprofundar as políticas, as ações e os compromissos ambientais em
22 vigor corrigindo alguns rumos e realizando os aprimoramentos, e ajustes
23 necessários. Eu tenho buscado a conciliação entre os setores da sociedade, tarefa
24 precípua deste Conselho. Para avançar com a política ambiental será preciso que
25 cada lado ceda um pouco, assim com decisões consensuais não atingiremos o
26 ideal de ninguém, mas atenderemos de forma positiva a todos. No entanto, já
27 disse algumas vezes e mais uma vez repito: o entendimento chega ao seu limite
28 quando não respeita ao meio ambiente e não partilharei de retrocessos. Uma das
29 principais questões sobre a qual temos nos debruçado neste início de gestão e
30 que tem sido objeto de muito trabalho por parte do CONAMA é do licenciamento
31 ambiental. Há diversos projetos de lei no Congresso que tratam do licenciamento,
32 muitos deles propondo a extinção de etapas, outros fazendo perigosas isenções
33 de atividades, o que comprometeria seriamente o papel deste importante
34 instrumento. Compreendemos, diante desse quadro, ser necessária uma lei geral
35 do licenciamento ambiental. Temos trabalhado na elaboração de um projeto de lei
36 que tem por finalidade desburocratizar e dar mais agilidade ao licenciamento
37 ambiental, algo necessário e urgente; temos ouvido diversos órgãos do Governo
38 Federal, Ministério Público, entidades da Sociedade Civil e do Setor Produtivo
39 para que a proposição agregue o maior consenso possível, já que nesse tema a
40 unanimidade é impossível. No CONAMA existe atualmente um conjunto de
41 propostas de resoluções em tramitação voltadas a proteção da fauna silvestre;
42 atualização dos padrões de qualidade do ar; a gestão de resíduos e relativas ao
43 licenciamento ambiental; várias delas propõem novas resoluções e outras são
44 atualizações de normas em função da legislação vigente. Com relação ao
45 licenciamento, as propostas de Resolução deverão ter continuidade,
46 evidentemente no contexto do novo marco regulatório que está em construção
47 pelo Ministério e ainda há pouco estava falando com a Presidente do IBAMA, Dra.

48 Suely, para que o CONAMA evidentemente seja ouvido nessa elaboração, o que
49 já era a sua intenção, ainda essa semana me parece ouvir setores aqui do
50 CONAMA que estavam tratando deste tema. As demais matérias deverão
51 continuar sendo debatidas tecnicamente nas diferentes instâncias do Conselho,
52 conforme determina seu Regimento Interno para deliberação final em Plenária. No
53 tocante aos compromissos do Brasil frente a convenção quatro das Nações
54 Unidas para mudança do clima, a tendência de aumento da ocorrência de eventos
55 climáticos extremos coloca o tema na agenda ambiental de modo estratégico e
56 urgente. O Ministério deverá atuar na busca para implementação, o quanto antes,
57 das medidas previstas na contribuição nacional do Brasil, visando a redução das
58 emissões brasileiras de modo a garantir que os níveis de emissão fiquem no
59 patamar dos compromissos, ou se possível abaixo disso. Eu quero dar um informe
60 que ontem à noite a Câmara dos Deputados aprovou a ratificação do acordo de
61 Paris, tinha sido um esforço da frente parlamentar ambientalista, das entidades da
62 Sociedade Civil, da SOS Mata Atlântica, WWF, enfim, essas principais foram as
63 que assumiram mais a bandeira e agora passando na Câmara, nós temos a nova
64 etapa do Senado, provavelmente com o recesso que vai vir aí, nós vamos ficar
65 para começo de agosto, mas de qualquer maneira frente ao histórico de demora
66 para que se faça a ratificação de acordos, ainda mais acordos de cunho
67 socioambiental, esse foi um grande avanço e uma grande sinalização de que na
68 realidade, embora o Congresso tenha nesses últimos tempos tido uma
69 representação muito conservadora na área socioambiental, ele também está
70 sensível a questão do clima que está batendo na porta de todos nós. A
71 participação da sociedade como um todo, incluindo Estados e aqui quero saudar
72 os Secretários Estaduais de Meio Ambiente, pedir até desculpas, ontem eu ia
73 visitá-los na reunião que sempre fazem as vésperas da reunião do CONAMA, mas
74 infelizmente por compromisso até com uma agenda internacional, Banco Mundial,
75 Unesco, eu não pude ir lá visitá-los, mas de qualquer maneira eu tinha dito para o
76 presidente que essa visita iria ser muito rápida e não é a visita que quero, e não é
77 o encontro que quero fazer, nós vamos fazer esse encontro demoradamente para
78 discutir, não vai ser só o discurso do Ministro e depois o Ministro vai embora, e
79 não ouve nada do que está sendo falado, vai ser principalmente ouvir e falar muito
80 pouco, e fazer uma parceria que acho muito importante; assim como também os
81 secretários municipais aqui presentes também, nós temos esse compromisso de
82 nos reunirmos também, lógico que pelas circunstâncias ainda da transição e da
83 provisoriedade, nós ainda estamos dando os primeiros passos, mas nós vamos,
84 se tudo correr bem, vamos continuar esse fortalecimento institucional dessa
85 parceria entre União, Estados e Municípios. Na implementação dessas medidas é
86 fundamental para o alcance das metas estabelecidas e o CONAMA é um espaço
87 para que esse debate aconteça, é fundamental que o IBAMA nos dê a sua
88 colaboração. O Secretário de Mudanças Climáticas, Everton Lucero, que está aqui
89 presente irá fazer uma apresentação sobre o acordo de Paris e os compromissos
90 brasileiros. Os bons resultados alcançados pelo país na redução das emissões de
91 gases de efeito estufa estão fortemente relacionados as ações de combate ao
92 desmatamento, em especial na Amazônia, deparamos nesse início de gestão com
93 a situação de aumento do registro de área desmatadas, o que constituiu grande

94 preocupação juntamente com as queimadas que se prenunciam intensas este
95 ano. Nós ainda vamos também fazer uma reunião com os Secretários de Meio
96 Ambiente da Amazônia para conversarmos um pouco sobre as queimadas, sobre
97 a seca, sobre a possibilidade real de nós termos os maiores incêndios da
98 Amazônia da história. Então, esse é um problema do Brasil, mas que nós vamos
99 precisar muito da colaboração dos Estados e vai precisar muito dessa parceria; a
100 sociedade também tem que estar muito atenta a essa possibilidade. Esse
101 problema está sendo tratado, como acabei de dizer, como emergencial e nossos
102 dirigentes estão empenhados na mobilização de recursos humanos e financeiros
103 para o seu enfrentamento. As ações de monitoramento da cobertura florestal e de
104 combate ao desmatamento deverão ser incrementados em todos os biomas; até o
105 final deste ano deverá ser estabelecido o nível de referência para redução das
106 emissões por desmatamento no cerrado ampliando de maneira efetiva o combate
107 ao desmatamento no território nacional. Outro importante instrumento de gestão
108 ambiental e implementação, e que irá contribuir para com as ações de redução
109 das áreas desmatadas é o Cadastro Ambiental Rural, o CAR, apesar dos graves
110 entraves na validação, o que estamos tomando providências a esse respeito, o
111 CAR hoje já está acima de 90% da área passível de cadastramento, é lógico que
112 nós vamos fazer o aperfeiçoamento, vamos fazer com que o Cadastro Ambiental
113 Rural sirva realmente para aquilo que ele está na lei, um instrumento para a
114 recuperação ambiental, para o correto uso do nosso bem comum, mas é lógico
115 que nós precisamos ajustar com os estados, precisamos fazer com que essa
116 validação tenha meios tecnológicos de serem mais ágeis e a partir daí eu acho
117 que nós vamos ter um cadastro exemplo no mundo todo, e tenho absoluta certeza
118 que vai servir também para que nós possamos cumprir as nossas metas de Paris,
119 e possa antecipar até o cumprimento delas. Com relação ao SNUC, o Ministério
120 está atuando junto aos Estados e aos Municípios na implantação das suas
121 Unidades de Conservação, por meio de ações de capacitação e disponibilização
122 de instrumentos para elaboração de planos de manejo. Considerando que o Brasil
123 possui hoje cerca de 1,5 milhões de quilômetros quadrados de área protegida por
124 Unidade de Conservação, pretendemos juntamente com o ICMBio ampliar a área
125 protegida com a criação de novas unidades, e a ampliação daquelas já existentes
126 como é o caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que terá sua área
127 ampliada em três vezes passando de 65 mil hectares para 241 mil hectares. No
128 tocante, as Unidades de Conservação, o CONAMA tem como uma de suas
129 principais competências o acompanhamento da implementação do SNUC.
130 Aproveito esse assunto para lembrar aqui o Almirante Ibsen de Gusmão,
131 Câmara, figura fundamental na história das Unidades de Conservação no Brasil,
132 membro do CONAMA por mais de dez anos, falecido em 2014; o Almirante teve
133 recentemente seu nome dado há um pico da Estação Ecológica Juréia por
134 Decreto do Governador de São Paulo, uma homenagem merecida e que estou
135 certo o alegraria. A Gestão de Recursos Hídricos é o tema prioritário para o
136 Ministério do Meio Ambiente, trata-se de uma questão transversal, pois perpassa a
137 área ambiental e as agendas setoriais como agricultura, energia, indústria, gestão
138 de cidades e outras nesses dois meses à frente da pasta, temos dado especial,
139 atenção a duas bacias hidrográficas que se encontram em situação crítica a do

140 Rio Doce e do São Francisco. Em minha primeira ação como Ministro, eu visitei a
141 Bacia do Rio Doce palco do maior desastre ambiental da história desse país, quis
142 dessa forma sinalizar que a nova gestão não iria abrir mão do rigoroso
143 cumprimento da legislação, e que nossas ações teriam que servir como referência
144 para que os crimes socioambientais como esse não se repitam nunca mais. A
145 Samarco deverá adotar com muita urgência todas as medidas necessárias para
146 contensão da lama que ainda vaza, de modo a garantir a proteção das pessoas
147 que habitam na região e permitir a recuperação da bacia e da biodiversidade
148 impactada pela tragédia. A empresa, porém, não tem atendido as exigências do
149 Conselho Interfederativo capitaneado de forma firme e ponderada pelo IBAMA,
150 nós estamos levando adiante as medidas legais cabíveis e usando todos os
151 nossos recursos para a proteção socioambiental da bacia do Rio Doce. A situação
152 é grave e a participação da sociedade é necessária para o seu enfrentamento. A
153 partir dessa tragédia também nós conseguimos sensibilizar na Câmara para que a
154 lei que regulamenta a mineração, o código de mineração para que ele tivesse um
155 outro tipo de escopo, até então, essa proposta o relatório que tinha sido
156 apresentado era um relatório que visava apenas garantir atividade mineraria e a
157 partir dessa tragédia nós conseguimos fazer com que o relatório passasse a ter
158 preocupações socioambientais, principalmente com as comunidades diretas e
159 indiretamente atingidas pela atividade. Então, esse substitutivo foi muito discutido
160 e teve a participação de muitas entidades da Sociedade Civil, dos atingidos, teve a
161 participação também dos governos dos estados em menor grau, e também o
162 Ministério do Meio Ambiente e a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da
163 Câmara também tiveram um papel muito importante na confecção dessa proposta;
164 e a proposta está praticamente pronta para ser relatada em plenário, mas agora
165 com essa confusão da Câmara, a partir de hoje provavelmente, vai se saber quem
166 é o presidente e não se sabe ainda se vai ser mantido o relator atual, se vai ser
167 escolhido novo relator e aí novamente se começa uma nova luta para que esse
168 relatório seja um relatório contemporâneo, atual e moderno como é o que está lá
169 proposto. Estava prevista a realização de um Seminário para discussão do
170 acidente nessa Plenária, entretanto devido às mudanças que ocorreram no
171 Governo, iremos propor uma nova data para sua realização. Traremos ao
172 Conselho todas as informações atualizadas para que o debate seja o mais
173 proveitoso possível. Em relação ao Rio São Francisco, estamos atuando em duas
174 frentes: com a ANA, estamos atentos ao combate e aos efeitos da seca intensa
175 que tem castigado a região aprimorando a gestão das águas, junto com outros
176 Ministérios preparamos o fortalecimento das ações de revitalização, além das
177 medidas de engenharia muito necessária serão tomadas providências para
178 construção de uma infraestrutura verde com resultados menos imediatos, porém
179 mais sólidos, como uma recuperação de nascentes e áreas degradadas, e a
180 recomposição da cobertura vegetal. Finalizo senhoras e senhores, primeiro
181 pedindo desculpas pelo discurso muito longo e cansativo, afirmando que temos
182 em nossas mãos o principal espaço de debate e implementação da política
183 ambiental, a convenção do clima, a convenção da biodiversidade, a convenção da
184 desertificação e os recursos genéticos, padrões de qualidade, o monitoramento e
185 tantos outros temas fundamentais para garantir a sociedade brasileira seu direito

186 constitucional ao meio ambiente equilibrado formam nosso vasto universo de
187 trabalho; sua importância é crucial para o futuro do Brasil e tenho certeza que nós
188 estaremos a altura dessa responsabilidade. Desejo a todos uma reunião
189 interessante e produtiva. Muito bom dia. (*Palmas!*). Bem, eu passo a palavra agora
190 à coordenadora Ana Dolabella para fazer a apresentação de novos Conselheiros.

191

192

193 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA) – Obrigada.**
194 Bom dia a todos. Então, eu vou falar os nomes e pedir que quem esteja, por favor,
195 levante a mão ou sinalize. Então, Volney Zanardi Junior da Agência Nacional de
196 Águas, bem-vindo; Milena Souto Medeiros da Casa Civil da Presidência da
197 República, eu acho que não está; Tenente-coronel Luciano Fontana Lima,
198 Comando da Aeronáutica; Tenente-coronel Josirley Brito de Sousa, também do
199 Comando; Capitão-de-Corveta Itamar da Silva dos Santos do Comando da
200 Marinha, bem-vindo; Coronel Fernando Ramiro Teixeira Monteiro de Castro,
201 Comando do Exército, também não; da Casa Militar, que foi extinta e reconstituída
202 o Gabinete de Segurança Institucional, continuam os três Conselheiros, Daiene
203 Santos, Herícia Hida e Eliana Nicolini, eu não sei se tem algum dos três presentes;
204 do IBAMA, Suely Araújo, presidente bem-vinda, Jacimara Guerra Machado, bem-
205 vinda Jacimara, e Marisa Zerbetto; do ICMBio, Rômulo Mello e Paulo Henrique
206 Carneiro; Ministério das Ciências e Tecnologia, Ricardo Belfort, bem-vindo;
207 Ministério da Educação, Paulo Gabriel Nacif e Cláudia Pereira Dutra; Ministério da
208 Fazenda, Ana Luiza Champloni, Edson Rodrigo Neto, bem-vindo; Ministério da
209 Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Gustavo Silva, Demétrio Filho, bem-vindo
210 Demétrio, e Juliana Lima; Ministério da Integração, Marcus Aurelius Veras, bem-
211 vindo, e Jonathas Castro; Ministério da Justiça e Cidadania, Rodrigo Mercadante,
212 bem-vindo; Ministério das Relações Exteriores, Mário Mottin, Felipe Rocha;
213 Ministério de Minas e Energia, Christina Vasconcelos; Ministério do Esporte, José
214 Aquino; Ministério do Planejamento, Rodolfo Oliveira, Fabiano Silva e Márcia
215 Quadrado; Ministério do Trabalho, Felipe Pateo e Regilane Silva; Ministério da
216 Transparência, Fiscalização e Controle, Ricardo Ribeiro, bem-vindo, Larissa
217 Medeiros e Maíra Lima. Os governos estaduais: Governo do Espírito Santo,
218 Aladim Cerqueira, André Carvalho, bem-vinda; Governo do Goiás, Rogério Rocha,
219 bem-vindo; Mato Grosso, André Baby, Mauren Lazzaretti e Carlos Henrique Kato;
220 Mato Grosso do Sul, Pedro Mendes Neto; Minas Gerais, Governo de Minas
221 Gerais, Jairo Isaac, Germano Vieira, Zuleika Torquetti, bem-vinda Zuleika;
222 Governo do Pará, Ronaldo Jorge da Silva Lima, bem-vindo; Roraima, Sadi de
223 Oliveira, bem-vindo; Tocantins, Herbert Barros. Governos municipais:
224 Confederação Nacional dos Municípios, Liciane Peixoto, bem-vinda; Frente
225 Nacional de Prefeitos, Gilmar Pessuti, bem-vindo; Sociedade Civil, Fundação
226 Ecotrópica, Luiz Antônio Solino Carvalho. É isso. Obrigada.

227

228

229 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –** Muito
230 bem, dando sequência, então, aqui a agenda. Agora, nós vamos submeter a

231 aprovação da transcrição *ipsis verbis* da 121ª Reunião Ordinária de 16 de março
232 de 2016. Também passo a palavra a Ana Dolabella.

233

234

235 **A SRª. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA)** – Com relação à
236 ata que está disponível no site do CONAMA, pergunta se todos concordam, se
237 alguém tem alguma objeção para que seja aprovada? Acho que está aprovada,
238 então.

239

240

241 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Então,
242 vamos formalizar só aqueles que foram a favor permaneçam como se encontra.
243 Aprovado. Vamos passar ao item 4, tribuna livre, eu também não sei como essa
244 tribuna livre se realiza, mas... (*Risos*). Eu quero antes registrar aqui que aqui está
245 presente nessa Mesa toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente, a equipe de
246 comando do Ministério, não é? Está a Secretaria de Desenvolvimento Rural,
247 Sustentável, Juliana Simões; está o Secretário de Mudanças do Clima, Ewerton
248 Lucero; está o Secretário de Biodiversidade, José Pedro; está o Secretário de
249 Articulação Institucional, Edson Duarte; está a Presidente do IBAMA, Suely; está o
250 Secretário Executivo Marcelo Cruz; está o Secretário de Recursos Hídricos,
251 Ricardo Soavinski; e está o Presidente do ICMBio, Rômulo Mello; e está o
252 Deusdará também do Serviço Florestal. Então, dito isso, vamos começar a tribuna.

253

254

255 **A SRª. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA)** – Bom, nós
256 temos nove inscritos. Então, posso chamar o primeiro? Fidelis da Argonautas.

257

258

259 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Sr. Presidente,
260 senhores Conselheiros. Sr. Presidente, eu gostaria de pedir licença para saudar a
261 Mesa e o Plenário saudando a presença dessas três mulheres que estão
262 compondo a Mesa e dizer que esse é um momento da sua volta, do seu retorno à
263 Presidência do CONAMA, é um momento auspiciosos para nós, porque temos
264 conhecimento já do período anterior da sua passagem no Ministério da sua
265 postura dialógica e aberta ao franco diálogo e a conversa com os diferentes
266 setores da sociedade. Uma pena que tenha acontecido nessas circunstâncias, eu
267 não posso deixar de registrar aqui a nossa contrariedade com essa quebra da
268 institucionalidade que ocorreu no Congresso Nacional, e o nosso desejo de que se
269 respeite o voto dos milhões de brasileiros que elegeram a presidenta Dilma, a
270 Presidente da República desse país. Mas a sua volta também é auspiciosa,
271 porque nos abre a possibilidade para algo que estava bloqueado anteriormente,
272 que é de conversar sobre essas alterações que estão sendo propostas na Agenda
273 Ambiental, especialmente nas normas de licenciamento e em outros
274 encaminhamentos de políticas públicas ambientais, a participação da Sociedade
275 Civil, o diálogo entre diferentes setores é fundamental para uma política pública
276 eficaz, e como você mesmo disse que pretende estabelecer um diálogo entre os

277 diferentes setores onde ninguém saia do ponto ideal daquilo que defende, também
278 acho importante registrar a necessidade de termos um compromisso com a
279 segurança ambiental, com a defesa do meio ambiente equilibrado, com o
280 rompimento com essa visão que nós infelizmente temos desenvolvido ainda aqui
281 no CONAMA, que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente, de encarar o meio
282 ambiente como mero recurso natural, como mero objeto disponível para qualquer
283 que seja a finalidade seja econômica, seja política, seja técnica, essa visão
284 instrumental do meio ambiente precisa ser rompida, especialmente entre nós que
285 temos a responsabilidade de aprovarmos aqui as normas de qualidade ambiental.
286 A sociedade brasileira espera de nós um tipo de postura melhor, a sociedade
287 brasileira espera que nós sejamos os guardiões de fato do meio ambiente e não
288 que sejamos instrumentos para a monetarização, para a tecnificação, para uma
289 normatização que não leva em consideração esses aspectos necessários para
290 responder a crise. Nós vamos para Paris, participamos de acordos internacionais,
291 falamos da necessidade de mudança de postura, mas na prática implementamos
292 ações que reproduzem o velho paradigma da instrumentalização do meio
293 ambiente. Eu gostaria de concluir a minha fala ressaltando que a incapacidade da
294 gestão do Ministério do Meio Ambiente para o diálogo nos levou a tomar uma
295 postura radical ultimamente, que foi-nos retirarmos do Grupo de Trabalho que
296 estava discutindo as mudanças nas normas ambientais, e nós esperamos uma
297 mudança de postura dessa equipe nova, é o desejo que nós temos, é a esperança
298 que nós temos; nós esperamos de fato que haja essa abertura para o diálogo para
299 que não tenhamos que ter outras atitudes radicais, para que não sejamos visto
300 aqueles dentro do CONAMA, que são os ambientalistas, na verdade, todos nós do
301 CONAMA deveríamos ser vistos e encarados como ambientalistas, afinal essa é a
302 missão do CONAMA. Então, seria desnecessário que houvesse dentro do
303 CONAMA uma bancada ambientalista, até um paradoxo, isso é um contrassenso.
304 Então, saudando o seu retorno, eu gostaria de registrar essa expectativa e de
305 registrar também o pedido formal que nós fizemos antes do início desta reunião do
306 apoio do Ministério do Meio Ambiente e da sua equipe, nós tivemos uma boa
307 conversa com o Secretário Edson Duarte, nós queremos agradecer a presença
308 dele na reunião das entidades ambientalistas ontem e esperamos o apoio para a
309 realização do Encontro Nacional das entidades ambientalistas do Encontro
310 Nacional de Colegiados Ambientais que foi uma ação que fortaleceu o SISNAMA,
311 nós todos aqui temos esse compromisso claro com o fortalecimento do SISNAMA
312 e não se fortalece o SISNAMA sem se fortalecer os colegiados ambientais
313 municipais, estaduais; sem fortalecer os órgãos ambientais locais, nós precisamos
314 perder esse medo e essa noção de que as coisas têm que ser decididas em
315 Brasília, resolvidas em Brasília; essa noção que atrofia o federalismo brasileiro e
316 precisamos acreditar que sim, que é possível apostando na capacitação, na
317 qualificação do fortalecimento da Sociedade Civil Local, que é possível sim
318 implementar uma política pública ambiental de fato eficaz naquilo que nós
319 desejamos e queremos, e que a Política Nacional de Meio Ambiente nos aponta.
320 Muito obrigado e sucesso na sua estadia. (*Palmas!*).

321
322

323 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA)** – Lisiane,
324 Instituto Mira-Serra.

325
326

327 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia a todos, em especial
328 a nova equipe, que nós temos muita esperança que também se renova as nossas
329 forças em manter o ritmo dentro dessa casa, e a minha fala é bem breve, e é uma
330 constante dentro do CONAMA, que é o pedido de implementação efetiva do
331 Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica. O Ministro acabou de falar sobre
332 o desmatamento com ênfase na Amazônia, mas nós temos o segundo bioma mais
333 ameaçado do planeta, que é a Mata Atlântica, e esse fundo foi instituído na lei em
334 2006, então faz muito tempo, e nós não temos até hoje essa possibilidade de
335 acessar o fundo, porque não existe de fato. Então, os planos de Mata Atlântica,
336 que é a nossa entidade e outras entidades trabalham nos planos municipais de
337 Mata Atlântica, carece desse instrumento de acesso ao recurso, claro que não é
338 só ele, mas pensando no previsto na lei, nós pedimos novamente uma atenção
339 imediata para a implementação do Fundo de Restauração do Bioma Mata
340 Atlântica. Por enquanto, é só esse o meu pedido, que é uma tônica na minha fala.
341 Obrigada. *(Palmas!)*.

342
343

344 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA)** – Bocuhy da
345 Sodemap.

346
347

348 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – Senhor Ministro,
349 senhores Conselheiros, eu gostaria de parabenizá-lo pela assunção do Ministério
350 do Meio Ambiente e o que nós esperamos é que o Ministério do Meio Ambiente
351 retome o protagonismo que deve ter frente as grandes questões da política
352 nacional. Nós vimos o Ministério do Meio Ambiente, que entrou tarde na discussão
353 do código florestal, não teve protagonismo naquela ocasião e o que nós
354 esperamos é que o senhor traga para o Ministério do Meio Ambiente esse papel
355 fundamental, que é o papel da visão ambiental dentro desse conglomerado de
356 Ministérios, ou seja, é a capacidade de implementação do setorial de meio
357 ambiente na Política Ambiental Brasileira. A primeira questão que eu queria
358 colocar, a temática, é sobre a questão do licenciamento ambiental, essa é a
359 grande preocupação do momento, nós entendemos que o licenciamento ambiental
360 para a Sociedade Civil é um instrumento mais caro, mais importante que nós
361 temos, porque através do licenciamento ambiental é onde nós podemos interagir
362 no processo de gestão ambiental brasileira; o movimento ambiental tem esse
363 instrumento, o Ministério Público tem esse instrumento; o planejamento é uma
364 prerrogativa do Governo, é uma questão discricionária e aí o que nos resta é
365 trabalhar na ponta do processo para fazer valer um filtro eficiente voltado a
366 sustentabilidade, é pouco, é pouca a possibilidade de atuação do ponto de vista
367 estratégico, mas é o que nós temos, é o que nos resta. E aí gostaria de chamar
368 atenção senhor Ministro, para a questão das propostas de licenciamento

369 ambiental, é preciso que o licenciamento ambiental volte o seu olhar para as
370 regiões metropolitanas, não dá para considerar que o impacto tem que ser, eu
371 diria melhor avaliado as áreas ambientalmente frágeis, como o Pantanal, e regiões
372 como São Paulo, macrometrópole São Paulo, com uma alta morbidade, ela receba
373 um tratamento diferenciado dessas áreas mais frágeis. Então, eu chamo a
374 atenção, não só para a questão, não retrocesso, mas da igualdade de tratamento
375 para as agendas azul, verde e marrom, sobre aquilo que pende no Ministério do
376 Meio Ambiente, no CONAMA senhor Ministro, gostaria de chamar a atenção para
377 uma questão que se não for solucionada será judicializada, é o problema da
378 qualidade do ar, dos padrões de qualidade do ar defasados no Conselho Nacional
379 de Meio Ambiente, e isso nós estamos trabalhando com padrões de 1990, não é?
380 A proposta foi nossa, feita há sete anos e a proposta foi sobrestada para
381 discussão através de um seminário técnico que pudesse dar andamento no
382 processo, e eu faço esse apelo baseado na morbidade que existe hoje na Região
383 Metropolitana de São Paulo de sete mil pessoas por ano, é o maior desastre
384 ambiental do Brasil e no Estado de São Paulo são 17 mil pessoas por ano que
385 morre em função de poluição atmosférica. Então, essa agenda prioritária, essa
386 prioridade senhor Ministro, tem que ser dada ao CONAMA; o CONAMA tem que
387 tratar das questões que são emergenciais. Essa é uma questão que eu diria
388 absolutamente prioritária em função dos impactos que vem gerando a população e
389 aí vem de novo a preocupação com a agenda marrom, nós temos que nos voltar
390 para a agenda marrom, o Brasil tem que se voltar para essa realidade, e sobre a
391 questão dos indicadores ambientais senhor Ministro, nós tivemos uma iniciativa
392 aqui no CONAMA de estabelecer valores e indicadores de qualidade ambiental
393 para regiões metropolitanas. O fato é que quando os municípios fazem os seus
394 planos diretores, quando as metrópoles trabalham planejamento, que é uma
395 questão muito difícil no Brasil, até por conta da fragmentação institucional, nós não
396 temos um indicador através de uma Resolução de quais os indicadores ambientais
397 nós teríamos que trabalhar, essa é uma ferramenta importantíssima e que poderia
398 orientar, inclusive os planos diretores, nós fizemos essa proposta no CONAMA,
399 fizemos dois seminários, um seminário que foi bastante interessante e depois
400 infelizmente essa iniciativa, assim como da qualidade do ar, foi sobrestada pela
401 Ministra. Então, nós ficamos com esses dois pontos pendentes que devemos
402 tocar. Enfim, desejo sucesso nessa difícil empreitada, cumprimento os novos
403 Conselheiros e senhor Ministro crie uma agenda de prioridades, nós precisamos
404 ter essas questões prioritárias com prazo. Obrigado. *(Palmas!)*.

405

406 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA) – Polignano,**
407 Instituto Guaicuy.

408

409

410 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**
411 **Velhas) – Bom, bom dia a todos e a todas. Saúdo o Ministro que está chegando**
412 **com os demais componentes aí da Gestão do Ministério, e também os novos,**
413 **praticamente um CONAMA renovado, porque grande parte aqui são todos novos**
414 **nessa empreitada aqui do CONAMA. Eu queria saudar também e queria reforçar o**

415 que os colegas já falaram a respeito do diálogo da intensidade dessa discussão
416 ambiental e das nossas preocupações que temos a questão do licenciamento
417 ambiental. Reforçar algumas coisas, eu saúdo a sua fala em relação há algumas
418 questões, que eu pessoalmente tenho colocado aqui, a preocupação com a
419 questão da gestão de recursos hídricos, a falta de integração entre licenciamento
420 ambiental e gestão de recursos hídricos; isto é essencial em uma agenda
421 ambiental, em uma agenda de licenciamento. Então, quando falamos da
422 necessidade de integração, nós falamos que o ambiente é feito do todo, e não de
423 separações, e nós conseguimos separar mata, solo, de água e aí deu no que está
424 dando no São Francisco, que é um rio que está morrendo de seca, de sede, de
425 falta de água. Participei de um quórum em Salvador mês passado, tivemos uma
426 reunião do Comitê de São Francisco, sou Presidente do Comitê do Rio das
427 Velhas, em Belo Horizonte; e nessa militância nós temos essa preocupação de
428 que ou fazemos a integração sistêmica do ecossistema, ou nós vamos nos
429 esfacelar nesse processo. Então, essa agenda é fundamental de integração, e
430 saudar também e eu acho que a questão do Rio Doce por ser de Minas, eu quero
431 primeiro mencionar aqui que a falta de protagonismo do Estado e quero colocar
432 também a união nesse evento, eu acho que entregar para a Samarco a
433 administração do dano não diz da compatibilidade dos podres, e aqui quero dizer
434 que a Sociedade Civil junto com o Ministério Público tomou uma iniciativa de
435 propor um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado de Minas mudando o
436 regramento de barragem, coisa que Estado e União não fizeram. Então, estou
437 dizendo que nós temos que ter em relação ao Rio Doce senhor Ministro, um
438 acompanhamento, porque a população, na verdade, continua sendo vítima de um
439 processo e que não está resolvido, ao contrário como bem se diz, a lama continua
440 derramando e derramando sistemicamente. Isso é incompatível com o Estado de
441 Direito. Então, eu quero dizer que essa bancada ambientalista, embora pequena
442 no CONAMA, é incisiva, é competente e coerente na sua luta, e naquilo que
443 tivermos de comum acordo estaremos juntos. Obrigado. *(Palmas!)*

444

445

446 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Eu
447 quero registrar a presença aqui do ex-ministro José Carlos Carvalho, que está
448 aqui presente, então ele merece. *(Palmas!)*

449

450

451 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA)** – Francisco
452 Soares, FURPA.

453

454

455 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos. Eu
456 quero registrar aqui a nossa satisfação de estar trabalhando pela segunda vez
457 com o Ministro Sarney Filho, uma vez que quando ele foi Ministro, nós
458 trabalhamos aqui nesse colegiado e talvez hoje eu seja Ministro, o representante
459 da Sociedade Civil que tenha mais tempo de serviços prestados a esse colegiado.
460 Pois bem Ministro, a satisfação é grande e dizer que nós durante todo esse longo

461 serviço prestado ao CONAMA nunca deixamos de cobrar e nem de propor, já
462 mandamos alguns ofícios para o senhor, eu vou entregar pessoalmente ao COP.
463 Nós estamos propondo em primeira mão de que seja criada uma Comissão, ou
464 um GT para proceder a mudança no Regimento Interno do CONAMA, por quê?
465 Muitos problemas surgiram no país e muitos atores ficaram fora da composição
466 desse colegiado, começando aqui pelo meu. A OAB tão importante na formulação
467 de leis não tem assento nesse colegiado. Então, seria na reformulação a criação
468 da Comissão, que o senhor criaria a Comissão ou GT para reformular o
469 Regimento Interno do CONAMA, e colocar todos que estão fora, que poderiam
470 estar aqui dentro trabalhando ou apresentando sugestão; seria OAB
471 importantíssimo está aqui presente. Um representante do Movimento dos
472 Atingidos por Barragem Ministro, nós vivemos a questão da barragem do fundão,
473 temos agora de Santo Antônio na Amazônia, inclusive que uma defensora foi
474 assassinada e foi encontrado o seu corpo. Então, não tem ninguém representando
475 os atingidos por barragem nesse país todo. Outro seria um representante dos
476 Comitês de Bacias Hidrográficas, por que o Comitê de Bacia Hidrográfica? Porque
477 nós já temos uma proposta em andamento aí senhor Ministro, da União dos dois
478 conselhos, Conselho do Meio Ambiente e Conselho de Recursos Hídricos, eu
479 repito que não dá para separar a floresta da água e nem a água da floresta, sem
480 floresta não tem água, e sem água não tem floresta. Um único Conselho como já
481 foi no passado. O Conselho do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e um
482 representante do Fórum de Defesa da Amazônia, um representante da Rede Mata
483 Atlântica, da Rede Cerrado e de Caatinga. Seriam interessantes esses atores aqui
484 dentro para fortalecer a luta. E a outra, nós temos representantes da Câmara dos
485 Deputados que o senhor já foi presidente da Comissão de Meio Ambiente várias
486 vezes, mas não temos um representante do Senado Federal; o Deputado Átila
487 Lira, que foi o último Presidente da Comissão, ele disse: mas não tem ninguém do
488 Senado; eu digo: vou propor ao Ministro Sarney Filho que seja convidado, incluído
489 nesse Regimento Interno Ministro, um representante da Comissão do Meio
490 Ambiente do Senado Federal, e o representante da Câmara dos Deputados que aí
491 já está presente. Pois bem, na Política de Recursos Hídricos o senhor já falou, nós
492 tínhamos que mexer e criar dentro do Ministério do Meio Ambiente, na Comissão
493 Jurídica com apoio da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA uma
494 proposta de revisão da legislação ambiental, tem muita coisa defasada que
495 precisa se interligar com relação ao Comitê de Bacia, se temos que mexer na
496 Constituição Brasileira e que as águas brasileiras só que banha dois Estados, que
497 é Federal, não, as águas devem ser nacionais para uma integração de bacias
498 hidrográficas, nós temos que atender aquilo que está precisando de água e aquele
499 que está sobrando água, porque nós já tivemos isso na época do Rio Paraíba do
500 Sul, porque o Rio Estadual tem que ter autorização do Governo, do Estado, não, a
501 água é nacional e tem que atingir como ser vivo, faltando água no Rio São
502 Francisco, e onde tiver no Rio Paraíba do Sul se tem água sobrando dá para São
503 Paulo e temos integrar. Outro assunto seria uma matéria que já está correndo aí.
504 O CONAMA em 2007 senhor Ministro, aprovou uma moção pela criação do
505 Parque Nacional da Serra Vermelha no Sul do Piauí, onde tem a presença de três
506 biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, que é essa que o sinal ata da

507 publicação da Mata Atlântica Brasileira, não virou Parque, porque na época o
508 Estado tinha outra prioridade, mas isto foi já uma coisa vencida, o Governo do
509 Estado colocou a disposição da criação da Unidade de Conservação e aqui nós
510 temos a ata da Justiça Federal que uma audiência de conciliação acatou a
511 proposta e nós temos que trazer para o senhor para o senhor determinar ao
512 Instituto Chico Mendes que seja concluído o processo da criação do Parque
513 Nacional da Serra Vermelha, que já está mais de dez anos em tramitação. A outra
514 é um assunto que vem lá do Maranhão; a outra Ministro, é um assunto que vem lá
515 do Maranhão, da Rede Ambiental do Maranhão com relação a ameaça das terras
516 indígenas dos índios caiapós. A situação está muito grave lá, os Conselhos de
517 Gestão Caiapós está sendo ameaçado e o senhor sabe, e está acompanhando, e
518 está buscando as providências, mas o que nós pedimos mais uma vez é mais
519 esforço para evitar que aconteça conflito pior. Então, eu vou entregar para o
520 senhor o documento que recebemos da rede, sei que o senhor já está..., o Edson
521 me falou que o senhor está preocupado com isso e pedir essa providência, e dizer
522 que nós ambientalistas do CONAMA estamos aqui dispostos a contribuir para que
523 a política ambiental, a agenda ambiental do Piauí seja uma realidade. Muito
524 obrigado. *(Palmas!)*.

525

526

527 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA) –** Rogério
528 Menezes, ANAMMA.

529

530

531 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (Anamma Nacional) –** Bom dia a todos
532 e todas. Eu queria cumprimentar o Ministro Zequinha Sarney, desejar a ele e a
533 toda equipe uma profícua gestão, muitos avanços, que nós possamos também
534 resistir aos riscos de retrocesso e que nós possamos com a equipe que está aqui,
535 que quero cumprimentar na pessoa da Presidente do IBAMA, que nós possamos
536 realmente intensificar o diálogo nos órgãos municipais de meio ambiente, nos
537 órgãos estaduais, com a União, com o Ministério do Meio Ambiente, com todas as
538 políticas públicas federais. A Anamma foi prontamente recebida através dessa
539 Diretoria pelo Ministro Zequinha, nós queremos agradecer essa decisão de
540 periodicamente reunir com os secretários, reforçado aqui hoje na sua fala e
541 entregamos uma agenda que já vem sendo tratado com o Ministério em relação
542 que em síntese a agenda é o fortalecimento dos órgãos municipais de meio
543 ambiente, que é a perna manca do tripé do SISNAMA, e que possamos fazer esse
544 fortalecimento através de buscar os mecanismos de financiamento colocando a
545 discussão de TCFA na pauta, que possamos trabalhar a capacitação,
546 principalmente para os pequenos municípios, e que seja feita a distância, porque
547 os secretários e técnicos dos municípios não conseguem ficar se deslocando
548 periodicamente a Brasília, ou onde quer que seja, e que possamos trabalhar
549 articulação na questão federativo, na questão do licenciamento ambiental pós LC-
550 140 entre Estado, Municípios e Governo Federal. Particularmente reavivando a
551 Tripartites e as Tripartites Estaduais, e intensificando esse diálogo para que
possamos avançar. Nós estamos fazendo a nossa parte, nesse mês está tendo

553 uma rodada de encontros regionais, já fizemos a região Sudeste, que foi sediada
554 em Campinas o encontro; fizemos Centro-Oeste, nós estamos indo agora para
555 Rondônia, para Porto Velho, vamos fazer o Encontro da Região Norte; temos
556 Natal na semana que vem, nós vamos fazer o Encontro da Região Nordeste; e
557 vamos fechar em Curitiba no final do mês, 27 e 28, com Encontro de Gestores
558 Municipais de Meio Ambiente da Região Sul. Após isso, nós temos o compromisso
559 de trazer esse material sistematizado para o Ministro, para o Ministério para nós
560 fazermos secretário Edson Duarte, o encontro aí em agosto para nós
561 alinharmos a consulta que está sendo feita com gestores municipais de meio
562 ambiente. Então, eu queria deixar esse registro; agradecer o espaço, início dessa
563 gestão se mostrou muito animador, no sentido do espaço para o diálogo, reuniões
564 periódicas com a Sociedade Civil, reuniões periódicas com gestores municipais de
565 meio ambiente; cumprimentar o Ministro por isso e terminar dizendo que os
566 senhores têm à disposição a Revista Cidades Sustentáveis da Anamma, que
567 chega agora a sua terceira edição que vai circular agora, não é essa, essa é a
568 segunda, a terceira vai circular agora em agosto com a parceria com o IBS, que
569 está aqui presente também e que tem ali na saída todos têm exemplares aí para
570 conhecer o trabalho que está sendo feito, cada edição vai com quatro, cinco, seis
571 municípios relatando boas práticas, que estão sendo realizadas particularmente
572 em questões ligadas ao fortalecimento da gestão ambiental, mudanças climáticas,
573 entre outras. Então, é um veículo de comunicação da Anamma, que vai agora
574 para a sua terceira edição, até o final do ano vamos ter a quarta edição da revista
575 nesta gestão que estamos completando agora um ano de gestão na frente da
576 Anamma. Por último, a pedido, um aparte aqui a pedido do CDP Cities, só para
577 deixar um recado importante do trabalho que está sendo feita pelo CDP, que é
578 parceiro da Anamma, a senhora Camila Curado, que está aqui presente, que eu
579 convido aqui para fazer uma breve fala. Obrigado a todos. Um abraço! Bom
580 trabalho a todos. Parabéns Ministro.

581

582

583 **A SR^a. CAMILA CURADO (CDP City)** – Obrigado Secretário. Bom dia a todos. Eu
584 só gostaria de avisar, bom, em primeiro lugar para quem não conhece o CDP é
585 uma organização sem fins lucrativos que oferece o maior sistema de reporte de
586 mudanças climáticas, tanto para as cidades, quanto para que as empresas
587 possam medir os seus impactos ambientais, e identificar oportunidades de
588 mitigação e preservação. O CDP tem um programa que se chama Programa City,
589 é um programa específico para as cidades, é um programa gratuito, é uma das
590 plataformas oficiais da coalizão Compacto de Prefeitos; o programa está aberto no
591 site www.cdp.net, eu convido a todos a conhecerem o programa e a convidarem
592 as suas cidades a reportarem. Muito obrigada pela oportunidade. Bom dia.
593 *(Palmas!)*.

594

595

596 **O SR. JOÃO BAPTISTA ANDRADE MONSÃ (ADEMASP)** – Bom dia a todos.
597 Cumprimento à Mesa na pessoa do senhor Ministro, nós pedimos para falar a
598 respeito do assunto da Samarco. Desculpe. João Baptista Monsã, vice-presidente

599 da Ademasp e suplente do Dr. Paulo Nogueira Neto aqui no CONAMA. Eu tinha
600 me inscrito para falar a respeito da Samarco que nós abordamos aqui, eu fico
601 satisfeito de que o senhor demonstrou dominar o assunto e está seguramente
602 sobre seu controle. Então, nós fizemos apenas esse registro e apelar para que o
603 Seminário que o senhor anunciou aconteça o mais rápido possível. Só isso.
604 Obrigado. *(Palmas!)*.

605

606

607 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA) –** Tadêu Santos,
608 Sócios da Natureza.

609

610

611 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza) –** Bom dia Ministro. Depois
612 de dez anos do Encontro em Tubarão com o Ministro, eu quero saudar, além da
613 nova equipe ministerial, mesmo que interina, torcendo para que, eu não sou filiado
614 a nenhum partido político, mas que haja essa permanência, porque uma nova
615 mudança poderá causar, não apenas problemas sociais, mas ambientais no país.
616 Saudar os novos Conselheiros que foram mencionados. Meu nome é Tadeu
617 Santos, sou de uma Entidade Ambientalista do Sul de Santa Catarina. Essa
618 entidade do qual os dois documentos que Vossa Excelência recebeu sobre a
619 proposta ENEA, que é o Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas, foi uma
620 solicitação assinada pela ONG Sócios da Natureza, e esperamos que nós,
621 conforme o Marcus falou e o Fidelis, que no segundo semestre esse Encontro, o
622 Ministério promova a oportunidade das ONGs ter uma aproximação e um diálogo
623 maior, o documento já está protocolado. O ENEA não quer apenas aproximar as
624 entidades ambientalistas das regiões de todos os estados. A proposta do ENEA é
625 o diálogo com o Governo. Isso é muito, não preciso eu aqui está dizendo que é
626 muito importante esse diálogo, então. Também Ministro, tem uma outra proposta
627 nossa que foi, como nós fazemos parte do CIPAM, do colegiado, que esse nós
628 recebemos da Diretora Ana Bela uma proposta, eu não sei se foi da técnica de
629 analista ambiental para 2017, do qual o Fidelis também fez o comentário. O
630 segundo ponto é sobre a questão climática. A Região Sul de Santa Catarina tem
631 duas observações importantes, ela tem a maior usina, que é maior que da
632 América Latina, de queima de combustíveis fósseis. O Brasil tem feito um bom
633 trabalho na COP, mas tem omitido essa questão da queima de combustíveis
634 fósseis, tem direcionado apenas a questão da Amazônia; isso não é justo, porque
635 o Sul de Santa Catarina tem carvão, está andando na contramão da história, o Sul
636 do Rio Grande do Sul também tem carvão; e o Pará e o Ceará têm agora carvão
637 importado da China. Então, não tem sentido a matriz energética brasileira permitir a
638 queima mais suja e mais cara de todas para ser uma matriz energética. E por final
639 Ministro, eu entreguei para o senhor aí um trabalho sobre reciclagem, no nosso
640 entender um dos maiores impactos ambientais do país entre desmatamento,
641 poluição do ar é o lixo; o lixo a cada segundo milhares de toneladas são jogadas
642 na natureza, existe uma Lei 12305 que entrou, veio para resolver isso e não está
643 resolvendo. Os prefeitos que tinham que fazer o aterro sanitário pediu a
644 prorrogação de prazo, e vão pedir novamente em 2020. Então, a questão do

645 resíduo sólido, a questão da logística reversa que nós temos insistido um
646 seminário sobre a questão da logística reversa. A questão do lixo não vai acabar
647 tão fácil com a educação ambiental; a educação ambiental é um processo válido,
648 mas ele é demorado, não se muda os corações e mentes das pessoas de uma
649 década para outra, eu nem falo de um ano para outro. Então, é preciso que essa
650 Lei 12305, a logística reversa e assim por diante toda a questão da reciclagem
651 sejam atendida com mais atenção. Eu quero finalizar já que o senhor fez a
652 menção do ex-ministro Carvalho, ele fez aqui um pronunciamento há 4 anos atrás
653 sobre licenciamento ambiental, o Ministro Carvalho está presente? Bom, eu quero
654 parabenizar o Ministro e na época eu pedi inclusive a transcrição, porque foi a
655 melhor fala, o melhor retrato, a melhor radiografia sobre a questão do
656 licenciamento ambiental foi por ele pronunciado aqui nesse ambiente e que sugiro
657 que novamente nessa questão do licenciamento ambiental, ele seja convocado
658 como uma fala de honra. É isso aí. Obrigado. (*Palmas!*).

659

660

661 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA) –** Roberto
662 Laureano do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

663

664

665 **O SR. ROBERTO LAUREANO ROCHA (Movimento Nacional dos Catadores**
666 **de Materiais Recicláveis) –** Senhor Ministro, toda a equipe bom dia. Eu não sei
667 falar tão bonito igual a todo mundo aqui, mas nós vamos prosseguir aqui. Queria
668 cumprimentar aí o Ministro e toda a equipe que está aí, nós gostaríamos, na
669 verdade, que tanto esse colegiado CONAMA, quanto na verdade o Ministério
670 possa prosseguir com essa agenda da Política Nacional de Resíduos Sólidos,
671 como o colega aqui colocou, com ênfase, na verdade, como aqui representando
672 mais de 600 mil catadores no Brasil com a participação desses trabalhadores que
673 estão ainda muitas vezes nos lixões, que ainda hoje existem mais de dois mil e
674 novecentos lixões a céu aberto, com trabalhadores dentro desses lixões
675 precisando se organizar. Também gostaríamos que a pauta dentro da política
676 nacional continuasse no mesmo rumo sem o trabalho, sem a questão da
677 incineração, porque a incineração para nós é uma grande preocupação do ponto
678 de vista da queima desses materiais e a perda disso para os catadores de material
679 reciclável, assim como também como isso é prejudicial a toda a população e
680 gerações futuras. Nós gostaríamos também senhor Ministro, que nós pudéssemos
681 também organizar um pouco mais esse processo da logística reversa do acordo
682 setorial, no qual ele pudesse ser melhor fiscalizado no processo, porque as
683 embalagens estão aí, as empresas hoje existe um acordo setorial em vigor que
684 precisa ser cumprido e é importante, na verdade, que esse processo seja
685 fiscalizado para que os catadores sejam participação nesse processo
686 efetivamente. E por último, nós gostaríamos também de trazer a pauta, na
687 verdade, de desburocratização das atividades dos catadores de materiais
688 recicláveis, que muitas vezes na verdade é vista como uma indústria em alguns
689 locais e, na verdade, o licenciamento acaba sendo tão difícil para as cooperativas
690 de catadores em elas funcionarem e o trabalho delas, na verdade, acabam sendo,

691 na verdade, a limpeza, uma limpeza para a sociedade, uma limpeza para o poder
692 público, uma contribuição para o poder público, uma contribuição para o
693 Município. Então, nós catadores e catadoras de materiais recicláveis gostaríamos
694 de deixar essa pauta aqui senhor Ministro, deixar a pauta aqui que é sensível essa
695 questão nossa dos catadores, nós vimos o senhor lá em São Paulo, em uma
696 atividade lá em São Paulo com relação a logística reversa e gostaríamos aqui de
697 reafirmar esse nosso papel como catadores de materiais recicláveis. Obrigado.
698 *(Palmas!)*.

699

700

701 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Pessoal, nós temos alguns veículos interrompendo
702 a entrada e saída do estacionamento, nós pedimos aos proprietários do veículo
703 HMJ3952, por favor, dê um pulo no estacionamento para retirar o seu veículo.
704 Outro veículo JIV6966; e outro OVN1155, por favor. Obrigado.

705

706

707 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA)** – Obrigada.
708 André Lima, Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal.

709

710

711 **O SR. ANDRÉ LIMA (SEMARH/DF)** – Rapaz, eu não costumo guardar placa de
712 carro não, então se for o meu. *(Risos)*. Bom dia a todos. Bom dia Ministro
713 Zequinha Sarney. É uma alegria está aqui hoje e vendo toda a nova direção desse
714 Ministério, e conheço assim um pouco a trajetória da grande maioria dos que
715 estão aí hoje e que estão à frente da nossa política ambiental, e posso dizer que
716 nós confiamos nesse time. Uma das coisas mais importantes, talvez a mais
717 importante, a mais importante obviamente é a liderança de quem está à frente e o
718 Ministro tem muito mais do que discursos nessa área, nessa matéria, nesse
719 campo; é um batalhador, um lutador socioambiental, mas a equipe é fundamental,
720 não basta um líder, é preciso ter os seus liderados e essa equipe aí realmente.
721 Hoje que caiu a ficha que a nossa presidente era quem é, eu não tinha ainda me
722 atentado. Então, isso me deixou ainda mais feliz saber que a Suely também está à
723 frente do IBAMA, e parabenizar a equipe. Os desafios são muitos, eu não vou me
724 alongar aqui, eu quero destacar e reforçar a importância de nós fazermos uma
725 discussão um pouco mais, eu não digo que nós temos que nos alongar muito não,
726 mas temos que fazer uma discussão mais aprofundada e qualificada a respeito do
727 licenciamento ambiental no âmbito da ABEMA, ou o nosso presidente vai falar
728 aqui, certamente ele vai falar um pouco mais. Nós fizemos a discussão ano
729 passado muito pertinente e temos contribuições a dar. Um segundo tema é o
730 nosso velho e bom código florestal, nós vivemos momentos muito dinâmicos aqui
731 nesse CONAMA nos anos 99 e 2000, inclusive a frente estava o Deusdará aqui no
732 CONAMA; o José Pedro de Oliveira Costa, se não me engano, também estava
733 como Secretário de Biodiversidade e Florestas há época e o Ministro Zequinha.
734 Então, como foi anunciado pela gestão anterior o maior programa ambiental do
735 planeta, que é Cadastro Ambiental Rural, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural
736 e o Programa de Regularização Ambiental, poderá até vir a se tornar de fato o

737 maior Programa Ambiental se dermos uma boa consequência a esse Cadastro
738 Ambiental Rural. Então, a nossa maior preocupação é essa, além de garantir a
739 qualidade desse cadastro ambiental, conferir a ele a utilidade para a qual ele foi
740 criado. Então, esse é um grande desafio, nós temos muitas dificuldades,
741 parabenizando todo o esforço do Ministério e da equipe de construir esse
742 cadastro, mas temos ainda alguns desafios. Então, eu destaco aqui Ministro, um
743 Grupo de Trabalho que foi criado na gestão anterior, nós até falamos no seminário
744 a semana passada que era formado pelos Secretários de Estado, Organizações
745 não Governamentais para acompanhar em tempo real a evolução e poder
746 contribuir, ajustar e aprimorar, porque esse programa só vai ser o que nós dizemos
747 aqui se de fato ele for estratégico para todos. Então, eu quero propor ou a
748 retomada daquele GT, o Deusdará fez uma sugestão de trazer isso para o
749 CONAMA, talvez seja esse o melhor caminho; também saudar a Juliana aqui que
750 é uma alegria ver você aqui conduzindo também a nossa área de desenvolvimento
751 rural e extrativismo, é uma pessoa batalhadora, de qualidade e dedicação. E por
752 fim, destacar um outro desafio, nós estamos aqui resgatando na ABEMA o Fórum
753 de Secretários Estaduais de Meio Ambiente do Cerrado, junto com a Jaqueline,
754 que está aqui também e outros secretários do cerrado. Temos um desafio enorme
755 que é atingir a nossa meta de redução de emissões, eu vi que aqui até o final de
756 ano devemos ter a nossa linha de referência para redução de emissões do
757 Cerrado. Eu tenho provocado a ABEMA a importância de estarmos a frente desse
758 processo articulando os Estados, organizações da sociedade com o Governo
759 Federal e aí o Ministério do Meio Ambiente tem um protagonismo importante e o
760 Ministério da Agricultura também para nós desenharmos uma estratégia nacional
761 de proteção, conservação e uso sustentável do Cerrado a partir do nosso
762 PPCerrado, mas articulando os estados e buscando fazer o que nós fizemos aí,
763 enquanto na época eu trabalhava com o Instituto Socioambiental, propusemos lá
764 um pacto pelo desmatamento zero na Amazônia, que algumas coisas avançaram
765 como, por exemplo, a própria criação do Fundo Amazônia foi um desdobramento
766 disso, há época nós fomos atrás do Luciano Coutinho, que ainda não era
767 presidente do BNDES, para promover o estudo muito qualificado sobre os custos
768 de uma agenda focada no desmatamento zero na Amazônia. Achamos o cara e
769 depois ele virou presidente do BNDES, e o BNDES incorporou o desafio da
770 criação do Fundo Amazônia e hoje nós temos boa parte das ações voltadas ao
771 controle, monitoramento do desmatamento na Amazônia financiados por um
772 Fundo que foi gerido e proposto, formulado por um conjunto, por uma aliança
773 entre governos estaduais, organizações da sociedade e o próprio Governo Federal
774 acolheu. Então, eu quero propor aqui que possamos fazer essa aliança entre os
775 estados que possuem, ou que vive no bioma Amazônia, no bioma Cerrado em
776 uma articulação com o Ministério para resgatarmos essa aliança e colocar o
777 Cerrado realmente na pauta. Avançamos muito na Mata Atlântica, inclusive com
778 legislação própria; avançamos muito na Amazônia com o Fundo Amazônia, com
779 as metas de redução de desmatamento, com os planos estaduais, com o plano de
780 prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia, mas no Cerrado ainda
781 avançamos muito pouco e hoje eu posso dizer sem ficar constrangido aqui, e nem
782 comprar nenhuma briga com os meus amigos “mata-atlanticanos”, que o bioma

783 mais ameaçado hoje é o Cerrado, é onde o desmatamento ainda aumenta, é onde
784 o desmatamento tende a aumentar ainda mais e precisamos ter uma agricultura
785 competitiva, competente e responsável e cumprir aí as nossas metas e
786 compromissos com o nosso Cerrado. Esse é o meu recado e me coloco a
787 disposição para ajudar nessa articulação tanto com os movimentos sociais,
788 organizações não governamentais, estados, a disposição de vocês. Parabéns
789 Ministro, pela brilhante equipe. Muito grato. (*Palmas!*).

790

791

792 **A SR^a. ANA LÚCIA DOLABELLA (Diretora do DConama/MMA)** – Nosso último
793 inscrito Eugênio Spengler da ABEMA.

794

795

796 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (ABEMA)** – Bom dia, ministro, presidente do
797 IBAMA, eu quero, além de saudar os dois, saudar também o Ricardo Soavinski,
798 que era o nosso colega e membro da ABEMA até alguns dias atrás, sucesso no
799 novo desafio, Ricardo, que nós possamos de fato, você lá com a agenda urbana e
800 de recursos hídricos, é uma Secretaria meio esquisita, mas tudo bem, que nós
801 possamos aprofundar um pouco o debate, principalmente da questão, os dois
802 temas são temas de desafio grande para a gestão ambiental e
803 biodesenvolvimento no Brasil, e que precisamos aprofundar essa questão toda. Eu
804 gostaria de destacar três assuntos principais aqui nessa minha fala, o primeiro
805 deles é em relação ao acordo de Paris e, aí, eu não vou entrar no mérito do
806 acordo, mas a preocupação nossa é em relação a Governo, ministro, porque nós
807 sabemos que as metas e o compromisso que o Brasil assumiu de milhões de
808 hectares de restauração florestal vão cair muito nas costas de municípios e de
809 estados, e como é que vai se dar essa governança da implementação desse
810 processo e a governança aqui não é governança de governo, governança no
811 sentido do termo governança de envolvimento de todos os segmentos da
812 sociedade na consecução desta agenda, que é uma agenda estratégica
813 extremamente vinculada a questão de água, a questão de desertificação e uma
814 série de desafios que nós temos no nosso dia-a-dia, na nossa agenda, um outro
815 tema associado a isso também, mas que complementar a fala do colega André, é
816 a agenda da caatinga, como secretário lá da Bahia não posso deixar de referir-me
817 a isso, praticamente setenta por cento do território baiano é clima semiárido,
818 predominantemente floresta de caatinga, é um bioma predominantemente
819 nordestino com um pedaço de Minas Gerais, o senhor conhece bem, e nós
820 precisamos também fazer uma discussão para estruturar tanto a agenda do
821 cerrado, quanto a agenda da caatinga, do bioma caatinga, que é estratégico para
822 o desenvolvimento do Brasil, e sem dúvida nenhuma estratégico para o
823 desenvolvimento do Nordeste de uma forma especial. Isso, nós precisamos ter
824 presente e, aí, associada a essa questão, ministro, nós defendemos a retomada
825 urgente de uma política nacional de revitalização de bacias, não só para bacias
826 hidrográficas tipo São Francisco, que obviamente é prioritária, mas que tenhamos
827 uma política nacional voltada para a revitalização de bacias hidrográficas e com a
828 agenda predominantemente verde, e não do saneamento somente, porque o

829 primeiro programa de revitalização, ele priorizou a agenda de saneamento,
830 inclusive no São Francisco, e a agenda verde, ela não foi aprofundada e nós
831 sabemos do efeito disso em relação a qualidade e quantidade das questões,
832 voltadas a questão da gestão da bacia hidrográfica. Então, isso é fundamental que
833 tenhamos isso associado obviamente a uma política de restauração florestal, que
834 isso dialoga diretamente com a questão do Acordo de Paris. Agora, não dá para
835 pensarmos isso de cima para baixo, nós precisamos envolver tanto municípios,
836 quanto Estado, quanto a Sociedade Civil, que está localizada lá, e que faz um
837 trabalho fantástico, que ela não está presente muitas vezes no CONAMA, e que
838 não é ouvida nessa estratégia de restauração florestal e de revitalização, e uma
839 agenda estruturante do pós-CAR, que é um pouco o que o André falou, fazer o
840 cadastro é fácil, é relativamente fácil, tendo dinheiro, contrata e está lá, se faz o
841 cadastro, o problema vai ser um banco de dados morto ou ele vai ser um
842 instrumento que vai nos dá um diagnóstico para definir políticas públicas voltadas
843 para a questão da gestão florestal, da gestão de solo, da gestão de águas, esse é
844 o debate estrutural e, aí, eu quero até, não vi se o André falou, acho que não
845 falou, nós tínhamos no início da implementação do cadastro um grupo de
846 acompanhamento, que inicialmente a proposta era fazer no CONAMA, e a ideia
847 talvez é revermos isso, um grupo de acompanhamento dessa política, não só do
848 CAR, da implementação do CAR, mas de questão florestal acompanhada aqui
849 pelo CONAMA. O segundo aspecto que eu gostaria de trabalhar é o fortalecimento
850 do Sistema Nacional do Meio Ambiente, que é uma agenda que, às vezes, nós
851 nos esquecemos dela, e dos anos 2000 para cá, se vendeu a partir do PNMA,
852 ministro, se vendeu uma impressão inclusive para os agentes financeiros
853 internacionais, de que do ponto de vista organizacional estava dado, e não está,
854 haja vista a situação em que se encontra o estágio de organização da estrutura de
855 gestão ambiental nos municípios, dos cinco mil quinhentos e não sei quantos
856 municípios que nós temos, não tem 500 que tem estrutura para gestão ambiental,
857 e como que nós pensamos a melhoraria e a capacidade de intervenção para uma
858 gestão eficiente de todas as políticas setoriais de meio ambiente, a intervenção na
859 questão do desenvolvimento, se nós não temos capacidade institucional
860 organizada para fazer esse debate público e fazer esse debate para dentro dos
861 próprios governos, e isso é um desafio fundamental. Então, a questão do
862 fortalecimento do SISNAMA, a retomada do programa de capacitação, de uma
863 política de apoio a organização dos sistemas de meio ambiente municipais e
864 estaduais, uma definição de financiamento, nós precisamos, não dá para fazermos
865 a história daquele que esconde a cabeça quando chega o caçador, financiamento
866 nós nunca discutimos, agora foi aprovado pelo Senado, e deverá ser sancionado
867 pelo presidente a lei, uma nova lei que determina que PIS e COFINS nas
868 companhias de saneamento sejam voltados para saneamento, eu não estou
869 falando de criação de imposto, mas porque não discutimos dos impostos, por
870 exemplo, do imposto sobre combustíveis, um percentual disso voltado
871 fundamentalmente para fortalecimento da gestão ambiental e das políticas
872 ambientais desse País? (*Palmas!*), porque não adianta, e eu tenho dito isso para a
873 ANAMMA, não adianta vir aqui discutir a TSFA, a TSFA não resolve o problema
874 de ninguém, de meia dúzia de municípios que tem indústria que recolhe, mas não

875 resolve o problema, a Bahia recolhe 2 milhões e 500 mil por ano, o que isso
876 significa do ponto de vista do financiamento da gestão ambiental nacional? Então,
877 a questão do financiamento da gestão ambiental, a questão do sistema de
878 informações, nós temos um monte de informações, uma fragmentação, nós não
879 conversamos entre os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Então, a
880 história da retomada de uma discussão do SINIMA, e, por fim, e a
881 regulamentação, ministro, quando eu estive com o senhor, eu tive a oportunidade
882 de colocar, nós precisamos retomar a discussão da regulamentação da Lei
883 Complementar 140, ela só foi regulamentada naquilo que interessava para discutir
884 o que era de atividade licenciável pelo órgão federal, ela não foi regulamentada, e
885 nós temos conceitos abertos dentro dela, e o senhor bem sabe, e que se não for
886 regulamentado para dizer o que significa inclusive, nós vamos continuar tendo
887 problemas, e estão se acirrando os conflitos de competência entre IBAMA,
888 estados, estados, município e IBAMA, e isso não é bom para o fortalecimento da
889 gestão ambiental, e, isso leva para um desrespeito fundamental e um rompimento,
890 muitas vezes, dos princípios importantes do pacto federativo e da questão da
891 democracia brasileira. E, por último, não poderia deixar, as pessoas deveriam
892 estar estranhando, é o licenciamento ambiental. Eu deixei de propósito por último.
893 Primeiro eu recebi uma primeira versão, me disseram que já têm outras versões, a
894 partir daquele encontro, daquele documento e do anteprojeto de lei que está
895 sendo elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e discutindo com alguns
896 segmentos de Governo Federal e da sociedade, e nós ficamos na leitura que
897 fizemos, e foi feito leitura atenta, nós estamos preocupados com muitas questões
898 que estão postas lá, eu não sei, já me disseram que tem uma versão que já levou
899 em consideração, nós achamos, nós entendemos como a ABEMA e, aí, o
900 posicionamento não é de Eugênio, é o posicionamento de ABEMA, nós discutimos
901 isso ontem, nós entendemos que teve problemas na condução da discussão do
902 CONAMA, mas nós tivemos avanços importantes naquela discussão que precisam
903 ser considerados numa lei geral de licenciamento ambiental, e como o senhor
904 mesmo falou na entrevista que o senhor concedeu ao Estado de São Paulo, não é
905 democrático, esse não é democrático é expressão minha, não é democrático tratar
906 igual o diferente, e um dos grandes problemas do licenciamento brasileiro é que
907 nós pensamos que tem condições de tratar refinaria e posto de combustíveis, e
908 que há necessidade de tratar da mesma forma, uma estação de rádio base e uma
909 grande obra viária dentro de uma região metropolitana, ou nós estabelecemos um
910 pacto identificando o que de fato precisa de uma análise de licenciamento mais
911 acurada, com estudo de impacto ambiental definindo claramente o que pode ser
912 feito de forma mais simplificada ou nós não fortaleceremos de maneira alguma,
913 isso é uma convicção que nós temos, poderemos ser convencidos do contrário,
914 nós não fortaleceremos o instrumento de licenciamento ambiental, que é um dos
915 principais instrumentos da política nacional do meio ambiente, é ilusório pensar
916 que essa confusão que se faz do licenciamento ambiental ela fortalece, e não
917 fortalece, aliás e não permite nem com clareza a participação da sociedade nesse
918 processo. Então, é fundamental que nós tenhamos isso claro, nós trabalhamos
919 numa visão de que o licenciamento ambiental precisa ser fortalecido, e o
920 fortalecimento muitas vezes passa também por uma visão mais clara do papel e

921 do que precisa ser licenciado, nós precisamos licenciar tudo? São perguntas e são
922 perguntas que têm que ser feitas para serem respondidas, e qual é essa linha de
923 corte, eu acho que tem avanços, nós conversamos em relação à localização que
924 pode ser e deve ser considerado para enquadramento, nós precisamos trazer a
925 discussão de uso de tecnologias mais eficientes, porque isso também contribui
926 para a melhoria da sustentabilidade dos empreendimentos, e quem usa e gasta
927 mais, que normalmente tecnologias mais eficientes custam mais, então
928 obviamente pode ter um processo, isso tem que ser considerado também na
929 análise do licenciamento ambiental. Então, tem algumas preocupações que nos
930 preocupam, nos preocupam muito, como, por exemplo, ministro, a ideia que está,
931 e eu sei que isso não é consenso, de submeter o licenciamento ambiental a
932 aprovação de conselhos, os conselhos são órgãos colegiados para discussão de
933 políticas, de regramento, e não para análise individual de licenciamento ambiental,
934 imagina os empreendimentos federais licenciados pelo IBAMA virem para serem
935 analisados, aqui dentro nós só faremos isso, e com reuniões intermináveis de
936 semanas e semanas para um licenciamento, precisamos ter cuidado quando
937 coloca isso, porque em vez de melhorar pode levar a um engessamento de toda a
938 discussão e enfraquecimento ainda maior do instrumento. Pessoal, eu quero
939 agradecer a oportunidade e dizer que desejo sucesso a equipe do Ministério, e
940 dizer também que a ABEMA estará sempre a disposição para dialogar procurando
941 encontrar as alternativas e os caminhos para a melhoraria da gestão ambiental
942 brasileira. Obrigado. (*Palmas!*).

943

944

945 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Muito
946 bem. Nós vamos, antes de dar sequência, eu quero rapidamente dizer que foi
947 importante a presença aqui dos quadros do Ministério, porque tudo aquilo que foi
948 falado, que foi sugerido nós vamos dar uma resposta, no que diz respeito ao
949 licenciamento eu já tinha me adiantado em discurso, dizendo que o CONAMA será
950 ouvido, principalmente as organizações da Sociedade Civil que se retiraram da
951 discussão do processo, vão ser chamadas a semana que vem para discutir com a
952 presidente Sueli, a ABEMA e a Associação dos Secretários Municipais também
953 vão ser ouvidos semana que vem, a Sueli já combinou aqui, já está anotando e já
954 vai dizer a data para vocês depois, a data mais próxima, tudo na semana que
955 vem. É importante a discussão desse tema, não tenho dúvidas disso, mas é uma
956 coisa que quero também alertar a todos aqui, é que a urgência que nós demos a
957 esse assunto, ela não foi propriamente por uma vontade própria, ela foi uma
958 reação àquilo que o Congresso estava fazendo, se não tivéssemos tomado essa
959 iniciativa, provavelmente, agora nós já estaríamos com uma PEC sobre o
960 licenciamento e, aí, sim, teríamos sérios problemas, porque seria uma PEC.
961 Então, quando eu vi aquele clima no Congresso, onde oito propostas, dessas oito
962 uma só que tinha tido um substitutivo na Comissão de Meio Ambiente era
963 razoável, mais contemporânea, as outras propostas todas vinham carregadas de
964 retrocesso, essa é que é a verdade, de isenções indevidas como eu falei, porque
965 nesse momento os segmentos, embora, com sua legitimidade de defender seus
966 interesses, eles querem colocar os interesses deles na frente dos interesses da

967 sociedade. Então, se nós não tivéssemos tomado essa iniciativa, e com isso
968 conseguimos brechar o que estava acontecendo no Congresso, nós já teríamos tido
969 seguramente aí uma emenda constitucional, uma PEC que seria trágica para a
970 nossa política ambiental, eu inclusive nem poderia estar aqui por causa de minhas
971 convicções se essa PEC tivesse passado. Então, nós estamos ainda numa luta,
972 ontem o presidente interino foi a um almoço na frente parlamentar da agricultura, e
973 lá ele defendeu, ele elogiou a proposta, que já evoluiu daquela primeira versão,
974 mas vai evoluir mais ainda, nós vamos ouvir, mas elogiou, e ontem mesmo, à
975 noite, já houve reações, aqui mesmo temos representantes aqui do agronegócio,
976 alguns já tiveram no meu gabinete acompanhados de deputados, senadores, e
977 são muito críticos a essa proposta que está sendo gestada, nós vamos aprofundar
978 a discussão com rapidez, aproveitar esse recesso parlamentar, tentar aprofundar,
979 tentar buscar o máximo possível de consenso, algumas questões que foram
980 levantadas aqui, evidentemente, merecem sim uma reflexão maior a respeito de
981 Conselho, não sei o quê, nós estamos abertos a isso, não há nada fechado, nós
982 não vamos fazer nada que não seja o máximo possível consensuado, é lógico que
983 não vai ter unanimidade e não vai agradar seguramente a todos de uma maneira
984 geral, mas é o possível, não é o ideal, é o possível, e nós temos que avançar
985 nesse tema, porque se não avançarmos o Congresso avança sobre ele, e sobre
986 nós, e sobre a sociedade também, retirando prerrogativas e direitos. Então é
987 preciso que nós tenhamos em mente isso, nós estamos vivendo momentos muito
988 sensíveis e muito delicados politicamente, onde até hoje a Câmara está sem
989 presidente, e quando não existe um comando, uma hierarquia de gestão de
990 comando, o que acontece é que os grupos de força, eles se situam, e um dos
991 mais influentes é justamente os representantes do agronegócio, que tem gente de
992 tudo que é jeito, tem gente do bem, mas tem gente também que só está ali para
993 defender seus interesses muito específicos. Então, não podemos desconhecer
994 essa realidade, senão depois nós vamos sofrer muito com essa omissão. Então,
995 eu saí na frente para poder garantir que nós tivéssemos o controle, e estamos até
996 agora obtendo sucesso nesse aspecto, mas nós não podemos também delongar
997 mais. Então, vão ficar aqui todos os representantes do Ministério, eu vou passar a
998 palavra para o secretário-executivo, à Secretaria-Executiva, e vou pedir licença a
999 vocês, já ouvi a tribuna livre, já senti, já vou cobrar tudo àquilo que foi falado aqui,
1000 e tenho uma reunião agora, tenho duas reuniões ainda hoje no Palácio do
1001 Planalto, para tratarmos de uma sobreposição de terras indígenas e outro sobre a
1002 expansão de uma ferrovia, e, lógico, tudo isso é muito demorado, é muito
1003 negociado, mas eu quero aproveitar, me despedindo dizendo que nós vamos
1004 manter esse contato estreito, nós vamos tentar fortalecer e prestigiar o CONAMA,
1005 os órgãos federativos representantes dos municípios e dos estados terão de
1006 nossa parte a atenção que estão tendo mais ainda, e evidente que no próximo
1007 mês, mês de agosto, nós vamos ter mais clareza sobre a situação, porque não dá
1008 para você, sem saber exatamente, eu recebi o ministro do Meio Ambiente da
1009 Argentina, um rabino, e ele me disse que lá na Argentina foi criado o Ministério
1010 agora, criaram o Ministério do Meio Ambiente agora, e ele me disse: Ministro, nós
1011 lá temos agora mais três anos e sete meses com a possibilidade da reeleição, dá
1012 para gente fazer uma política bem consistente. Eu disse para ele: Seguramente

1013 mesmo, eu só tenho mais um mês, se passar eu tenho mais um ano e meio, então
1014 não dá para fazer essa política toda consistente, dá para gente cumprir o nosso
1015 dever, não deixar que haja retrocesso na legislação, não deixar que forças
1016 políticas que hoje estão majoritariamente no Congresso possam impor os seus
1017 interesses acima dos interesses da sociedade, e essa é uma missão que eu me
1018 dedico a cumprir enquanto puder. Então, gente, muito obrigado e bom a trabalho a
1019 todos vocês. *(Palmas!)*.

1020

1021

1022 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Ministro Sarney, antes do
1023 seu afastamento, da sua saída, eu gostaria, o senhor fez menção a respeito da
1024 discussão do licenciamento ambiental e não considerou o setor empresarial, que é
1025 de suma importância nessas discussões. Então, eu gostaria que o senhor
1026 considerasse também o setor empresarial, que é o vetor do desenvolvimento
1027 desse País, e gostaríamos também aqui dizer que nós, o setor empresarial de
1028 produção está afinado com todos os secretários de meio ambiente dos estados
1029 com a ABEMA, com a proposta que foi interrompida na discussão do CONAMA, e
1030 eu proporia ao senhor que o senhor voltasse aqui a esse grupo, para se reunir
1031 para discutir aquela proposta que nós ficamos aí um semestre todo discutindo. Era
1032 isso e muito obrigado pela sua atenção.

1033

1034

1035 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Está
1036 registrado, só para esclarecimento, nós temos ouvido, nós temos ouvido o
1037 Ministério da Agricultura, o ministro Blairo Maggi, que também está como
1038 interlocutor nosso junto ao agronegócio, e também durante a discussão do
1039 substitutivo a CNI também foi ouvida, e agora voltaram a opinar, mas, eu
1040 concordo, nós já estamos ouvindo institucionalmente, e vamos ouvir aqui dos
1041 órgãos do IBAMA. Obrigado. *(Palmas!)*.

1042

1043

1044 *(Pausa)*.

1045

1046

1047 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Pessoal, vamos
1048 retomar aqui, já está quase na hora do almoço, por favor. Bom, pessoal, nós
1049 vamos recomeçar. Vamos recomeçar para terminarmos em tempo hábil para
1050 conseguirmos voltar às 14h, por favor. Vou passar a palavra agora para o
1051 secretário José Pedro da Secretaria da Biodiversidade, que ele quer falar alguma
1052 coisa.

1053

1054

1055 **O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA (Secretaria de Biodiversidade e**
1056 **Florestas)** – Senhor secretário, obrigado. Meus prezados amigos, companheiros
1057 do CONAMA, ao que parece a nova administração está precisando da cooperação
1058 da plateia, que nós agradecemos, e eu aqui, na qualidade de talvez um dos

1059 últimos remanescentes da primeira reunião do CONAMA, eu faço esse apelo, por
1060 gentileza, que todos tomem os seus assentos, e cumprimento aqui os poucos
1061 companheiros que vejo aqui na plateia, que vejo aqui no plenário, que comigo
1062 tiveram o privilégio de participar da primeira reunião deste colegiado. Eu pedi a
1063 palavra apenas para fazer o elogio de uma pessoa, que é o doutor Ademar
1064 Coimbra Filho, o grande ecólogo, o grande biólogo, grande climatólogo, que
1065 faleceu há cerca de três semanas, e que nós o consideramos como o patrono da
1066 climatologia brasileira. Então, não seria justo que nós tivéssemos esta reunião
1067 sem fazer essa menção, este elogio, é uma perda grande para a nação brasileira,
1068 é uma perda grande para a climatologia, aqueles que não têm conhecimento, ele
1069 dedicou a vida a isso, criou o Centro de Climatologia do Rio de Janeiro, ele
1070 redescobriu o mico-leão-preto, que foi dado como extinto, e que hoje é o animal
1071 símbolo da conservação do Estado de São Paulo, soube que a Bahia pretende
1072 declarar a ararinha-azul como o animal símbolo da Bahia também, o que nos
1073 alegrou muito, porque, ontem, foi lançado aqui no Ministério o programa de
1074 recuperação e reintrodução da ararinha-azul, ararinha *spixii* no sertão baiano, e
1075 isso é uma novidade mundial. Muito obrigado, presidente.

1076
1077

1078 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito obrigado, José
1079 Pedro. Dando continuidade, primeiro, eu cumprimento todos os conselheiros, os
1080 que sobraram, meu nome é Marcelo Cruz, eu assumi a Secretaria-Executiva, junto
1081 com, a convite do ministro Sarney Filho, há dois meses, mas já estou nessa
1082 guerra de Governo Federal há 25 anos, portanto, pretendo colaborar, e como ele
1083 mesmo orientou, dar a ênfase necessária a esse Conselho, e nós vamos fazer
1084 isso. Eu queria passar a palavra e apresentar a consultora jurídica do Ministério do
1085 Meio Ambiente, a Dra. Gerlena, que vai falar um pouquinho sobre o grupo
1086 assessor ao CONAMA, do ponto de vista da avaliação jurídica das resoluções do
1087 Conselho.

1088
1089

1090 **A SR^a. GERLENA SIQUEIRA (Consultora Jurídica do MMA)** – Bom dia a todos.
1091 Apresentando-me, sou Gerlena Siqueira, sou procuradora federal da AGU,
1092 recentemente nomeada consultora jurídica do Ministério do Meio Ambiente onde
1093 eu retorno trabalhei no Ministério do Meio Ambiente, onde eu retorno, trabalhei no
1094 Ministério do Meio Ambiente, entre 2008 e 2011, também na Procuradoria do
1095 IBAMA, em vários momentos, na Procuradoria-Geral Federal, e nesse momento
1096 como consultora jurídica do Ministério do Meio Ambiente, serei indicada pelo
1097 ministro do Meio Ambiente para presidir a CTAJ, representando o Ministério. Em
1098 função da reunião passada de aprovação do grupo assessor, que vai pensar,
1099 vamos dizer assim, juridicamente o que já está revogado pela legislação
1100 superveniente, a legislação ambiental, eu gostaria de informar para os senhores,
1101 que em breve nós estaremos convocando a CTAJ, que é a Câmara Técnica de
1102 Assuntos Jurídicos, para que então, com muita atenção, com muito cuidado, todos
1103 os advogados que compõem a CTAJ avaliem com rigor o que dentre as
1104 resoluções CONAMA já estaria revogado pela legislação superveniente. Então é

1105 mais um informe para os senhores, me apresentar e colocar à disposição, o nosso
1106 trabalho é de assessoramento jurídico da Advocacia Geral da União junto ao
1107 Ministério, e então presidindo a CTAJ, liderar esse trabalho, em breve vamos ter a
1108 primeira reunião em que nós vamos definir com clareza o escopo dos trabalhos e
1109 o cronograma e metodologia de trabalho com todos os membros da CTAJ, eu
1110 conclamo que esses membros realmente participem, porque esse trabalho tem
1111 uma relevância imensa, que é respaldar os senhores e todos os Conselheiros do
1112 CONAMA em relação a que normas das resoluções estão ou não vigentes perante
1113 a legislação ordinária ou complementar superveniente. Agradeço a atenção e um
1114 bom trabalho.

1115
1116

1117 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Gerlena, obrigado.
1118 Propor uma inversão de pauta aqui, em função da agenda do Dr. Deusdará, ele
1119 falaria hoje à tarde, mas passar a palavra para ele, ele vai falar sobre o relatório
1120 de gestão de florestas públicas e o balanço de implementação do CAR, como o
1121 CAR foi amplamente mencionado ali na tribuna, eu acho que é oportuno.
1122 Deusdará, por favor.

1123
1124

1125 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Bom dia,
1126 senhoras e senhores conselheiros, senhor secretário-executivo, meus colegas do
1127 Ministério do Meio Ambiente, como é de praxe e por determinação do próprio
1128 CONAMA, anualmente, o Serviço Florestal Brasileiro tem que fazer uma
1129 apresentação sucinta sobre o relatório de gestão de florestas públicas, e o
1130 secretário-executivo, o Dr. Marcelo Cruz e o ministro pediram que eu fizesse
1131 também um balanço, um pequeno balanço do Cadastro Ambiental Rural, com os
1132 números atuais, e esses números já estão nas páginas do Serviço Florestal
1133 Brasileiro, é florestal.gov.br, e pediu também que eu abordasse alguns
1134 temas, algumas iniciativas relacionadas a análise do Cadastro e o pós-CAR, como
1135 bem disse o secretário-executivo, nós tivemos várias pessoas hoje que se
1136 manifestaram a respeito desse assunto, então vou aproveitar o momento, e peço a
1137 paciência dos senhores, não vou falar mais do que vinte minutos, se me for
1138 permitido, para fazer uma apresentação rápida. Com relação à gestão de florestas
1139 públicas, o relatório vai abordar bem rapidamente o Cadastro Nacional de
1140 Florestas Públicas, o Plano Anual de Outorga Florestal, que é o PAOF, que orienta
1141 como nós trabalhamos com as florestas públicas, os contratos de concessão
1142 florestal em áreas federais, os processos licitatórios para concessão florestal, o
1143 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e a Comissão de Gestão de
1144 Florestas Públicas. O Cadastro Nacional de Florestas Públicas, hoje, nós
1145 atualizamos todos os anos, então temos aí cerca de 310 milhões de hectares de
1146 florestas públicas cadastradas, o que é equivalente a 37% do território nacional e
1147 63% da cobertura florestal de todo o País. Esse cadastro é dividido florestas entre
1148 florestas públicas no âmbito da União, dos estados, municípios, e hoje dá o total
1149 que eu mencionei, em torno de 310 milhões de hectares. Esse é o mapa, que está
1150 disponível na página do Serviço Florestal, aonde ele faz a distribuição das áreas

1151 destinadas, não destinadas, as áreas militares e as áreas públicas de uma
1152 maneira geral. Observe a concentração muito grande na região Norte, do Plano
1153 Anual de Outorga Florestal, nós fizemos uma consulta pública em abril de 2015,
1154 esse PAOF está publicado e à disposição de todos também na internet, ele tornou
1155 elegível para regime de concessão florestal cerca de 1,57 milhões de hectares de
1156 florestas públicas federais, e estão distribuídos em oito florestas nacionais em uma
1157 área destacada não destinada, o que quer dizer isso? Quer dizer que na Lei de
1158 Florestas Públicas, nós temos a possibilidade de fazer concessões florestais em
1159 áreas de unidade de conservação de uso direto, e nós vamos, pela primeira vez,
1160 fazer um regime de concessão mais simplificado e mais expedito em uma área
1161 não destinadas, uma área que não é unidade de conservação, que nós vamos
1162 testar o modelo mais rápido, para inclusive viabilizar, tentar de uma certa forma
1163 reduzir esse tempo demorado entre o planejamento da concessão e o edital na
1164 praça. Então, nós vamos fazer um teste numa área do Amazonas, chamada
1165 Curuquetê, que nós vamos fazer um regime simplificado de concessão. Essas
1166 áreas estão basicamente localizadas na Pará, Amazonas e Rondônia, o Pará já
1167 tem em regime de concessão, cerca de 500 mil hectares, que é um processo
1168 bastante consistente e acelerado. Hoje, nós temos 14 contratos em curso, 842 mil
1169 hectares em regime de concessão, com os 500 mil hectares que o Pará tem, nós
1170 temos cerca de 1 milhão e 400 mil hectares de florestas públicas em regime de
1171 concessão, o nosso planejamento é até 2022, nós temos aí uma área muito mais
1172 consistente, representaria em torno de 30% da demanda de madeira, são duas
1173 concessões no Jamari, quatro no Saracá-Taquera, duas no Jacundá, duas na
1174 Flona do Crepori, e quatro recentemente assinados na Floresta Nacional de
1175 Altamira, que corresponde a cerca de 360 mil hectares. O pagamento pela
1176 produção, essas concessões que estão em curso já geraram cerca de 6 milhões e
1177 700 mil reais, e transportou, quer dizer, foi equivalente a cerca de 123 mil metros
1178 cúbicos. Por Lei, a destinação desses recursos é distribuída para o ICMBio, para o
1179 Fundo Nacional do Desenvolvimento Florestal, para os estados e para os
1180 municípios, então parte do valor mínimo atual da concessões fica com o Serviço
1181 Florestal Brasileiro, uma parte significativa vai para o ICMBio, a distribuição é em
1182 torno de 2 milhões e 633 mil, a importância também das concessões entraram no
1183 ritmo mais acelerado, que gera esses benefícios. Para o Fundo Nacional de
1184 Desenvolvimento Florestal, que retorna para ações florestais cerca de um milhão,
1185 para os estados um milhão, e começamos agora fazer distribuições para os
1186 municípios. A Lei determina que os municípios aonde ocorram as concessões tem
1187 direito a uma parte dos recursos, mas tem que se estruturar do ponto de vista
1188 ambiental, gerar os seus conselhos municipais, ter o seu plano municipal de meio
1189 ambiente, e estamos fazendo agora o primeiro repasse para os municípios, que
1190 são municípios, normalmente, de baixíssimo IDH, municípios que tem poucas
1191 carteiras assinadas. Então, isso, de certa forma, está ajudando a legitimar a
1192 concessão como uma forma de sustentável de produzir madeira, e que também
1193 gera benefício local. Nós estamos fazendo o monitoramento, quer dizer, essa é
1194 uma obrigação do Serviço Florestal Brasileiro, nós fazemos dois monitoramentos
1195 por ano, e, nós temos acompanhado os contratos de uma forma muito rígida, e
1196 temos a satisfação de ver que os concessionários estão cumprindo aquilo que

1197 está sendo contratado. Nós estamos em processo de licitação Caxiuanã, Jacimara
1198 e Caxiuanã, ocorre em Portel e Melgaço, só para ter uma ideia, esses dois
1199 municípios são os últimos de IDH no Brasil, Portel, eu acho que é o último e
1200 Melgaço, se não me engano é o quinto último, quinto de baixo para cima, tinha
1201 cerca de 30 carteiras assinadas, as concessões vão promover mais de 300
1202 carteiras assinadas, Caxiuanã foi a primeira floresta nacional criada na Amazônia,
1203 em 1961, então a expectativa é uma floresta boa de trabalhar, logística é, quem
1204 está do Pará aqui, é uma logística fluvial, então estamos com a expectativa muito
1205 boa de ter um processo de concessão bem inclusivo e bem produtivo do ponto de
1206 vista da produção de madeira de forma sustentável. Bom, o recurso que foi para o
1207 Fundo Nacional, nós aprovamos 155 projetos, o plano de aplicação definiu como
1208 prioritários os biomas Amazônia e caatinga, esse ano nós vamos incluir o cerrado
1209 também como prioritário, estamos fazendo uma parceria com o secretário André
1210 Lima e a Terracap, e recebendo alguns recursos internacionais, de fazer uma
1211 coisa diferente, vamos fazer algo que não seja tradicional, eu espero que o Distrito
1212 Federal seja vitrine para todos os estados do cerrado, em um processo de
1213 compensação florestal, que não é meramente plantar árvores, a preocupação com
1214 a paisagem, com a produção de água, com o monitoramento, com a pesquisa, e
1215 tenho certeza que nós vamos conseguir inaugurar um novo tempo no Distrito
1216 Federal, tentar emancipar o Distrito Federal, desde a produção de sementes,
1217 mudas, até um processo diferente e ambientalmente mais correto ou mais
1218 sofisticado, porém, mais próximo da natureza da recuperação florestal, os
1219 sistemas agroflorestais, então a Terracap vai entrar com recurso, o Fundo vai
1220 entrar com recurso equivalente de um para um, e nós esperamos que com esse
1221 projeto nós consigamos fazer uma captação mais consistente e substantiva para
1222 dar uma maior escala a esse projeto de recuperação e recomposição florestal no
1223 Distrito Federal. A Comissão de Gestão de Florestas Públicas, nós fizemos, já
1224 estamos na 30ª Reunião Ordinária, e, aí, foram abordadas as novas perspectivas do
1225 Setor do Serviço Florestal Brasileiro, com a chegada do Cadastro Ambiental Rural,
1226 com a chegada dos programas de regularização ambiental, os PRAs, fizemos um
1227 panorama econômico do setor florestal, e apresentamos os resultados
1228 preliminares de um esforço também, que não tem precedente do mundo, que é o
1229 inventário florestal nacional. Era isso que eu tinha para falar a respeito da gestão
1230 de florestas públicas, e espero agora poder usar da paciência dos senhores e
1231 senhoras, de mais quinze minutos, o que eu vou falar do CAR é muito visual,
1232 então eu vou ser bem rápido, porque é mais *slides* de telas, eu poderia fazer isso
1233 *online*, entrar na Internet, mas para evitar a Lei de Murphy, eu preferi fazer um
1234 PowerPoint rapidinho sobre o CAR. Os dados atuais, o incremento do mês de
1235 junho foi de 4.85%, quer dizer, nós tivemos mais 17 milhões e meio de cadastros
1236 na base, mais 157 mil imóveis, especialmente imóveis pequenos, ou seja, nós
1237 atingimos um percentual de 95% da área passível de cadastro. Chamo a atenção
1238 para uma interpretação equivocada que alguns fazem quando aparece acima de
1239 cem por cento, eu queria explicar, a esquerda da tabela tem 397 milhões de
1240 hectares, que é a nossa linha de base, se usarmos o número do senso do IBGE
1241 de 2006, essa linha de base é 330 milhões. O que nós fizemos? Alguns estados
1242 que tinha a área atualizada, nós atualizamos, aumentamos a área passível de

1243 cadastro, especialmente na Amazônia, onde você tem uma malha fundiária, que
1244 nesses últimos dez anos teve mais concentração e reconcentração de terras,
1245 houve mais movimentação do capital terra do que na região Sul, que a malha
1246 fundiária é mais consolidada. Então acabei de conversar com representante de
1247 Rondônia, que está aqui presente, e amanhã nós vamos ter uma conversa,
1248 Rondônia, por exemplo, vai atualizar a sua base, então há uma tendência desses
1249 397 milhões, de aumentar, o que vai implicar numa redução percentual da área
1250 cadastrável, mas isso é muito bom, porque o que é mais importante é que nós
1251 estamos com 377 milhões cadastrados, quer dizer, eu sempre, agora estou numa
1252 fase e sempre com a ajuda dos estados, de não suavizar os números, porque o
1253 mais importante agora não é esse percentual ser 93, 94, é o tamanho dessa base,
1254 são 380 milhões de hectares, que é algo que não tem precedente no mundo, no
1255 cadastro georreferenciado. Com a colaboração do ICMBio, a segunda coluna
1256 verde, a branca, antes do total, nós aumentamos mais o percentual, porque o
1257 ICMBio, a equipe do Rômulo fez um cadastro das área de uso direto, e contribuiu
1258 mais 35 milhões de hectares, então se somarmos esses cinco milhões de
1259 hectares, nós vamos atingir um percentual de 95% em cima de uma linha de base
1260 não atualizada. Essa é a representação gráfica que chamamos de catapora do
1261 bem, isso aqui tem a participação de todos os senhores, o cadastro acontece nos
1262 estados, às entidades da sociedade civil contribuíram com o Cadastro, ajudaram a
1263 povoar, fizeram as críticas que tem que fazer, o processo é assim, os órgãos
1264 federais também contribuíram. Então, isso é um resultado coletivo, na verdade,
1265 como diz o Guimarães Rosa, o capinar é solitário, mas a colheita é coletiva. Então,
1266 nós estamos em uma fase de colheita do que nós fizemos, e só foi possível
1267 chegar nisso em dois anos, porque tivemos o sério envolvimento dos estados, da
1268 sociedade civil, dos municípios, que ajudaram a povoar. Aí, nós temos agora Mato
1269 Grosso do Sul, que vai ficar mais pintadinho, e Espírito Santo também, porque nós
1270 já terminamos a integração da base de dados. São informações ambientais
1271 declaradas, tudo que eu estou apresentando aqui está na página do Serviço
1272 Florestal Brasileiro, só chamo a atenção para um específico, que é a última
1273 informação lá, 1 milhão e 110 mil nascentes declaradas, não tinha essa
1274 informação, nós, décadas trabalhando na área ambiental não sabíamos
1275 exatamente o potencial de nascentes. Deve ter muito mais do que isso, porque
1276 isso são informações declaradas, agora, senhores e senhoras, quem declara
1277 nascentes se ele não tem? Quem declara a nascente tem a nascente, porque ele
1278 tem deveres de manter essa nascente, tem obrigação de ter APP, então se tem 1
1279 milhão e 110 mil nascentes declaradas, é porque de fato elas existem, significa
1280 dizer, Bruno, que vamos poder, com o CAR, identificar onde está a nascente, se
1281 ela está com APP ou não, quem é o proprietário, então você pode ter uma política
1282 de proteção de nascentes ou recuperação, você bate na porta daquele que está
1283 precisando de apoio ou daquele que está fazendo o bem, e você pode remunerá-
1284 lo por estar fazendo muito. Bem o Eugênio apresentou como preocupação é a
1285 nova fase do CAR, como usar os dados do CAR para a formulação de políticas
1286 públicas federais, estaduais e municipais com mais eficiência e com eficácia e
1287 com menos desperdício de recurso. Então, esse é um exemplo específico. Do lado
1288 esquerdo está o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, isso não precisa

1289 ser atualizado, do lado direito está o mapa do Brasil com as áreas de APP e
1290 remanescente vegetação nativa declarados, observe que nós temos uma área
1291 quase equivalente, sendo que o Sistema Nacional de Unidade de Conservação
1292 está mais concentrado na região Norte e os dados do CAR, ele tem uma
1293 pulverização bastante interessante e, ali, falta os dados do Mato Grosso e do
1294 Espírito Santo, que não estava integrado, e o montante de área de 97 milhões de
1295 hectares, esse olhar sobre a floresta privada que nós não tínhamos, nós tínhamos
1296 o olhar sobre as florestas públicas. Hoje, o Cadastro Ambiental Rural permite ter
1297 um novo olhar sobre as florestas privadas, e ao mesmo tempo, lança um desafio
1298 para todos nós, o que fazer? Como remunerar essas pessoas que têm esses
1299 ativos para que eles não convertam para outro uso? Com fazer a valoração dessa
1300 floresta em pé, e que ela de fato continue floresta e continue patrimônio ambiental.
1301 Então, esse dado é extremamente significativo também. Outro dado interessante é
1302 que 51% das pessoas que fizeram o Cadastro declararam que têm problema,
1303 devo não nego quero pagar, isso também é uma atitude muito interessante do
1304 ponto de vista da conscientização do setor, especialmente do setor agrícola, seja
1305 ele do agronegócio pequeno ou médio, e quem quer compensar, 54% quer
1306 regenerar, 28% quer compensar com CAR ou com outro mecanismo, e 17% quer
1307 replantas, são dados extremamente importantes, e que nós estamos atualizando
1308 esse banco de dados e aprendendo a mexer com essas informações. Já
1309 finalizando do ponto de vista de mais, menos fala e mais mostrar as coisas, essa é
1310 a arquitetura do sistema, nós já terminamos o módulo de inscrição, terminamos o
1311 módulo de análise, está em regime de produção no Mato Grosso e no Acre,
1312 vamos colocar em Goiás e em Rondônia, estamos terminando o módulo de
1313 monitoramento, o módulo de relatórios, o módulo de gestão de acesso, e vamos
1314 começar agora a trabalhar um novo módulo que é de cota de reserva ambiental,
1315 ou seja, o SICAR não é meramente descrição, é uma arquitetura complexa,
1316 sofisticada, de regra de negócios, de tecnologia e que nós estamos fechando esse
1317 sistema, de forma a ter toda a gestão da informação após a declaração,
1318 confirmação para, e vou mostrar um pouquinho disso para vocês bem
1319 rapidamente. A fase que estamos agora é os cadastros estão inscritos, nós
1320 estamos fazendo o processo de análise dessas informações, vamos treinar 300
1321 pessoas nos estados até agosto, já estamos criando um curso de educação à
1322 distância, e vamos fazer a implantação da análise assistida, quer dizer, o Serviço
1323 Florestal daqueles estados que quiserem, nós vamos estar presentes no momento
1324 de começar a verificação, para ir resolvendo alguns erros. Esse é o módulo de
1325 inscrição, os módulos rurais, assentamentos e unidades tradicionais, esse é um
1326 cadastro, é um tipo de cadastro sofisticado, isso é um assentamento fundiário,
1327 cada cor dessas é uma afeição, é uma vereda, é uma nascente, é um rio, é um
1328 APP, é uma reserva legal. Então, é um sistema que nesses dois anos se mostrou
1329 suficiente e necessário para atingir a maior abrangência e atingir talvez as maiores
1330 peculiaridades de alguns estados. Nós sabemos que é evolutivo, progressivo, mas
1331 nós conseguimos um bom sucesso com relação a inscrição. O modo de análise, a
1332 preocupação do ministro, que nós estamos tentando atender, de uma forma
1333 expedita, que estamos começando a colocar os filtros automáticos para que a
1334 análise não demore muito, como são muitos os dados, nós criamos um sistema de

1335 vermelho, amarelo e verde, então são quatro filtros automáticos, se o cadastro cai
1336 em cima de terra indígena, de unidade de conservação, assentamentos fundiários
1337 e áreas embargadas do IBAMA, ele já gera um alerta para o Estado, e o Estado já
1338 tem naquele momento uma situação de cadastro pendente. O quinto filtro é a
1339 sobreposição sobre imóveis, que eu vou mostrar para vocês como funciona. E o
1340 sexto filtro são imóveis com CPF, imóveis contínuos com CPFs iguais, que o
1341 cadastro também aponta como pendente, ou seja, você vai ter uma análise
1342 expedita, aonde, você, na hora que o cadastro entra no módulo de verificação, ele
1343 não necessariamente precisa ser olhado todos os pontos do cadastro, já gera uma
1344 pendência, já comunica ao proprietário que existe a pendência, se for passível de
1345 retificação, o proprietário poderá vir a retificar. Mostrar um pouquinho disso,
1346 rapidamente, esses são os slides da análise de sobreposição de imóveis, o imóvel
1347 amarelo está sendo analisado, por exemplo, está em processo de análise, tem
1348 uma regra de precedência, deu pendência de sobreposição de imóveis a análise é
1349 suspensa, já é tida como pendência. O imóvel rosa está sobreposto ao imóvel
1350 amarelo, o módulo automatizado já identifica a sobreposição, e ele na tela já diz o
1351 tamanho da sobreposição, os números dos dois cadastros que estão sobrepostos,
1352 das duas propriedades opostas, e já gera uma informação de quanto que está
1353 sobreposto na área automaticamente, e isso obviamente o Estado pode
1354 estabelecer uma tolerância, no caso do Ceará, do Ricardo, que já tem um
1355 levantamento fundiário, a tolerância dele pode ser muito menor, porque 80% dos
1356 imóveis do Estado do Ceará estão georreferenciados numa precisão de 25
1357 centímetros, então, ele pode nesse momento, ter uma tolerância tipo zero, não
1358 constou pendência, outros estados, especialmente da Amazônia, que tem
1359 problemas fundiários históricos, desde 1500, pode ter o nível de tolerância um
1360 pouco maior, até porque as imagens podem ter deslocamento, nuvem e coisa do
1361 gênero. A análise da cobertura do solo. Nós fizemos o mapeamento de todo o
1362 Brasil nas imagens de 2011, do que é área antropizada, do que é corpos d'água, e
1363 esse aqui é um exemplo, por exemplo, essas áreas em marrom são as áreas
1364 consolidadas até julho de 2008. As áreas em verde foram classificadas de
1365 vegetação nativa, e nós fazemos a comparação com as imagens de 2008, que são
1366 imagens que também classificamos, e observe a esquerda, lá em cima, abaixo do
1367 quadrado vermelho tem uma coisa vermelha, aquela área em vermelho, do canto
1368 inferior do quadrado branco, o sistema identifica que é uma área desmatada após
1369 2008. E assim cumprimos aquela temporalidade do Código Florestal Brasileiro,
1370 que é a área consolidada até julho de 2008. Cobertura de solo, um exemplo,
1371 Patrícia está ali do Rio Grande do Sul, nós também estamos levando, mas já tem
1372 o receptor, aquela área em amarelo é a área declarada. Como submetemos a
1373 classificação do CAR o sujeito diz assim: a minha área está toda verde, eu só
1374 tenho mato. Beleza. Aí, o sistema vai lá e fala: está bom. Compara com a imagem
1375 não otimizada e informa que ele de fato, aquele canto superior esquerdo da
1376 propriedade dele já foi desmatada, e tentar fazer uma declaração de má-fé
1377 dizendo que tem mato quando não tem mato, que o sistema automaticamente
1378 informa, e dá exatamente a área que ele sonou a informação. Observe que
1379 outro, automaticamente, fique de olho nessa parte vermelha no meio daqueles
1380 verdes ali, essa é a imagem da propriedade de 2011, como era a propriedade em

1381 2008, observa que aquela parte vermelha, ele suprimiu pós 2008, quando vem o
1382 cadastro dele o sistema fala: meu amigo, você tem o imóvel de 550 hectares,
1383 porém 108 hectares você desmatou depois de 2008, se esse desmatamento é
1384 legal ou não é outra história, isso é muito importante, especialmente para os
1385 gestores estaduais, nós vamos ter que enfrentar esse desafio do que é
1386 desmatamento ilegal e do que é desmatamento legal, ele pode ter desmatado
1387 isso, mas ele pode ter tido uma autorização de supressão, ele vai lá e prove que
1388 teve uma autorização de supressão do Estado e fez o desmatamento dentro da
1389 Lei, ou se ele não tiver essa documentação, o Luciano do IBAMA vai ter o máximo
1390 prazer de multa-lo e de chamá-los aos conformes, porque ele fez de fato um
1391 desmatamento que automaticamente está identificado, está aprovado, não tem
1392 como, Bruno, recorrer muito, porque as imagem, os fatos aí são bem mais
1393 superior que os argumentos que ele queira apresentar. Já para o modo de análise
1394 da questão das compensações, um imóvel que tem excedente vegetação, aquele
1395 quadriculado é a área consolidada dele, o imóvel precisaria ter 80 hectares de
1396 reserva legal, ele tem 91 e o sistema fala: você tem o excedente de onze, bacana,
1397 esse imóvel fica ilegível para uma possível compensação e emissão de Cadastro
1398 Ambiental Rural, de cota de reserva ambiental. O outro caso é inverso, o imóvel é
1399 declarado, tem o déficit de 26 hectares, ele precisaria ter mais 26 hectares de
1400 excedente, o sistema gera uma possível compensação: aqueles dez daquela
1401 propriedade lá excedente pode vir a ser legível e a compensar os 26 dessa outra
1402 propriedade, então esse módulo agora que estamos depurando, estudando de
1403 como fazer as regras de negócio já automatizadas de orientar que essa
1404 compensação aconteça, ou seja, quem tem excedente gere recurso, ganhe, seja
1405 remunerado para compensar aqueles que têm déficit de reserva legal. O balanço
1406 todo é feito automático. A aprovação da localização da reserva legal, e isso, para
1407 os secretários de Estado que está aqui, Ricardo, que é engenheiro florestal, era
1408 hoje é gestor, já sai o balanço, e sai o balanço dentro da Lei, se considerou o
1409 zoneamento, tem alguém do Acre, do Amazonas está aqui, se considerou o
1410 zoneamento, se considerou o Plano Estadual de Recursos Hídricos, então, à
1411 esquerda, aqui nessa tela de baixo, você tem a finalização da aprovação da
1412 reserva legal, onde o gestor estadual tem que aprovar a localização, mas tem
1413 todas as considerações da Lei, não só com relação se a reserva legal está bem
1414 posicionada, mas também se atendeu os outros critérios do Código Florestal. A
1415 análise da regularidade ambiental, aquele que eu mostrei, azulzinho lá é
1416 exatamente onde está a reserva legal. Uma central de consumidor, já temos 304
1417 pessoas conversando com o sistema, o sistema quando gera uma inconsistência,
1418 ele comunica o produtor e o produtor já faz a retificação ou fica ciente *online* do
1419 que está acontecendo com sua análise. A gestão descentralizada, os gestores e
1420 os estados poderão ter, terão a senha de administrador, que poderão distribuir
1421 para os municípios e para os parceiros, habilitar terceiro para fazer essa análise.
1422 Um módulo de monitoramento, que eu vou mostrar muito rápido, já está
1423 disponibilizado para a OEMA em março de 2016, nós vamos fazer um lançamento,
1424 e, aí, senhores secretários, eu faço um pedido pessoal, nós vamos ter uma
1425 reunião, salvo engano, dia 11 e 12 de agosto, com todos os técnicos dos estados,
1426 e nesse momento nós vamos fazer uma apresentação da disponibilização dos

1427 dados, que o ministro é quem determinou que tivéssemos um cuidado maior com
1428 a transparência e com a divulgação. Então, a hora é agora, nós já estamos com
1429 uma base consolidada, estamos aprendendo a mexer no banco, então vamos
1430 fazer um trabalho com os estados para mostrar as seguintes condições. A ficha do
1431 imóvel, esse é um imóvel que está sendo analisado, vamos mostrar para os
1432 estados como acompanhar as retificações, toda e qualquer retificação do cadastro
1433 é guardada no computador, no sistema. Então, Tadeu, tive a oportunidade de
1434 acompanhar um cadastrante no Pará, não, do Amazonas, que ele ficou de meia
1435 noite as seis horas da manhã mudando o cadastro, e ele estava tentando ajustar o
1436 cadastro para ter menos passivo ambiental. Então, ele secava a lagoa, ele tinha
1437 uma lagoa na propriedade, ele ia lá e secava a lagoa para não detalhar a APP
1438 dessa lagoa e, nós monitorando todo o acompanhamento, quer dizer, por mais
1439 que ele tente burlar, hora, minuto e segundo, nós sabemos o que ele está fazendo
1440 no cadastro de forma a tentar, ou para o bem, ajustar para a realidade, ou para o
1441 mal, para tentar burlar a lei, tem que falar de Caxias do Sul, se eu não falar você
1442 me demite. O (...) tem um trabalho muito bom em Caxias do Sul, não é, Patrícia?
1443 Com o pessoal da Mata Atlântica, é um município que assumiu o cadastro
1444 ambiental de uma forma muito legal. Esse consultor de crédito, esse aí, Marcelo,
1445 você que é da área de T.I., essas é a sofisticação da inteligência artificial do
1446 sistema, nós vamos colocar em produção com vocês, você monta uma peça, você
1447 pesquisa no banco de dados o que você quer: eu quero no Acre, Acrelândia, Assis
1448 Brasil e Xapuri, todas as propriedades ou posse que tenham o rio até dez metros e
1449 que tenham área recuperada de reserva legal, e que tenham reserva legal
1450 aprovada maior que cem hectares, ou que tem o topo de morro, aí, você monta a
1451 sua pesquisa sofisticada, simples ou não, ele vai no banco de dados, te dá a
1452 resposta em PDF, em imagem, em *shape* e em Excel. Então, o gestor pode ter as
1453 suas mensais, semanais, diárias de pesquisas, de monitoramento, pesquisando os
1454 seus dados em tempo real com dados declarados ainda, mas que são dados de
1455 uma proximidade da realidade muito maior do que qualquer estimativa. Então,
1456 esse consultor é a coisa que estamos calibrando, porque pedimos uma coisa e
1457 vem outra, nós temos que ajustar a voltagem dessa equação. Terminando. Esses
1458 relatórios que vamos lançar com vocês dia 11 de agosto, o relatório para os
1459 estados, clica no Estado, e ele te dá informações sobre o perfil fundiário, área
1460 cadastrada, uma série de informações, clicou no Estado, você pode ir no
1461 município, e isso vai estar disponível na internet para todo e qualquer cidadão,
1462 então essas informações gerais para a sociedade civil e para as entidades de
1463 classe vão estar disponíveis na página. Então, se o Tadeu quiser pesquisar Santa
1464 Catarina pode pesquisar, ter as informações gerais do Cadastro Ambiental Rural,
1465 assim como o Bruno em São Paulo. Então, a ideia é você evolutivamente,
1466 progressivamente, caminhar para as disponibilizações totais das informações,
1467 então esse é o primeiro passo que nós vamos começar a dar nesse sentido e, aí,
1468 ele gera histograma, gráfico de pizza e a base geo, nós, em breve, também
1469 vamos, para os estados, vamos fazer isso logo, disponibilizar base geo, aonde lá
1470 você pode exportar os *shapes* para o Estado, trabalhar outras políticas públicas
1471 que não seja meramente a questão de implementação do novo código florestal,
1472 você ter uma base geográfica de suas informações. A regularização do SICAR,

1473 esse é o módulo que estamos finalizando agora, que é o PRA, eu sei que muitos
1474 estados já tem o PRA, mas muitos estados também não tem o PRA. Então, nós
1475 estamos desenvolvendo um módulo automatizado de fazer o programa de
1476 regularização ambiental para regeneração, recomposição e compensação. Então,
1477 os estados terão gratuitamente a possibilidade de ter os seus PRAs automáticos,
1478 e a ideia é que você tenha, vá orientando o produtor possuidor a fazer esse
1479 programa de regularização sem depender necessariamente de um técnico. Então,
1480 ele vai preenchendo: eu quero recompor. Você está em qual município? Estou no
1481 município de Xapuri, as espécies recomendadas para Xapuri, florestais são essas
1482 e essas. Há um viveiro próximo da sua propriedade a cem quilômetros, que
1483 fornece essas mudas. Então, a ideia é ir orientando o produtor automaticamente
1484 com tela amigável, aonde ele termine o seu projeto e ele saiba exatamente o que
1485 vai fazer, o Estado possa assinar o termo de compromisso com ele, e ele entrar
1486 em regularidade ambiental. Então, é um módulo não simples, mas também não é
1487 muito sofisticado, vai depender muito da implementação, da boa-vontade dos
1488 estados de adotá-lo como uma moldura em termos de regularização ambiental
1489 para as propriedades. Só uma tela, o que nós já estamos fazendo, cada cor dessa
1490 é onde nós estamos, naquela região Norte e Nordeste lá, Francisco, ali nós
1491 estamos fazendo cadastro, os 101 municípios que estamos com o recurso da
1492 Caixa Econômica, fazendo o cadastro de pequenos agricultores, da agricultura
1493 familiar. Aqui no Mato Grosso, nós temos o FIP-CAR, vão trabalhar com o pessoal
1494 do Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul também, estou vendo ali o nosso colega
1495 do Mato Grosso do Sul, temos um pouquinho ali na região da Mata Atlântica,
1496 programa de recuperação, Goiás, vamos trabalhar fortemente a questão da
1497 recuperação de áreas de preservação permanente, quer dizer, nós não vamos
1498 resolver o problema com esse recurso, mas vamos ter possibilidade de testar
1499 modelos em campo, para de fato saber como é o melhor processo de recuperação
1500 para cada situação que foi eleita, nós elegemos dezoito bacias hidrográficas
1501 metropolitanas com o problema de abastecimento, e fizemos o edital para iniciar o
1502 processo de recuperação, e esse recurso veio de cinco fundos, Socioambiental da
1503 Caixa, do Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente, FNMA, FNDP,
1504 ainda teve a colaboração substancial da ANA. Agora, só atlas, isso está à
1505 disposição para *download* na página do Serviço Florestal, cada estado tem em
1506 torno de quatro a seis mapas, esse, por exemplo, é o estado de Minas Gerais,
1507 esse atlas é a área cadastrada em Minas Gerais, quando eu vejo o Mato Grosso
1508 falar que está preocupado em validar 108 mil cadastros, só Minas Gerais tem 566
1509 cadastros feitos, olha a distribuição de cadastros em Mato Grosso, em Minas
1510 Gerais. Se observar os vazios, certamente são áreas de unidades de conservação
1511 que estão demonstradas ao lado. Esse mapa já é um mapa de Goiás, é de
1512 remanescentes de vegetação nativa, Goiás não está tão, não pode ser tão
1513 satanizado, como dizem que está em degradação, existe muita área na mão das
1514 propriedades privadas, nós sabemos que o processo é cruel de desmatamento,
1515 mas também tem que valorizar quem tem suas propriedades com vegetação
1516 nativa. Esse é o Acre com as áreas de preservação permanente, esses vazios ou
1517 são áreas que estão cobertas por reserva extrativista ou por terras indígenas, mas
1518 é uma boa representação. Esse é Santa Catarina, brilhante trabalho, se você

1519 pegar os mapas de nascentes de Santa Catarina é de chorar de emoção ver a
1520 possibilidade que o cadastro deu de conhecer as nascentes do Estado de Santa
1521 Catarina e do Paraná, é muito bacana. Aqui, nascentes e APP, esse azul aqui são
1522 as nascentes, então um outro mapa que é associar nascentes com APPs e
1523 reserva legal, você consegue ter uma visão do que está acontecendo do ponto de
1524 vista de patrimônio ambiental do Estado. Não podia deixar de botar o Estado do
1525 nosso chefe, Maranhão. E para finalizar, a nossa prioridade agora, corredores
1526 ecológicos, com o José Pedro, que vai nos ajudar, a Secretaria de Biodiversidade,
1527 estabelecer um algoritmo que possamos automaticamente estimular e incentivar a
1528 formação de áreas de corredores nas áreas privadas, conectividade de fauna e
1529 flora, continuar junto com o pessoal da agricultura, para de fato termos políticas
1530 que possam confirmar que é possível produzir sem agredir o meio ambiente, com
1531 respeito ao meio ambiente. As estratégias de recomposição florestal, que nós já
1532 estamos fazendo uma coisa em curso, e a integração fundamental com o
1533 inventário florestal nacional, o CAR te mostra propriedade e a posse, e o
1534 inventário vai poder ter mostrar a qualidade dessa floresta, então nós vamos ter
1535 um salto de, um avanço na gestão florestal brasileira, que é algo revolucionário,
1536 ver o território, ver a propriedade, ver a posse e ver a qualidade dessa floresta
1537 quando se associar isso ao Inventário Florestal Nacional, inclusive nós já estamos
1538 modelando o CAR carbono, como calcular o carbono com base no Inventário
1539 Florestal Nacional, com os dados do Cadastro Ambiental Rural. Do ponto de vista
1540 de normas, estamos trabalhando fortemente nas cotas de reserva ambiental, na
1541 questão dos pagamentos dos serviços ambientais, no manejo florestal comunitário
1542 familiar, que é uma prioridade que o ministro também pediu que tivéssemos uma
1543 atenção, ressaltasse essa clientela do uso comunitário da floresta e o manejo do
1544 fogo, que eu imaginava que era uma coisa simples, mas é absolutamente
1545 complexa de como usar o fogo dentro e fora de unidade de conservação, então
1546 esse Decreto ainda vai passar por um processo bem disputado do ponto de vista
1547 de discussão, espero inclusive que passe pelo CONAMA. Finalizando, essa é a
1548 equipe (...), e aqui todos os estados é a família SISCAR, que só foi possível
1549 chegar e continuar nesse trabalho, porque todos vocês, especialmente os estados
1550 e municípios nos ajudaram a fazer a regra de negócios e colocar esse cadastro
1551 em pé em apenas dois anos, tem muito que fazer, mas o desafio agora é maior, o
1552 desafio é qualidade da informação, é base de dados, transparência, formação de
1553 política, mas a primeira etapa, eu entendo como bem sucedida e agradeço a todos
1554 vocês. Desculpe pelo tempo. *(Palmas!)*.

1555

1556

1557 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. Deusdará,
1558 apenas fazendo um comentário rápido em cima até da preocupação que o
1559 Eugênio colocou na fala dele, do pós-CAR, quer dizer, coletar o dado e ir a campo
1560 me parece um processo, e é mesmo, mais simples, mas pela tua apresentação, e
1561 eu fiquei bastante, mais tranquilo com relação ao pós-CAR, porque nós estamos
1562 falando de informação ativa, nós estamos falando em banco de dados integrado,
1563 nós estamos falando em gestão descentralizada, que foi um pleito também dos
1564 secretários, nós estamos falando talvez em informação *online* georreferenciada,

1565 que é importante para ter a definição do CAR como um instrumento de política.
1566 Então, eu parabeno você, e fiquei muito satisfeito com a apresentação.

1567

1568

1569 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Só um último
1570 comentário, a palavra chave integração, quer dizer, se hoje, Sueli, não tivéssemos
1571 a possibilidade de ter as autorizações de supressão de vegetação que os estados,
1572 que é direito deles, a gestão deles, integradas em um banco de dados e
1573 integradas com o CAR, não é, Rômulo? O plano de manejo, que é
1574 georreferenciados e integrados como um sistema que nós estamos, o SINAFLO
1575 está se propondo a caminhar nesse sentido, aí, sim, Dr. Marcelo, nós vamos ter
1576 de fato um panorama e uma base de dados para fazer uma gestão florestal sem
1577 precedentes.

1578

1579

1580 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Vários desses
1581 bancos já existem.

1582

1583

1584 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor Geral do SFB)** – Vários desses
1585 bancos, a palavra chave é integração, porque o CAR já começou integrado, então
1586 a determinação da Lei, os estados podem ter os seus sistemas próprios, mas eles
1587 têm que se integrar. Então, Bahia, por exemplo, do meu querido Eugênio, que não
1588 está, é um sistema próprio, mas ele é obrigado, está aí o Eugênio, ele é obrigado
1589 a integrar o SICAR, o SICAR é a nave mãe. Então, essa talvez fosse grande
1590 pequena, mas fantástica sacada que foi a possibilidade de criar um banco
1591 integrado.

1592

1593

1594 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. *(Palmas!)*.
1595 Bom, pessoal, vamos almoçar. Deixa-me apenas dar um comunicado rápido, a
1596 Reunião Ordinária, a 122ª, que estava marcada para o dia 13, ou melhor, hoje é
1597 dia 13, ela estava marcada anteriormente para o dia 15 e 16, o ministro Sarney
1598 Filho já explicou o motivo da alteração, e a reunião que estava previamente
1599 agendada para o dia 24 e 25, seria a próxima reunião do CONAMA, nós vamos
1600 passá-la para o dia 31 e para o dia primeiro, porque a Olimpíada acaba no dia 21.
1601 Então, nós teríamos problema inclusive de passagem aérea, de locomoção dos
1602 senhores. Ok? Então, vamos retornar às 14h, com a apresentação do Dr. Everton,
1603 nós temos que o avisar inclusive, e eu queria aproveitar para apresentar a Dra.
1604 Maria (...), que está incorporando a equipe da Secretaria-Executiva.

1605

1606

1607 *(Intervalo para almoço).*

1608

1609

1610 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Boa tarde. Estou
1611 atrasado um pouquinho. Nós vamos começar para não atrasar as outras palestras
1612 em respeito ao pessoal que já está aqui. Vamos ouvir o Dr. Everton, é o Secretário
1613 de Clima do Ministério do Meio Ambiente. O Everton vai falar para nós sobre a
1614 Política Nacional da Mudança de Clima e compromisso do Brasil a luz do acordo
1615 de Paris. Por favor, Everton.

1616

1617

1618 **O SR. EVERTON FRASK LUCERO (Secretário de Mudanças Climáticas e**
1619 **Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente)** – Boa tarde a todas e
1620 todas. Senhor Secretário-Executivo, obrigado. Agradeço ao CONAMA pela
1621 oportunidade de poder vir aqui falar com vocês e dar um relato sobre a situação
1622 atual pós-COP21 já com o acordo de Paris negociado e como nós estamos
1623 pensando a parte de implementação, como nós estamos começando nos preparar
1624 para a implementação. Para aqueles que não me conhecessem, eu antes de estar
1625 aqui nessa posição que acabo de assumir a convite do Ministro Sarney Filho, eu
1626 participei da negociação do próprio acordo de Paris, sendo diplomata de carreira,
1627 como Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Itamaraty;
1628 estive encarregado de coordenar, participar, coordenar a posição brasileira para
1629 as negociações. Então, se me permitem uma brincadeira inicial, eu diria que agora
1630 que estou do lado de quem tem a responsabilidade de coordenar a implementação
1631 do que foi negociado em Paris, é que vou saber se a negociação foi boa ou não,
1632 se é algo que teremos que ver. Mas de qualquer modo, eu fiquei muito honrado
1633 com o convite do Ministro e disposto a contribuir para que o acordo de Paris traga
1634 os melhores benefícios para o nosso país na área de Mudança do Clima.
1635 Primeiramente, a título de introdução, eu gostaria de dizer que nós partimos da
1636 premissa de que o tema Mudança do Clima é, na verdade, um tema mais do que
1637 ambiental, ele não se restringe a área ambiental, é um tema, na verdade,
1638 essencialmente econômico, e é absolutamente transversal a todos os setores da
1639 economia. Se nós quisermos encarar seriamente a oportunidade que o acordo de
1640 Paris nos oferece para uma transição há uma economia de baixo carbono, nós
1641 temos que trabalhar políticas que reduzam a nossa dependência do uso de
1642 combustíveis fósseis e que criem regras também para reorientar fluxos
1643 financeiros, tanto no nível nacional, quanto no nível internacional para que eles
1644 também favoreçam investimentos e mobilizem capital com vistas a criar formação
1645 dessa economia de baixo carbono. Nós como tivemos uma participação muito
1646 expressiva no processo negociador do acordo de Paris, nós como Brasil estamos
1647 muito bem posicionados, eu diria, para continuar liderando processos e testar
1648 mecanismos inovadores que permitam que o país se prepare para uma rota de
1649 desenvolvimento, uma rota de desenvolvimento sustentável aliada à
1650 implementação dos objetivos e desenvolvimento sustentável na agenda 2030 da
1651 ONU, na qual Mudança do Clima é um deles, é um dos objetivos, mas não se
1652 restringe apenas ao tema, senão acaba perpassando toda a agenda dos ODS.
1653 Então, há um entrelaçamento muito grande. Acreditamos que para que nós
1654 sejamos bem sucedidos nessa missão será muito importante que haja um
1655 estreitamento do diálogo, uma aproximação maior com, até alguém mencionou

1656 hoje de manhã o elo fraco que existe nessa equação, que é o diálogo com
1657 entidades subnacionais. Então, a participação de estados e municípios se revela
1658 essencial e nós gostaríamos muito de contar com esse engajamento, já temos
1659 recebido demonstrações de interesse por parte de Estados, de Municípios,
1660 ABEMA, Anamma, do CB-27, o próprio CB-27 que reúne as capitais em torno do
1661 propósito de tratar questões relacionadas à Mudança do Clima; é um exemplo de
1662 uma mobilização espontânea e do interesse que os Municípios, no caso as
1663 capitais vêm demonstrando como ponta de lança do maior envolvimento dos
1664 entes subnacionais nessa agenda. E por fim, também uma das premissas do
1665 nosso trabalho é continuarmos e aprofundarmos o engajamento com a Sociedade
1666 Civil, como um todo, com o setor privado em torno da elaboração desses que seria
1667 um novo projeto nacional de desenvolvimento. Eu ficaria muito feliz se
1668 conseguisse passar a mensagem de que uma atualização da Política Nacional de
1669 Mudança do Clima, do Plano Nacional de Mudança do Clima visasse criar um
1670 Plano Nacional de Desenvolvimento, porque é disso que estamos falando, é
1671 aproveitar as oportunidades que a temática nos oferece e que as regras
1672 internacionais nos oferecem para melhor posicionar a nossa rota de
1673 desenvolvimento de longo prazo com vistas à criação de uma economia de baixo
1674 carbono. Então, nesse tempo que me cabe aqui, eu vou brevemente tratar, dividir,
1675 enfim, a minha fala em três partes: primeiro o que nós temos de relevante hoje e
1676 para depois entrarmos no que nos falta. Então, qual é a nossa agenda daqui para
1677 diante, para finalizar com uma parte sobre justamente essas novas fronteiras que
1678 nós temos que abrir na nossa agenda climática, em que eu mencionarei o tema de
1679 mercados, de fluxos financeiros e de novo retomarei a participação de entidades
1680 subnacionais; e farei isso tendo duas perspectivas no plano internacional, e no
1681 plano nacional. Bom, no plano internacional, o que nós temos de relevante hoje é
1682 a moldura jurídica na qual se insere o próprio acordo de Paris e a própria
1683 convenção quadro da ONU sobre Mudança do Clima, que é 1992, que foi adotada
1684 no Rio de Janeiro, na Rio-92, como os senhores sabem, e continua sendo a
1685 referência básica, o guarda-chuva no qual todo o Regime Internacional de
1686 Mudança do Clima se desenvolve. Sob a convenção que nós temos, por exemplo,
1687 o princípio geral das responsabilidades comuns mais diferenciadas e das
1688 respectivas capacidades nacionais, e o que acontece agora é que com o acordo
1689 de Paris a convenção em si não muda, ela se mantém como referência básica, os
1690 princípios estão mantidos, o que há é uma reorientação com relação ao modo de
1691 aplicação desses princípios. Então, ao falar do princípio das responsabilidades
1692 como uns mais diferenciados até Paris o regime que nós tínhamos era o regime
1693 de uma divisão absoluta entre países com compromissos e países sem
1694 compromissos. Os países listados no anexo 1 da convenção e do Protocolo de
1695 Kyoto, e os países não listados não tinham qualquer tipo de compromisso. Agora,
1696 com o acordo de Paris a lógica muda. Agora nós teremos uma regulamentação e
1697 uma regra internacional em que os compromissos são definidos nacionalmente,
1698 são as tais contribuições nacionalmente determinadas, na sigla em inglês NDC,
1699 que são à base dos compromissos dos países, e com a perspectiva de que a cada
1700 ciclo de cinco anos essas contribuições sejam revistas com o objetivo de chegar
1701 ao que se espera em termos de agregado global de emissões para limitar o

1702 aumento da temperatura global no patamar máximo de dois graus com o esforço
1703 de poder chegar há um grau e meio, se possível. Isso é o que diz o acordo de
1704 Paris em grandes linhas e assim que se estruturará o novo regime climático,
1705 digamos assim, essa nova fase do regime climático sobre a convenção. Então, o
1706 que o acordo de Paris trouxe também como deu mais realce, e mais importância a
1707 questão da adaptação aos efeitos da mudança do clima; e busca o tratamento
1708 com igualdade de condições entre mitigação e adaptação, e também inovou ao
1709 falar de fluxos financeiros consistentes, que é algo como eu disse inicialmente, é
1710 essencial nós trazermos também este elo com o mundo financeiro para que haja
1711 um sentido até mesmo ético no direcionamento de recursos, nas diretrizes para
1712 financiamento desses grandes fundos internacionais para que tenham a
1713 sensibilidade para a questão climática como algo essencial. Se nós nos
1714 prepararmos bem, nós no Brasil pelas dimensões do nosso meio ambiente, do
1715 nosso território, das nossas condições, nós estaremos nos posicionando para
1716 receber esse fluxo de recursos provenientes dessa mobilização internacional. Nós
1717 não podemos supor que a questão financeira vá se restringir a orçamentos
1718 públicos, por exemplo, achamos que o orçamento público não será capaz diante
1719 da grandeza do desafio que é enfrentar o que nós temos que enfrentar em
1720 mudança do clima. Então, hoje nós estamos buscando formas de mobilizar
1721 recursos com maior aproximação com o setor privado, não só nacional, mas
1722 internacional, para que sejam criados os instrumentos que possibilitem inversões
1723 em atividades de baixo carbono. O acordo de Paris foi negociado e concebido
1724 para entrar em vigor em 2020, porque ele seria um sucedâneo do protocolo de
1725 Kyoto. O segundo período de compromisso do protocolo de Kyoto termina
1726 justamente em 2020, ele foi prorrogado pela emenda de Doha em 2012, e ainda
1727 não entrou em vigor, porque também depende de um processo de ratificação, nós
1728 sempre fomos muito apoiadores do protocolo de Kyoto, porque, por exemplo,
1729 dentro do protocolo de Kyoto que está regulamentado o Mecanismo de
1730 Desenvolvimento Limpo, o MDL, que trouxe para o Brasil a oportunidade de
1731 financiar projetos em diversos setores. No acordo de Paris existe por iniciativa de
1732 negociação brasileira um mecanismo semelhante, mas como é outro instrumento,
1733 até o nome será diferente, hoje fala-se no Mecanismo de Desenvolvimento
1734 Sustentável, seria o MDS, também o sucedâneo do MDL, mas que também
1735 ampliaria a base de participação tendo em conta que o acordo tem esta nova
1736 dinâmica, como eu falei, o acordo que se baseia em contribuições nacionais,
1737 nacionalmente determinadas, e não em uma meta específica contida no próprio
1738 acordo, e dividida entre as partes. O que nos falta, então, no plano internacional?
1739 Bom, em primeiro lugar colocar em vigor o acordo, eu disse que a previsão é que
1740 deveria entrar em vigor em 2020 do jeito que está havendo uma mobilização
1741 internacional em favor do acordo, é possível que esse prazo seja antecipado e o
1742 Ministro hoje de manhã mencionou que ontem na Câmara dos Deputados aprovou
1743 a ratificação do acordo, agora vai ao Senado. Então, isso nos dá também uma boa
1744 perspectiva de que o Brasil esteja entre os primeiros países a ratificar o acordo, é
1745 claro que a ratificação do Brasil só não será suficiente, nós temos que para o
1746 acordo entre em vigor tem uma cláusula que exige cinquenta e cinco países e
1747 55% do total das emissões globais de acordo com os últimos dados informados

1748 por cada país ao Secretário da convenção. Então, mas, enfim, do modo como nós
1749 estamos tendo, por exemplo, a indicação de que China deve ratificar este ano e
1750 que muito provavelmente os Estados Unidos que no caso pela linguagem do
1751 acordo não terão que submeter ao Congresso, eles poderão por ato do Executivo
1752 ratificar. Então, também poderão fazer este ano o que traz uma boa perspectiva
1753 de rápido andamento para entrada em vigor do acordo, talvez antes, bem antes de
1754 2020. Há muitos aspectos a serem ainda regulamentados, já se iniciou um
1755 processo dessa regulamentação que, na verdade, deve ser oficialmente lançado
1756 agora na COP-22 em Marrakesh no final deste ano em novembro, e há aspectos
1757 que são muito relevantes para nós, para a nossa situação, por exemplo,
1758 transparência. Como agora os compromissos são nacionalmente determinados as
1759 regras de transparência e de verificação do cumprimento desses compromissos
1760 adquirem uma importância muito grande. Então, nós devemos trabalhar para que
1761 aqui seja criado, nós estamos trabalhando até em uma Estratégia Nacional de
1762 Transparência, o MRV, na sigla que se utiliza para isso no âmbito do acordo e
1763 deveremos dar a importância a esse tema; há previsão de uma revisão global do
1764 agregado das contribuições para ver se elas estão adequadas a meta de dois
1765 graus, e qual é o esforço adicional que precisa ser feito, isso ainda antes de 2020,
1766 inicialmente a previsão é 2018 e também há que se definir as regras de mercados
1767 de carbono, como eu falei há o próprio mecanismo de desenvolvimento
1768 sustentável previsto no acordo, e é o mecanismo de mercado que permite aos
1769 países comercializarem, querer certificados de redução de emissões. Nós temos
1770 também aqui um diferencial que fomos o primeiro país a nos preparar para
1771 receber pagamentos por resultados e aí não estou mais falando de mercados,
1772 mas sim de RED, em Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
1773 Florestal, que isso foi regulamentado em 2013, o Brasil já apresentou um nível de
1774 referência para a Amazônia, está habilitando-se a receber pagamentos por
1775 resultados e agora estamos preparando o nível de referência para o Cerrado,
1776 como o Ministro também mencionou hoje de manhã, isso deverá estar pronto este
1777 ano até dezembro e com isso nós nos posicionamos também na dianteira de
1778 estarmos habilitados a receber esses pagamentos por resultados, por atividades
1779 de RED em nível nacional. No plano interno, passando rapidamente não quero
1780 esgotar o meu tempo, eu peço até o Secretário-Executivo que me avise quando
1781 estiver perto. No plano interno o que nós temos hoje? Nós temos a Lei 1287, de
1782 2009, que estabeleceu a política nacional, o Plano Nacional de Mudanças do
1783 Clima, e que foi criada em um contexto específico de Copenhague, que previa que
1784 o Brasil iria ter planos setoriais que depois foram apresentados ao Secretariado da
1785 Convenção como ações voluntárias, ações de mitigação nacionalmente
1786 apropriadas as chamadas NAMAS, que são nada mais que ações setoriais que
1787 foram apresentadas por países que não tinham compromissos em busca de apoio
1788 financeiro internacional para implementá-las, e isso tem a duração até 2020.
1789 Acontece que o acordo de Paris, como eu expliquei, ele muda essa configuração,
1790 nós estamos tendo uma inflexão no regime. O Brasil na sua contribuição nacional
1791 declarou que terá sob o acordo de Paris uma meta absoluta de redução de
1792 emissões em relação ao ano base. Então, isso significa que ao nosso esforço será
1793 um esforço nacional, será aferido no nível nacional e não setorial; é claro que os

1794 setores poderão ter seus planos e terão que continuar participando do esforço
1795 nacional, mas há aí alguma margem de ação que exige uma boa articulação, uma
1796 boa sintonia entre os diferentes setores, e justamente por essa nova configuração
1797 é que nós achamos que teremos de enfrentar o desafio interno de atualizar
1798 também a Lei 1287, de 2009, a contribuição nacional brasileira, que eu mencionei,
1799 que é a de reduzir em 37% até 2025; e 43% até 2030, 2030 é uma indicação, as
1800 emissões em relação ao nosso patamar de 2005, elas também já alinham algumas
1801 ações, mas elas precisarão a partir de agora que nós olhemos mais detidamente
1802 as ações, as políticas, os programas que serão colocados em vigor para que nós
1803 possamos atingir essa meta e até mesmo ir além delas, como disse o Ministro, se
1804 possível antes do prazo. Não se trata agora, então, de uma questão de nós
1805 ficarmos rediscutindo e revisitando as metas que já foram apresentadas, elas são
1806 metas que foram consideradas bastante ousadas, bastante ambiciosas no plano
1807 internacional; a nossa função agora é buscar os instrumentos para implementá-las
1808 e podendo ir além delas, mas não ficarmos sempre no modo de rediscutir e reabrir
1809 as metas que temos. Um parêntese sobre adaptação; adaptar-se é uma
1810 necessidade, nós já vivemos isso os efeitos da mudança do clima são
1811 diferenciados localmente, e as comunidades locais precisam, é uma necessidade,
1812 não só do indivíduo, da comunidade, do Município, da região, enfim, é algo que
1813 precisa ser incluído também no plano nacional. Nós temos um Plano Nacional de
1814 Adaptação, que foi feito com a participação da sociedade e agora também
1815 teremos que olhar para a busca de instrumentos que permitam avançar na
1816 implementação desse Plano Nacional de Adaptação. O que nos falta, então,
1817 passando já para a terceira parte e última parte dessa minha apresentação inicial?
1818 Bom, como eu falei nos falta integrar melhor as ações de estados e municípios.
1819 Tem muitos municípios e estados que já estão criando as suas próprias políticas,
1820 ou programas na área de mudança do clima, mas se isso for feito de uma forma
1821 não integrada, não coordenada vai gerar dificuldades até mesmo para os agentes
1822 econômicos que terão que se adaptar a diferentes regulações e diferentes
1823 jurisdições. Isso não é bom. Então, esse desafio de integrar é um desafio que nós
1824 temos e queremos enfrentar, e temos o apoio do Ministro que deixou muito claro
1825 que pretende ampliar e dinamizar o contato com estados e municípios, temos que
1826 rever a lei, isso eu já falei; temos que envolver o setor financeiro e tratar de temas
1827 que dizem respeito, por exemplo, a interface entre a mudança do clima e
1828 Comércio Internacional, essa é uma seara pouco explorada, mas na verdade
1829 quando nós implementamos ações de mudança do clima, se isso tiver algum
1830 custo, uma elevação nos custos para as nossas exportações, nós teremos que ver
1831 como não perder competitividade no mercado internacional, porque o que nós
1832 estamos fazendo é de benefício global, nós estamos com medidas tomadas no
1833 Brasil o fenômeno de mudança do clima é global e todo mundo se beneficia.
1834 Então, avaliar, aferir como você vai aproximar essas agendas, Agenda de
1835 Comércio Internacional, e Agenda de Clima, também é uma preocupação nossa.
1836 Sobre os entes subnacionais, então, para concluir a própria Lei de Mudança do
1837 Clima estipula no art. 5.5 que deve haver estímulo e o apoio a participação dos
1838 governos federal, estadual, distrital e municipal, assim como o setor produtivo do
1839 meio acadêmico e da Sociedade Civil Organizada no desenvolvimento e na

1840 execução de políticas, planos, programas e ações relacionadas a mudança do
1841 clima. Já há uma previsão legal, nós temos base para agir nessa direção. Na
1842 nossa INDC apresentada no contexto do acordo de Paris, nós dizemos muito
1843 claramente que o Brasil reconhece a importância do engajamento de governos
1844 locais e seus esforços no combate a mudança do clima. O que falta são canais
1845 institucionais para esse diálogo, é isso que precisamos trabalhar e aí entramos na
1846 ceara da Governança, que eu falei, nós teremos que rever e adaptar a
1847 Governança que está prevista na própria lei de modo a que possamos contemplar
1848 essa diversidade de ações que são tomadas no nosso sistema federativo. Bom, a
1849 título geral, eu acredito que já estou terminando os meus 20 minutos que estava
1850 previsto para eu falar. Então, eu lhes deixo aqui, enfim, essa mensagem
1851 introdutória geral e a disposição de continuarmos e aprimorarmos o nosso diálogo.
1852 Acredito que o CONAMA como um Fórum de Ressonância dos interesses dos
1853 diversos setores da sociedade, do setor produtivo, do próprio Governo, que está
1854 aqui também fortemente representado, nos permite captar também as opiniões de
1855 todos que aqui participam para que essa implementação dessa estratégia, a
1856 elaboração mesmo da estratégia de implementação do acordo de Paris seja algo
1857 que não seja uma estratégia do Ministério do Meio Ambiente, e nem uma
1858 estratégia unicamente federal, mas que seja uma estratégia nacional, uma
1859 estratégia do País que envolva a todos e na qual todos possam se ver refletidos.
1860 Nós pensamos que proximamente até chegarmos a próxima Conferência, que é
1861 em Marrakesh em novembro como eu falei, nós teremos já um esboço do que
1862 seria essa estratégia para podermos, então, iniciar um diálogo e colher as
1863 opiniões, enfim, as contribuições dos diversos setores e segmentos da sociedade
1864 e que será importante para essa finalidade que eu mencionei de termos algo de
1865 fato nacional. Eu acho que era isso Dr. Marcelo, agradeço pela oportunidade e
1866 estou à disposição para perguntas e comentários.

1867
1868

1869 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – Bom, eu gostaria de
1870 colocar duas questões. A primeira delas é a necessidade de seguir o dinheiro que
1871 vai para a sustentabilidade, ou não para mudanças climáticas, nesse sentido
1872 recentemente houve uma Resolução do Banco Central, do BACEM, determinando
1873 a obrigatoriedade dos bancos de apresentarem a sua política de sustentabilidade
1874 socioambiental. Então, se de alguma forma não seria interessante, se vocês já
1875 estão trabalhando essa possibilidade, de saber para onde vai o montante de
1876 dinheiro que circula no país, principalmente os fundos de financiamento de bancos
1877 multilaterais e se isso é canalizado para sustentabilidade ou não. E nesse aspecto,
1878 talvez seja muito interessante se o Departamento de Clima do Ministério do Meio
1879 Ambiente criasse um termo de referência para orientar o agente financiador,
1880 porque na verdade o agente financiador não tem elementos para fazer esta
1881 avaliação, e eu percebo que nós estamos nesse momento de transformação da
1882 economia para uma economia de sustentabilidade, no sentido da criação desses
1883 mecanismos. Eu acho que seria uma ideia interessante de se desenvolver. A
1884 segunda questão Dr. Everton, é um pouco mais ampla e como o senhor pertenceu
1885 à divisão de clima do Itamaraty, eu acho que é bastante pertinente, nós temos um

1886 envolvimento com as ONGs que mapeiam o problema do ozônio, do metano no
1887 Ártico, e acabamos tendo conhecimento e informação a respeito de que todo o
1888 estudo de PCC não considerou o metano do Ártico no seu cálculo para nós
1889 mantermos o clima no planeta na faixa de 1,5 a 2 graus. A sugestão é um pouco
1890 ousada, mas eu acho que cabe o Brasil está absolutamente a cavalheiro para
1891 fazer uma cobrança de países como Estados Unidos, Canadá, Noruega e Rússia,
1892 façam esse mapeamento do Ártico e apresentem e isso seja incluído nos cálculos
1893 do PCC, porque, na verdade, nós não temos uma base sólida para fazer esse
1894 cálculo hoje dos gases de efeito estufa. Então, eu não sei se seria ousado demais,
1895 mas eu penso que desde que o Brasil presta contas internacionalmente pela
1896 queimada da Amazônia, pelas emissões em território nacional, o Brasil estaria
1897 seguramente em uma posição confortável de fazer essa cobrança já que não há
1898 dado científico. E a outra questão é que a nossa vice-presidente do IPCC hoje, um
1899 dos vice-presidentes, a Dra. Thelma Krug, uma pessoa altamente qualificada
1900 brasileira do INPE, que ela poderia conduzir essa questão. Na época da
1901 Conferência de Paris, nós encaminhamos este ofício a Ministra, nesse sentido a
1902 Dra. Thelma Krug e também ao Ministério de Relações Exteriores, eu não obtive
1903 nenhuma resposta, é claro que é uma tentativa eu diria ousada da nossa parte de
1904 você pedir que o Brasil assuma essa posição, mas eu acho que isso é
1905 extremamente necessário. Então, deixo aqui a sugestão. Obrigado.

1906

1907

1908 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Por favor, como está
1909 sendo gravado, se identifique para nós. Obrigado pelas sugestões. Alguém mais?

1910

1911

1912 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Boa tarde. Secretário
1913 Everton, mais uma vez nós fazemos um apelo ao Ministério do Meio Ambiente,
1914 principalmente a Secretaria de Mudanças Climáticas. Várias vezes nós já ouvimos
1915 essas (...) da participação brasileira nas COPs e nós já fazemos dois anos que
1916 temos a promessa de que o Estado, ou o Governo Federal iria ouvir as
1917 comunidades atingidas pelas mudanças climáticas, pelas adversidades. Eu vou
1918 dar um exemplo, eu moro na região do epicentro do Furacão Catarina, que é o
1919 único do Atlântico Sul, e nós nunca fomos consultados a respeito dessa questão
1920 climática, e aí nós escutamos todos os dias na mídia que quando se fala em clima
1921 se volta para a Amazônia, desmatamento da Amazônia, ninguém cita você que
1922 falou sobre a questão de mudanças de combustíveis fósseis, Santa Catarina e Rio
1923 Grande do Sul estão queimando carvão, combustível fóssil caro, violento e que
1924 quer dizer estamos andando na contramão da história. Aí como é que o Brasil vai
1925 lá fora fazer um discurso de compromisso e não trabalha essa questão da queima
1926 de combustíveis fósseis, ou até a questão das emissões de veículos nas cidades,
1927 e isso gera a questão da saúde pública. Então, eu deixo aqui o apelo para que
1928 essa nova proposta interina de Governo atenda essa questão essas outras fontes
1929 de emissões, e que também a Sociedade Civil, principalmente as atingidas,
1930 tenham o direito de dar opiniões a respeito de medidas políticas públicas e
1931 preventivas, ou de adaptação de prevenção, ou seja lá. Ok? Obrigado.

1932

1933 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. Tem mais
1934 uma e aí nós...

1935

1936

1937 **A SR^a. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Chamou-me atenção, assim
1938 como o meu colega, a lacuna criada para Mata Atlântica falaste no termo de
1939 referência, alguma coisa assim para a Amazônia e para o Cerrado, tem algum
1940 prognóstico, não vai ser para a Mata Atlântica e também na aplicação efetiva dos
1941 pagamentos de serviços ambientais, não se tem como se trabalhar, não tem um
1942 documento que ficou no Congresso e os estados também não avançaram. Então,
1943 ficava bastante difícil de ser implementado isso até em nível local, porque tenta ter
1944 uma reserva RPPN e quer fazer um pagamento de serviço, por exemplo, rede
1945 mais, não encontra aonde fazer, como fazer e aí tem que apelar para o mercado
1946 de carbono, que não é ainda regulamentado. Então, como é que vai funcionar isso
1947 na prática, como que as pessoas, o cidadão que quer contribuir, ele tem condições
1948 de fazer, não existe um regramento se ele não tem acesso a essa informação, a
1949 série de biodiversidade publicou, inclusive, um trabalho com diversas experiências
1950 e o nosso até respondemos o questionário, por um acaso eu fiquei sabendo que ia
1951 ser publicado, justamente falando disso da falta de elementos de onde nós
1952 chegamos como fazemos como realmente efetivar esse acesso ao pagamento de
1953 serviços ambientais, tem áreas prontas para isso querendo e, às vezes, nós
1954 estamos perdendo essas áreas por não termos acesso ao investimento que as
1955 proteja justamente pela falta de critérios e etc. Quando você falou neste dado da
1956 Amazônia, que sempre se voltam para a Amazônia, mas a maior parte da
1957 população vive na Mata Atlântica, nós carecemos desse instrumento a solicitação
1958 é de se agilize também no bioma Mata Atlântica um termo de referência que se
1959 torne uma coisa mais prática esse acesso ao pagamento de serviços ambientais
1960 enfatizando sempre o rede mais, até porque o Brasil eu não sei se nós
1961 continuamos, mas em uma certa época o Brasil conseguiu colocar a silvicultura
1962 como também um objeto que possibilitasse receber o pagamento de serviços
1963 ambientais, mas temos árvores nativas precisando disso e não se tem esse
1964 acesso, um olhar mais profundo para isso para realmente termos aquela
1965 governança que o Eugênio falou anteriormente.

1966

1967

1968 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**
1969 **Velhas)** – Na verdade, é uma pergunta como você participou da questão das
1970 negociações, eu queria entender como é que ficou essa questão, porque o grande
1971 componente da questão do aquecimento global é a matriz energética, é o grande
1972 elemento chave que nós temos nessa história, e aí tem a questão dos
1973 combustíveis fósseis, ou seja, a indústria petroquímica, petroleira, nós mesmo
1974 estamos aí Pré-Sal e tudo mais. Então, eu queria saber como nós vamos
1975 realmente alcançar mudança climática, como que ficou acertado isso em relação,
1976 porque eu não vi em nenhum momento como é que foi tratado essa discussão dos
1977 combustíveis fósseis dessa indústria petroquímica, petrolífera, etc. e tal, e que é a

1978 matriz geradora de grande parte desse impacto que está sufocando as nossas
1979 cidades, as regiões metropolitanas no que tange a saúde das pessoas e
1980 evidentemente bombardeando cada vez mais carbono para dentro da atmosfera.
1981 Então, como você participou dessa negociação, eu queria saber como isso foi
1982 tratado.

1983

1984

1985 **O SR. EVERTON FRASK LUCERO (Secretário de Mudanças Climáticas e**
1986 **Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente)** – Muito obrigado pelos
1987 comentários e pelas questões, eu entendo que o objetivo era exatamente esse
1988 nós podermos também receber esse tipo de contribuição e de preocupação que
1989 nós compartilhamos nos diferentes graus, e eu agradeço a todos pelas perguntas.
1990 Tentando ir especificamente ao que foi comentado. A questão de financiamento
1991 existe sim a previsão, quando eu falei em transparência, eu falei de modo muito
1992 geral Dr. Carlos Alberto, na verdade, há dois aspectos de transparência,
1993 transparência de ações, ações implementadas para ser atingido o objetivo, e
1994 transparência de apoio, recursos mesmo, quais as fontes, qual a reorientação,
1995 quais as fontes orçamentárias e quais as fontes privadas que devem ser agora
1996 melhor aferidas e é por isso que eu disse que nós iremos desenvolver uma
1997 estratégia para essa aferição, uma estratégia de MRV que contemple também a
1998 transparência de apoio. Essa é uma questão relevante, o senhor mencionou o
1999 Banco Central; o Banco Central deverá ser um dos nossos interlocutores, nós
2000 vamos buscar melhorar essa interlocução, porque estamos diante de uma
2001 situação em que o envolvimento do setor financeiro requer a criação de
2002 instrumentos e isso foi também mencionado pela Lisiane, quais os instrumentos?
2003 E esses instrumentos requerem regulação financeira, não é o MMA que fará a
2004 regulação financeira obviamente, não é a Convenção do Clima que fará a
2005 regularização financeira, mas a partir de orientações políticas tiradas nas COPs,
2006 você pode envolver mais os agentes financeiros a criar os instrumentos. Nós
2007 abrimos lá em Paris um debate sobre o reconhecimento intrínseco do valor
2008 econômico, social e ambiental de atividades voluntárias de mitigação. Há muitas
2009 iniciativas, seja em nível Municipal, seja comunidades, que tem impacto em
2010 termos de redução de emissões e isso passa batido, não se afere, não se valoriza.
2011 Então, esse debate apenas iniciou por iniciativa do Brasil no plano internacional,
2012 nós pretendemos retomá-lo agora em Marrakesh no final do ano para que se crie
2013 uma massa crítica que permita iniciar a definição desses instrumentos, quer dizer,
2014 quais os instrumentos que nós necessitamos para valorizar esse tipo de ação. E aí
2015 não mencionei a Mata Atlântica, mas a Mata Atlântica naturalmente é parte do
2016 contexto, é um bioma importante, nós iniciamos historicamente o monitoramento
2017 na Amazônia pela própria dimensão internacional, apelo internacional que existe
2018 sobre a Amazônia. Então, iniciou-se com a Amazônia. Cerrado, nós temos a plena
2019 consciência, hoje ouvimos algumas observações em particular do Secretário do
2020 Meio Ambiente do Distrito Federal mesmo com relação a importância de darmos
2021 uma melhor olhada ao Cerrado. Então, nós iremos fazer isso passo a passo. A
2022 questão é que nós precisamos também nesse caso dos instrumentos de
2023 monitoramento, basicamente é acompanhar, monitorar a cobertura vegetal por

2024 imagens de satélite a partir de um mecanismo bastante claro, transparente que
2025 como é já o que se faz, já existe para a Amazônia, por isso nós começamos por lá,
2026 mas isso de nenhum modo significa retirar a importância dos outros biomas. Nós
2027 temos inclusive um projeto para todos os biomas do país que está em fase de
2028 elaboração e nós trabalharemos mais nele. Sobre a questão do metano no Ártico
2029 muito obrigado, eu falei com a Dra. Thelma Krug que permanece na nossa
2030 equipe como Diretora do Departamento de Política de Combate ao Desmatamento
2031 e como o senhor bem disse, ela é vice-presidente do IPCC e anotei a sua
2032 sugestão aqui. Muito obrigado por ter trazido. Com relação as comunidades
2033 atingidas, é claro que em uma intervenção muito breve, nós não podemos nos
2034 deter, nós consideramos extremamente importante ouvir Dr. Tadeu, as
2035 comunidades atingidas e a nossa preocupação é que o tema de mudança do clima
2036 não deve exigir apenas medidas de redução de emissões para mitigar as causas
2037 do problema, mas também parte em equilíbrio destas ações deve ser contemplar
2038 as necessidades de adaptação, por isso mencionei adaptação e adaptação
2039 significa ter uma análise de vulnerabilidade e de riscos em um nível local, e que é
2040 diferenciado de loção para local. O senhor mencionou a região de Santa Catarina,
2041 é um exemplo, e se nós olharmos aqui no Cerrado, nós teremos efeitos
2042 diferenciados, na catinga efeitos diferenciados, na Amazônia, enfim, mas a
2043 vulnerabilidade existe e nós estamos mapeando parte do Plano Nacional de
2044 Adaptação é ter esse mapeamento que já se iniciou, e agora está chegando em
2045 um nível municipal. Como um projeto piloto, nós cobrimos e elaboramos mapas de
2046 risco e vulnerabilidade nos Estados do Espírito Santo e de Pernambuco, e
2047 estamos paulatinamente também, porque isso exige força, exige recursos e exige
2048 pessoal qualificado, mas nós vamos expandir para chegar cada vez mais perto
2049 das localidades, estamos plenamente conscientes dessa necessidade. Com
2050 relação a outros setores que não emissões florestais e de novo a questão
2051 Amazônia, o que nós sabemos é que com o decréscimo de emissões por
2052 desmatamento, sobretudo na Amazônia nos últimos dez, doze anos, o que o
2053 padrão de emissões do país está se alterando; hoje os maiores setores
2054 responsáveis por emissões são: agropecuário e energia. Então, são justamente
2055 esses setores com os quais nós precisamos dialogar mais e trazê-los para
2056 elaboração dessa estratégia nacional que eu me referi de implementação, nós já
2057 iniciamos conversas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,
2058 com o Ministério de Minas e Energia, e vamos preparar essa estratégia de modo
2059 que tenhamos algo concreto por escrito resumido, ainda que resumido, para que
2060 possamos apresentar a sociedade e aí colher as sugestões e observações. Como
2061 eu falei a intenção é que nos próximos meses até Marakesh, nós tenhamos essa
2062 preparação para a partir daí e até meados do ano que vem, então, nós nos
2063 engajarmos nessa discussão com as comunidades, com o nível subnacional, com
2064 a Sociedade Civil, com os agentes econômicos para viabilizar a implementação
2065 dessa estratégia e discutir, finalizar, na verdade será nada mais do que uma
2066 proposta, nós estamos trabalhando nisso. A questão dos combustíveis fósseis que
2067 foi mencionado também pelo Marcus Polignano é uma questão que estamos
2068 inteiramente de acordo, nós sabemos que a causa do problema de origem
2069 antrópica foi ao longo da história da resolução industrial o uso indiscriminado de

2070 combustíveis fósseis, que foi o motor da própria revolução industrial, e isto não
2071 poderá continuar desse jeito. Nas negociações em si prevaleceu o entendimento,
2072 como eu falei, de contribuições nacionalmente determinadas sem setorizar. Então,
2073 cada país, na verdade, tem a liberdade de eleger, de escolher de acordo com as
2074 suas características, com as suas circunstâncias e sua vocação econômica quais
2075 os setores em que irá priorizar as ações, se nós tomarmos como exemplo o Brasil,
2076 nós vemos já claramente que o Brasil já priorizou o combate ao desmatamento e
2077 emissões provenientes do uso da terra, e florestas. Ok. Fizemos isso. Agora,
2078 como eu expliquei vamos avançar para energia e agricultura, e cada país irá atuar
2079 de acordo com as suas circunstâncias, não há condições de nós impormos por
2080 uma regra internacional global, até porque não existe uma autoridade, um
2081 Governo global para isso, uma regra que determine a limitação no uso de
2082 combustíveis fósseis; isso é extremamente difícil. O que nós temos também
2083 defendido é que se trabalhe e criem as condições para que se criem o maior
2084 número possível de obstáculos para que se continue utilizando, por exemplo,
2085 subsídios da combustíveis fósseis, é inexplicável se queremos de fato rumar para
2086 uma economia de baixo carbono para que alguns países continuem subsidiado
2087 fortemente o uso do petróleo e do carvão. Então, agora como nós criamos um
2088 acordo que vai ser implementado e vai ser revisto e acompanhado a cada rodada,
2089 a cada cinco anos para ir aferindo o nível global de emissões, os países serão
2090 cada vez mais constrangidos a limitar as suas emissões. Então, nós esperamos
2091 que haja um círculo virtuoso ao longo do tempo, este é um acordo de
2092 implementação de longo prazo, ele não se esgota em 2025, 2030; 2025 e 2030
2093 são, na verdade, datas de referência iniciais para que se comece a
2094 implementação, desculpe, a implementação vai começar desde logo, mas para
2095 que se faça a primeira aferição dessa implementação, mas com uma perspectiva
2096 de longo prazo. Aliás, o acordo também traz uma novidade que é encomendar aos
2097 países estratégias nacionais de longo prazo de uma economia de baixo carbono e
2098 quando falamos longo prazo, nós falamos metade do século, 2050, ou até quem
2099 sabe até mesmo fim do século. E aí nesse componente é inevitável nós tratarmos
2100 da questão dos combustíveis fósseis, nós estamos atentos a isso, naturalmente
2101 que não é o Ministério do Meio Ambiente sozinho que vai regular essa questão,
2102 mas nós compartilhamos dessa preocupação e sabemos que é crucial
2103 enfrentarmos essa que é a principal fonte antrópica de emissões, e causadora do
2104 problema que afeta a todos. Eu não sei se cobrir todas as questões se quiser
2105 podem, por favor, me retomar alguma. Agradeço.

2106

2107

2108 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Everton, eu acho que
2109 se faz necessário o esclarecimento já que o nome da Dra. Thelma Krug foi citado,
2110 que houve um equívoco administrativo na semana passada em que saiu no Diário
2111 Oficial a exoneração da Dra. Thelma Krug, eu quero dizer que foi equívoco
2112 administrativo, em momento algum o Ministro Sarney Filho teve a intenção de
2113 retirar a Dra. Thelma da equipe até pelo motivo que foi levantando pelo Bocuhy.
2114 Ok. Outra coisa Everton, só para deixar claro uma mudança de organização com
2115 relação a captação de recurso que nós estamos tentando implementar lá no

2116 Ministério independente e sem prejuízo do planejamento específico para área de
2117 mudanças climáticas, o que se percebe é que diferente de vários outros
2118 Ministérios, talvez o Dr. Neilton lá na saúde também não tenha isso, o Ministério
2119 do Meio Ambiente e como você bem disse não pode depender único e
2120 exclusivamente do OGU, mas repito diferente dos outros Ministérios da grande
2121 maioria deles a possibilidade de captação de recursos dos diversos fundos,
2122 entidades, organismos, seja por adoção, empréstimo e coisa que o valia, no MMA
2123 é efetivamente patente, o volume é muito grande só que eu acho que a forma de
2124 captação está muito dispersa ser uma organização e uma priorização para os
2125 temas dentro do Ministério e a partir daí mesmo com esse volume que já está
2126 internalizado, eu acho que podemos funcionar melhor na questão que você
2127 abordou. Peço permissão para a Zilda para inverter a pauta já que o Dr. Neilton
2128 veio nos visitar. O Dr. Neilton vai falar sobre, aliás, eu estava nesse início de
2129 embate em outro Ministério, eu estava no Ministério de Minas e Energia quando
2130 começamos a movimentar a campanha especificamente e eu fiquei muito
2131 impressionado com a sua palestra naquele momento, inclusive o Gaetani que
2132 estava aqui e foi para o planejamento. Então, é um prazer recebê-lo Dr. Neilton e
2133 vamos falar um pouquinho do combate ao Aedes, que no pico do problema todo
2134 mundo fala muito e nós vamos nos esquecendo durante o resto do exercício do
2135 ano, não é verdade. Por favor.

2136

2137

2138 **O SR. NEILTON OLIVEIRA (Ministério da Saúde)** – Boa tarde. Eu queria
2139 agradecer muito a oportunidade de estar aqui, eu até pretendia para me aproximar
2140 mais do trabalho que vocês estão fazendo participar o dia todo com vocês, mas
2141 lamentavelmente por não poder estar aqui, eu fui convocado para acompanhar o
2142 Ministro da Saúde em uma audiência na Câmara dos Deputados que saímos
2143 agora, mas esse é um tema que eu considero muito importante trabalhar em uma
2144 linha da intersetorialidade e talvez não há nenhum setor mais próximo, mais
2145 identificado com essa questão da dengue, Chikungunya, Zika, microcefalia, tudo
2146 consequência do Aedes Aegypti do que a questão ambiental. Então, eu queria
2147 agradecer muito mesmo a oportunidade de estarmos aqui; trouxe uma
2148 apresentação bastante extensa e robusta para vocês poderem se debruçar depois
2149 sobre os detalhes, mas não vou me ater a todos os pontos trazendo aqui aquilo
2150 que eu considero que é mais relevante e mais oportuno. Em primeiro lugar, eu
2151 acho que a importância de compreendermos o momento e a identidade que nós
2152 conferimos ao enfrentamento ao Aedes Aegypti e as suas consequências,
2153 infelizmente a maioria de nós ainda pensa nisso como uma campanha, como uma
2154 coisa passageira, como uma enchente, como uma epidemia que vem ali e vai
2155 embora. Eu tenho falado em todos os lugares, nós estamos diante de uma
2156 situação irreversível própria da nossa natureza climática. Então, nós vamos
2157 conviver com esse risco permanentemente e teremos que saber, não só conhecê-
2158 lo profundamente, mas saber enfrenta-lo. Quem aqui é profissional de saúde
2159 levante a mão, por favor. Quem que é professor seja universitário, ensino médio,
2160 quem que é do órgão governamental, qualquer que seja área governamental, da
2161 área da indústria de comércio, da área de serviços, quem é representante da área

2162 de usuário da sociedade em geral? Obrigado gente. Todos nós temos alguma
2163 coisa a ver com isso, geralmente nós pensamos que uma doença é problema do
2164 médico, ou do Governo, ou da Secretaria de Saúde, ou do prefeito, do governador,
2165 do presidente. Então, essa é a primeira questão que eu acho que nós temos que
2166 discutir entre nós, essa é uma questão que afeta a todos. Passe, por favor. Nós
2167 vamos falar de uma especificidade de um conjunto conhecido por arboviroses. As
2168 arboviroses são vírus transmitidos por artrópodes; artrópodes que tem pernas
2169 articuladas e é o ramo mais grande, maior de todos da vida, são os artrópodes.
2170 Então, tem inúmeras enfermidades, tem inúmeras situações, microorganismos,
2171 nós vamos falar de um que é vários vírus que é transmitido por um artrópodes
2172 chamado Aedes Aegypti. O Aedes, não sei se alguém já sabia o significado, mas
2173 em grego significa odioso do Egito. Então, ele é bem antigo, é bem conhecido, e
2174 porque é terrível de fato, tem várias características, é o nosso transmissor da febre
2175 amarela. Então, só para termos a lembrança histórica do que foi a febre amarela
2176 no mundo, a febre amarela no Brasil, nós nos lembramos de Oswaldo Cruz e todo
2177 o trabalho que foi feito no início do século XX, e conseguimos debelar, vencer a
2178 febre amarela e o Aedes está presente, eu não vou falar de todas as datas, mas
2179 nós conseguimos na década 50 exterminar, erradicar o Aedes do território
2180 brasileiro, depois ele volta e depois conseguimos exterminá-lo novamente, e
2181 depois ele na década de 80 reintroduz no Brasil e continua conosco de lá até aqui
2182 causando a dengue, mais conhecida e que virou comum nós até começamos a
2183 brincar: fulano, não veio trabalhar ontem, porque estava dengosa; ciclano está
2184 com dengue, isso é manha e não sei o que e tal, nós esquecemos o tanto de
2185 gente que morre e o tanto de gente que falta ao trabalho, e o tanto de gente que
2186 adocece quando é criança, e que causa preocupação a família e assim por diante.
2187 Aí também não vou entrar nesses detalhes. Aí vem o Chikungunya; o
2188 Chikungunya está mais recente, chegou ao Brasil na década de 50, mas só toma
2189 mais força mesmo agora em 2014, e aí nós começamos o que significa
2190 Chikungunya na linha África andarem encurvado, porque lá comete nervos e
2191 músculos e algumas pessoas vão ter uma semana, duas, outras vão ter várias
2192 semanas, outras vão ter meses de patologia causando todo um transtorno, e não
2193 era considerado mais grave, nem era considerado mais letal. Tem um trabalho
2194 agora mostrando que no Nordeste a Chikungunya matou mais em 2016 do que
2195 matou dengue e Zika, e Zika também não é tão mortal, mas a dengue era mais
2196 mortal, mas Chikungunya nesse estudo está se apresentando com uma incidência
2197 maior da mortalidade, do que a própria dengue. Então, ela passou a adquirir uma
2198 importância muito grande. Esse mapa lá que vocês estão vendo é a distribuição
2199 geográfica quanto mais escuro mais presentes os casos. O Zika que nasce, que
2200 nasce não, que se descobre na década de 40 na Ilha de Zika, Uganda, e que ficou
2201 em comunidades fechadas durante mais de 50, 60 anos, de repente vem para o
2202 Brasil com a Copa do Mundo, ou a Copa das Confederações e hoje já está em
2203 mais de 50 países causando mais grave do que nós todos imaginamos. A
2204 pergunta é o Zika vai fazer a população brasileira diminuir? O Zika vai
2205 comprometer as futuras gerações em termos de grau de intelecto, tem hora que
2206 não pensamos nessas coisas, nós pensamos nos remédios, na dor, na coisa
2207 imediata, porque esta é a cultura nossa ainda, a cultura do imediatismo e

2208 principalmente a cultura da individualização de uma causa. Nós não
2209 correlacionamos a distribuição de renda, grau de escolaridade, condições
2210 climáticas, condições de acesso a serviços de saúde, grau de conhecimento sobre
2211 as patologias. Então, é um problema muito mais complexo do que nós até agora já
2212 tomamos consciência, e essa é na minha avaliação a grande reflexão que todos
2213 nós temos que fazer e cada um de nós vemos como fazer diante disso. Antes um
2214 pouquinho deixe-me dizer para vocês, ao contrário do culex da muriçoca, a
2215 muriçoca está em todos os ambientes, eu vejo nos Estados Unidos, por exemplo,
2216 eles usam inseticidas por avião, porque fecham um parque durante dois, três dias,
2217 não permite a entrada de ninguém, pulveriza e etc. e etc. O Aedes ao contrário do
2218 culex, ele está, principalmente, no ambiente doméstico, cerca de 80% dos
2219 criadouros do Aedes Aegypti estão dentro de casa, ou no quintal de casa. Então,
2220 como é que eu posso pensar em uma aspersão de veneno por avião em uma
2221 altura de 30, 40 metros com um grau de especificidade, ou de localização de
2222 modo a não agredir seja a saúde das pessoas, seja o equilíbrio ambiental. Então,
2223 essa é uma medida que está aprovada no Governo; aprovada, porque foi pouco
2224 discutida; aprovada, porque teve pouca visibilidade; aprovada, porque teve pouco
2225 debate. O Ministério da Saúde está com a competência de regulamentar isso e
2226 nós vamos tentar com essa regulamentação, se possível evitar todos, mas se não
2227 é possível evitar todos, pelo menos minimizar muito os agravos que isso poderá
2228 ter e muitas vezes essas aprovações são muito mais em função de interesses
2229 econômicos, ou interesses empresariais sem nenhum demérito há nenhuma
2230 atividade, nós enquanto melhor for um sistema de vigilância, quanto melhor for o
2231 Sistema de Regulação Sanitária, maior vai ser a chance do negócio, da empresa,
2232 do lucro ser assegurado naquele empreendimento comercial, mas muitas vezes
2233 nós não nos colocamos todos na mesma situação, nós nos colocamos uns contra
2234 os outros. Então, a pergunta que nós precisaríamos fazer se o Aedes teve durante
2235 tanto tempo, foi exterminado, depois foi localizado em algumas partes somente,
2236 hoje está em mais de 115 países e o Zika que estava localizado em comunidades
2237 fechadas, de repente está em mais de 50 países, isso não é por causa, não é por
2238 vontade de Deus, eu acho que pelo menos três grandes conjuntos de causa, nós
2239 poderíamos sistematizar. Eu vou falar de algumas delas aqui. Pode passar. Em
2240 2015 nós tivemos um grande surto epidêmico de dengue, como a cada três ou
2241 cinco anos temos um surto e depois diminuiu, nós achamos que em 2016 teríamos
2242 maior tranquilidade, foi o contrário, aumentou mais ainda. Portanto, há uma
2243 completa desorganização e uma completa modificação do quadro epidemiológico
2244 no cenário brasileiro. Por outro lado, algumas medidas e a maior visibilidade, a
2245 maior capacitação de profissionais e prioridade governamental fez com que nós
2246 reduzíssemos drasticamente o número de óbito em dengue, que é um indicador
2247 bom e por que nós estamos falando muito de dengue? Nós estamos falando de
2248 dengue, porque dengue é um indicador, é um marcador importante para nosso
2249 planejamento e para nossa atuação. Quanto maior a incidência de dengue, maior
2250 a infestação do Aedes Aegypti, portanto maior risco de transmissão da
2251 Chikungunya, maior risco da transmissão do Zika. Então, uma das grandes causas
2252 que podemos dizer são as mudanças climáticas que ocorreu no planeta e que está
2253 ocorrendo, as alterações ecológicas e tudo mais, aumento de temperatura do

2254 planeta, a questão de águas, de rios, de matas que vocês aqui conhecessem
2255 muito melhor do que a gente na área da saúde, embora nós tentamos fazer essa
2256 articulação intersetorial também muito consequente. Esse grande conjunto de
2257 causas se associou há outro que é o processo de urbanização acelerada que o
2258 mundo todo sofreu, principalmente o Brasil, até 30, 40 anos nós tínhamos a
2259 distribuição da população com uma cultura na zona rural completamente diferente
2260 da cultura da zona urbana. Essas populações chegaram ocuparam
2261 desordenadamente as periferias das cidades em uma completa desestrutura e
2262 falta de condições de saneamento básico, abastecimento de água, não é por
2263 acaso também que o Nordeste está apresentando a maior incidência e maior grau
2264 de risco dessas patologias, porque é onde nós mais estamos tendo dificuldade de
2265 abastecimento de água e onde a população mais acumula água. Portanto,
2266 permitindo a possibilidade de mais criadouros do mosquito. E um terceiro conjunto
2267 de causas, que é o processo de globalização, se a globalização da economia é um
2268 fato, nós não podemos querer que não haja a globalização do risco sanitário, não
2269 podemos querer que não haja globalização da luta social, da defesa dos direitos e
2270 por aí fora. Então, a globalização hoje em menos de 24 ou 30 horas qualquer
2271 pessoa, qualquer produto está em qualquer parte do mundo. Aqui é o quadro da
2272 semana passada, ontem terça-feira já saiu um novo quadro aumentando o número
2273 de microcefalia, casos que nós já confirmamos. No início havia uma dúvida se
2274 havia correlação com o Zika e está confirmado. E o que tem de novo que é grave
2275 agora? É que muitas crianças que nascem sem microcefalia tendo sido infectadas,
2276 ou a mãe infectadas com o Zika, elas apresentam alterações do sistema nervoso
2277 central. Até duas semanas atrás, nós dizíamos que eram alterações do sistema
2278 nervoso central identificadas através de um sinal patagônico que era a
2279 microcefalia. Já está aprovado que tem alterações graves do sistema nervoso
2280 central sem ter cometimento do volume cefálico. Portanto, nós vamos dizer que a
2281 criança não tem microcefalia e, no entanto, ela vai ter problemas de
2282 desenvolvimento, problemas futuros que não são poucas as crianças e agora a
2283 maioria de nós, a maioria de vocês estão mais tranquilos, porque vocês não veem
2284 no jornal, não ver na televisão falar em dengue, ninguém mais falou em morte,
2285 está acontecendo, mas são menos, não fala mais em Zika, não fala mais nada,
2286 porque diminui a temperatura, o período de chuva, diminui o número de mosquito,
2287 portanto diminuiu o número de risco dessa infecção. Eu quero dizer a vocês que
2288 vai aumentar o número de crianças com microcefalia no mês de setembro, agosto,
2289 e setembro e outubro, porque foi aonde nós tivemos maior pico da infestação de
2290 Aedes Aegypti foi janeiro fevereiro e março. Portanto, maior contaminação das
2291 gestantes daqui que engravidou lá em janeiro; em fevereiro ou março teve a
2292 infecção do Zika e ela vai ganhar o neném lá em agosto setembro. Portanto, nós
2293 não vamos estar falando de dengue, não vamos está falando de Zika, mas vamos
2294 continuar falando de microcefalia de maneira muito forte. Aí é o número, nem vou
2295 entrar nesse detalhe, vocês podem olhar depois, porque é autoexplicativo, eu
2296 quero mostrar para vocês esse gráfico aí. Aquilo que estou dizendo que vai
2297 aparecer em agosto, setembro e outubro já começou a ter uma tendência de
2298 aumento na região Sudeste, que foi onde nós fizemos a maior análise. Nós ainda
2299 desconhecemos uma série de questões clínicas, uma série de critérios

2300 epidemiológicos e mais ainda de como diagnosticar, e como prevenir o Zika. Nós
2301 estamos desenvolvendo fortemente pesquisas na área de geração de métodos
2302 diagnósticos na área de produção de vacinas, nós estamos com muita
2303 expectativa, expectativas boas, já temos uma cooperação Brasil e Estados Unidos
2304 que já testou a vacina em animais, já vai para a fase humana, mas enquanto nós
2305 não tivermos a vacina que vai demorar mais dois ou três anos ainda, a nossa
2306 vacina é a mobilização para combater o Aedes Aegypti, enfrentar o Aedes, não
2307 deixar que ele procrie, não deixar que ele aumente a sua infestação e eu vou falar,
2308 principalmente aqui de algumas questões específicas da mobilização social e da
2309 experiência da Sala Nacional de Controle e Coordenação relacionada a esse
2310 combate ao Aedes Aegypti. Tem vários métodos de tratamento químico,
2311 ambiental, mecânico e etc., o mais importante é o método integrado que nós
2312 conjugamos os métodos químicos, físicos, o comportamento humano, a questão
2313 ambiental, enfim, um conjunto de dimensões todas elas sendo trabalhadas. No
2314 controle integrado é o que estou dizendo agora é a nossa expectativa, mas nós
2315 ainda trabalhamos muito isoladamente, nós fizemos uma grande integração entre
2316 saúde, assistência social e INPS para poder conferir, inclusive, melhor proteção
2317 sanitário, o atendimento as crianças, fazer o benefício continuado para elas e etc.,
2318 nós precisávamos ter uma epidemia de microcefalia para fazer essa integração
2319 entre saúde, assistência social e Previdência-Social? Nós precisamos esperar
2320 alguma coisa mais grave acontecer para nós articularmos mais profundamente a
2321 questão ambiental com a questão sanitária. Quantas vezes o CONAMA reuniu com
2322 o Conselho Nacional de Saúde, ou vice-versa para nós discutirmos questões
2323 comuns a todos nós. Então, essa reflexão nos leva há uma série de interrogações,
2324 mas tem que nos levar também há uma tomada de decisão, uma mudança de
2325 atitude. Nós fizemos um Plano de Combate de Enfrentamento ao Aedes e as suas
2326 competências baseado em três eixos, eu vou dar rapidamente umas ideias dos
2327 três eixos, mas vou falar mais da questão da mobilização social. O eixo 1 é da
2328 mobilização social; o eixo 2, que é do cuidado, e o eixo 3 que é de pesquisa, eu
2329 vou falar de traz para frente; o eixo 3, nós fizemos a articulação com o MEC, com
2330 a Capes, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o CNPq; temos
2331 quinhentos e oitenta e seis milhões destinados as pesquisas na área de métodos
2332 de diagnóstico, na área de vacina, na área de soros, na área de pesquisas clínicas
2333 e epidemiológicas para conhecermos melhor isso; quinhentos e oitenta e seis
2334 milhões. Na área de assistência só a microcefalia, eu não vou falar da dengue e
2335 da Chikungunya e tal, eu vou falar só da microcefalia, nós temos outros
2336 quinhentos e sessenta e seis milhões utilizados naquilo que nós chamamos de
2337 despesa direta para a assistência, para transporte, para com pessoal e etc. e etc.
2338 Com infraestrutura, nós temos em torno de duzentos e sessenta e seis milhões e
2339 na vigilância em saúde nós temos em torno de um bilhão e meio, sem contar dias
2340 perdidos, sem contar mortes prematuras, eu estou falando só da área de atenção
2341 de assistência, nós temos cerca de três bilhões utilizados no ano; esse é um custo
2342 que nós ainda não correlacionamos com o serviço, com as ações, com as
2343 discussões, com as matérias de jornais, esta é uma dimensão que nós ainda não
2344 colocamos no nosso dia a dia para uma análise mais aprofundada, e esses dados
2345 que estou trazendo para vocês são estimativas, se eu perguntasse aqui no

2346 começo da minha discussão quanto custa a dengue no Brasil? Nenhum
2347 economista saberia dizer, nenhum ente do Governo saberia dizer, nenhum
2348 professor universitário saberia dizer, nenhum especialista do Ministério da Saúde
2349 saberia dizer, porque nós ainda trabalhamos muito com a saúde na dimensão do
2350 favor, na dimensão de alguém fazendo um favor, ou recebendo um favor; eu estou
2351 recebendo um favor do doutor, do médico, do prefeito, do deputado, do vereador,
2352 esse Governo é bom demais, etc., saúde é um fator de desenvolvimento, nenhum
2353 país do mundo se desenvolveu sem um sistema de saúde efetivo, e saúde não é
2354 só microorganismo; saúde é moradia, é ambiente, saúde e educação, saúde é
2355 saneamento, é saúde é um conjunto de fatores que determinam a saúde. Essa é
2356 uma outra discussão que eu acredito que a epidemia de Zika é de microcefalia vai
2357 nos ajudar a aprofundar e avançar um pouco mais. Então, do eixo 1, nós criamos
2358 uma Sala Nacional de Coordenação e Controle formado por sete Ministérios, mais
2359 uma vez facilitando a integração e articulação intersetorial, que nós temos que
2360 aproveitar muito isso. Essa sala está estabelecendo distribuição dos inseticidas
2361 quando há necessidade, está discutindo as capacitações, está discutindo
2362 alternativas e estratégias de mobilização no nível nacional, no nível local, no nível
2363 municipal. Para vocês terem uma ideia, nós propomos fazer uma grande
2364 convocação nacional para cada um cuidar da sua casa, todo sábado vocês
2365 escutaram a presidenta Dilma falando isso, quinze minutos por semana no sábado
2366 dia da faxina e etc., eu dizia para ela e para todo o Governo como vamos pedir a
2367 população para fazer alguma coisa se nós próprio não estamos fazendo? No
2368 prédio do Ministério da Saúde tinha criadouro de mosquito, nos pontos de ônibus
2369 aqui de Brasília naquela laje em cima, quando chovia, a água parada criava, nos
2370 bebedouros aqueles galões de cima para baixo ali naquela tela já foi descoberto
2371 larva de Aedes Aegypti ali, nas tampas das geladeiras, enfim, em uma série de
2372 situações. Então, eu disse vamos fazer algo simbólico, vamos fazer uma faxina no
2373 Palácio do Planalto, e aí a presidente falou: vamos fazer também no Palácio do
2374 Planalto, e aí nós dissemos: vamos fazer em todos os prédios públicos federais,
2375 por isso o Marcelo dizia que na discussão que nós fizemos com todo o Governo
2376 em todas as estatais era para dizer isso, nós todos queremos nos envolver com
2377 isso e em uma ação continuada, eu fico muito feliz de ver que esses programas de
2378 controle semanal nos órgãos públicos federais, tanto em Brasília, como no Brasil
2379 todo, é um programa sustentável, nós estamos fazendo isso toda semana, o
2380 Ministério que não nos informa os dados de capacitação, de mobilização, enfim,
2381 de informação local dentro do prédio do ambiente de trabalho que não nos
2382 informa, nós telefonamos para dizer cadê os seus informes semanais que não
2383 vieram até agora, porque nesse período de maior silêncio da dengue é quando
2384 precisamos mais intensificar as nossas ações para dar sustentabilidade e
2385 continuidade ao processo. Também criamos as salas estaduais, são vinte e sete
2386 salas estaduais, tem algumas salas regionais, como é o caso do DF e do Goiás, e
2387 criamos um conjunto enorme de salas municipais. Em alguns lugares do Brasil
2388 tem maior risco do que outro. Portanto, nós temos que atacar mais esses
2389 municípios, que é o que nós chamamos de municípios prioritários, que eram cerca
2390 de duzentos e vinte e oito municípios. Aí estão as funções de uma Sala Nacional
2391 de Coordenação e Controle, bem como as atribuições, coisa que nós também

2392 repetimos nas salas estaduais, mas nas salas locais tem uma diversidade mais
2393 identificada com as características do Município. Então, se você tem um Município
2394 mais urbanizado, com mais indústria, um trabalho e as prioridades ali naquele
2395 Município vão ser diferentes do que o Município pequeno onde você não tem
2396 indústria, não tem comércio e não tem grandes obras e assim por diante. Pode
2397 passar. Nós também fizemos um conjunto de capacitação todos os dias para a
2398 área de assistência, para a área de mobilização, para agentes comunitários de
2399 saúde, para agentes de (...), para as Forças Armadas. Nós estamos aí com mais
2400 de 1600 salas municipais, das quais 169 foram criadas, organizadas nos 223
2401 municípios prioritários. Então, essas salas estão chamando universidades para
2402 fazer debate, estão fazendo apresentação nas Câmaras de Vereadores, estão
2403 fazendo coletivas, estão fazendo mutirões, chamam as igrejas, movimentos
2404 sociais, centros comunitários, clubes de serviços, clube de futebol, a criançada
2405 toda, as escolas teve um trabalho fantástico de mobilização, fez um pacto nacional
2406 da educação, todas as instituições governamentais e não governamentais ligadas
2407 a educação fizeram um pacto e estão fazendo um trabalho permanente. Então,
2408 tem muita coisa acontecendo neste momento com um desafio maior, todas às
2409 vezes que nós tentamos reunir com o pessoal da área de ambiente, o pessoal de
2410 saneamento, o pessoal da Funasa, o pessoal do Ministério das Cidades, eles
2411 diziam se nós tivéssemos um Sistema de Saneamento mais estruturado, nós não
2412 teríamos uma epidemia com tal gravidade, e eu estou repentino e se não
2413 começarmos agora a recuperar esse terreno, e esse tempo perdido, nós vamos
2414 continuar tendo epidemias e mais epidemias todos os anos. Mas demora muito a
2415 questão de saneamento? Eu tenho que fazer plano, eu tenho que investir, tenho
2416 que conseguir orçamento, é verdade, essa é uma ação de médio e longo prazo,
2417 mas só vai acontecer nesse médio e longo prazo se adotarmos medidas concretas
2418 hoje. Então, por isso que nós estamos hoje muito mais próximos dentro das salas
2419 discutindo com o pessoal das associações de saneamento do Brasil, nós estamos
2420 discutindo com a Polícia Militar Rodoviária os pátios dos carros apreendidos são
2421 verdadeiros criadouros de mosquito; grandes empreendimentos com obras
2422 paradas são criadouros de mosquito; vinte mil vagões que estão parados no Brasil
2423 afora são criadouros do mosquito Aedes Aegypti. Então, nós temos que discutir
2424 com todo mundo. Banco do Brasil e Caixa Econômica fizeram e estão fazendo um
2425 trabalho fantástico semanalmente com capacitação, com busca e tudo mais, e
2426 cada trabalhador dos noventa e cinco mil trabalhadores do Banco do Brasil, ele
2427 não atua só no seu ambiente de trabalho, ele leva essa mudança de cultura, essa
2428 preocupação para sua cada, para seu bairro, para o clube onde ele participa, para
2429 sua igreja e assim por diante. Os desafios, então, estruturantes. Nós estamos com
2430 um novo Governo já bastante engajado, fizemos já duas reuniões dos Secretários
2431 Executivos de todos os Ministérios e está já consolidada a estratégia de
2432 mensalmente os Secretários Executivos se reuniram e fazer um balanço, e uma
2433 avaliação do que ocorreu no mês, e o que nós precisamos fazer de maneira
2434 específica e individualizada, mas também de maneira articulada e intersetorial.
2435 Tem um conjunto, pode passar agora e vamos ver os dois últimos slides, por
2436 favor, porque cuidado já falei para vocês, pesquisas também, pode passar e aí
2437 está então manter, e fortalecer as estratégias integradas de enfrentamento, e isso

2438 que nós estamos fazendo aqui e eu queria muito pedir a cada um de vocês, vocês
2439 aqui cada um aqui está ligado há uma instituição, está ligado a um grupo social,
2440 ou um grupo econômico, se vocês tiraram meia hora para replicar um pouco a
2441 discussão que nós estamos fazendo aqui, claro que com o recorte da
2442 identificação, ou da identidade do local onde você vai atuar, vocês vão estar
2443 multiplicando, vão estar ajudando mais pessoas a continuarem preocupados com
2444 isso. Então, é um trabalho permanente, é um trabalho cotidiano. E o último slide a
2445 manutenção dessas ações articuladas intersetoriais. Os correios estão hoje, todos
2446 os carteiros estão entregando as cartas, mas eles estão atentos ver se existe
2447 algum possível criadouro. Os eletricitários em um primeiro momento, eu não sei se
2448 o Marcelo vai se lembrar, mas a Eletrobras falou assim: nós não temos nada a
2449 fazer nesse campo aí; eu dizia: não tem nenhuma casa, não tem nenhum
2450 apartamento no Brasil que não recebe uma conta de luz todo mês, pode ter ali
2451 uma mensagem, pode ter ali alguma coisa, depois de três reuniões, na segunda
2452 eles disseram: não, vamos fazer essas mensagens e etc., mas as companhias
2453 elétricas são controladas pelos Estados e elas não são governamentais. Pois
2454 então, vamos convocar essas companhias, vamos discutir com elas e vamos ver o
2455 que pode ser feito. Na terceira reunião 100% delas disseram o seguinte: os
2456 leituristas de energia elétrica serão soldados de vigilância para ver algum possível
2457 criadouro e vai informar o Ministério da Saúde, eu dizia: muito legal, mas não é ao
2458 Ministério que vocês têm que informar não; tem que informar a vigilância local,
2459 porque ali que vai fazer planejamento, ali que vai fazer a estratégia de
2460 enfrentamento e assim por diante e tal. São sessenta milhões de leituristas mês, é
2461 um exercício de pessoas que estão silenciosamente dentro dessa campanha de
2462 mobilização. Então, correios, a Infraero, os aviões, quem viaja de avião agora não,
2463 mas vocês estavam escutando as mensagens e etc. Banco do Brasil, Caixa
2464 Econômica, os eletro estágios, o Ministério de Transporte, a Polícia Rodoviária, as
2465 Forças Armadas. Então, nós conseguimos em uma situação adversa avançar em
2466 uma série de estratégias, nós não podemos retroagir nesses avanços, porque o
2467 problema nosso não se trata de vir aqui fazer uma palestra, distribuir um panfleto,
2468 distribuir e fazer um mutirão para atender determinados casos e etc. Essa é uma
2469 situação permanente, como eu disse no começo da minha fala está no DNA do
2470 nosso país, no clima tropical, se você olhar todo o planeta aquela faixa equatorial,
2471 todos os países ali tem a presença do Aedes Aegypti. Em uma audiência que
2472 estava fazendo na Câmara logo no começo que estava explodindo os casos de
2473 microcefalia um deputado falou: doutor, como a Colômbia tem sete mil casos de
2474 Zika e não tem nenhum caso de microcefalia; e eu: deputado eu quero te dizer
2475 que lamentavelmente não tem, mas vai ter. quando foi 13h30, na hora que
2476 terminamos, o pessoal nosso de comunicação chegou com um papel e falou: olha,
2477 notificado o primeiro caso de microcefalia na Colômbia. Então, esse não vai ser
2478 um problema só brasileiro, nós fomos ágeis, nós respondemos à altura,
2479 articulamos, declaramos situação de emergência de importância nacional, e a
2480 organização mundial de saúde fez a mesma coisa. Estamos agora com algumas
2481 ameaçadas as Olimpíadas, nós tivemos todos os cuidados, o maior perigo nosso
2482 não vai ser nas Olimpíadas, foi nos eventos testes que ocorreram em período de
2483 alta infestação; durante o período mesmo das olimpíadas praticamente teremos

2484 um risco muito pequeno que não justifica nenhum temor. Por outro lado, nós não
2485 estamos nos preocupando com as olimpíadas, nós estamos utilizando as
2486 olimpíadas para preparar melhor o nosso Governo, preparar melhor as nossas
2487 populações para saberem da gravidade, da seriedade que é essa questão, mas
2488 também da possibilidade que nós temos de enfrentá-la e proteger a nossa
2489 população. Está aí o convite a todos vocês, não só para replicarem, multiplicarem,
2490 mas também para nós nos aproximarmos, se integrar mais saúde e ambiente, eu
2491 acho que tem muito a construir juntos e fico à disposição para algum
2492 questionamento. Muito obrigado gente. *(Palmas!)*.

2493

2494

2495 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Conselheira do MMA)** – Obrigada Dr.
2496 Neilton, pela sua apresentação. O Ministério do Meio Ambiente tem participado e
2497 até foi uma das sugestões que nós demos para que fizesse esse informe na
2498 reunião, tem participado e foi chamado desde o início do ano por conta da Política
2499 de Resíduos Sólidos, para dar informações, participar dessas ações da Mesa
2500 Nacional e das conferências que são feitas semanalmente na época de crise com
2501 as mesas estaduais. Nós fomos chamados, porque por conta... Desculpe, Zilda
2502 Veloso, Diretora de Ambiente Urbano. O meu departamento está à frente da
2503 implementação da Política de Resíduos Sólidos dentro da Secretaria de Recursos
2504 Hídricos e Ambiente Urbano. E nós elegemos nesse primeiro semestre atacar,
2505 principalmente, embalagens, pneus e fizemos participar dessa mesa envolvemos
2506 os catadores, envolvemos também os órgãos de meio ambiente. Alguns
2507 responderam, como o Dr. Neilton falou, rapidamente; outros ficam pensando onde
2508 eu posso entrar para poder fazer. Então, um dos objetivos da vinda dele aqui hoje
2509 é também chamar os colegas, a ABEMA e a Anamma se mobilizaram um pouco
2510 mais para participar, eu acho que esse é um esforço nosso em casa é como digo
2511 com o lixo, é algo que diz respeito a nós em qualquer uma das atividades que nós
2512 temos. Então, é um esforço que nós temos que fazer em casa, no trabalho, nós
2513 pensamos assim: em casa já fiz; no trabalho não tem? No trabalho tem também,
2514 nesse mutirão nós descobrimos; é o tempo todo, vinte e quatro horas pelo menos
2515 uma vez por semana fazendo esse reforço, mas principalmente a participação
2516 claro de todos os Conselheiros aqui é importante, mas dos nossos colegas, do
2517 nosso braço operativo do SISNAMA nos estados e municípios para poder se
2518 engajar, e participarem das mesas e das campanhas que têm sido feitas. O
2519 senhor falou muito bem, nós discutimos isso os casos armazenados, os resíduos
2520 da construção civil e resíduo é sempre um foco, faz parte do saneamento se não
2521 for bem tratado é um foco também para que o mosquito se desenvolva, e
2522 parabenizar e dizer que nós estamos aí, e continuamos trabalhando juntos naquilo
2523 que pudermos ajudar.

2524

2525

2526 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu sou remanescente da
2527 saúde pública do Brasil, eu participei da campanha de combate a malária quando
2528 era financiada pela aliança para o progresso e pela USAID, e na época que foi
2529 instalado a campanha de combate a malária o Brasil estava tendo muita morte

2530 pela malária, ou na Amazônia, no Nordeste matou tanta gente que foi preciso
2531 ajuda da Aliança para o Progresso e USAID. Pois bem, mas eu vi alguma coisa
2532 que mudou de lá para cá, quando aconteceu a entrada do *Aedes Aegypti*, que já
2533 era o transmissor da febre amarela na Amazônia foi debitado que o desmatamento
2534 da floresta, veio a questão ambiental, provocou a saída do *Aedes Aegypti* da zona
2535 rural que veio para as cidades para a zona urbana, como eles se alimentavam de
2536 sangue humano e animal, então, começou a aparecer a febre amarela que era
2537 silvestre, porque saía do sangue do macaco e daquela região. Pois bem, se
2538 montou o maior aparato de guerra no Brasil para combater a malária, e aí foi se
2539 controlando a dengue, mas o mesmo mosquito da dengue é o mesmo mosquito da
2540 febre amarela, o mesmo da dengue é o mesmo da Zika. Então, nesse caso nós
2541 vimos na época também que as ações de combate a malária, o próprio DDT,
2542 *diclorodifeniltricloroetano*, a dose de 2% o percentual já não estava mais
2543 controlando o anófeles que afetava o sistema nervoso e ele morria, e já estava
2544 servindo de alimento, o DDT não vai afetar, virou alimento. Então, o que eu vi que
2545 o Brasil enfraqueceu foi a Vigilância Epidemiológica. O Brasil pegou transferiu a
2546 dengue para os municípios, ora quem tem que assumir as competências do
2547 controle da Vigilância Epidemiológica é o Ministério da Saúde, é o Governo
2548 Federal e contar com apoio dos estados e municípios, desmontou a máquina
2549 governamental colocou para os municípios, eu sou prova disso quando passaram
2550 as ações para os municípios aí começou a aumentar a dengue. Então, eu acho
2551 que o Governo Federal, o Ministério da Saúde tem que voltar a remontar a Política
2552 de Vigilância Epidemiológica, porque o controle era tão rigoroso que eu também
2553 participei do combate a cólera em Letícia pela Colômbia no Brasil, todo avião que
2554 descia naquela região, ou barco, ou pessoas tinham que ser investigadas, se
2555 passasse com suspeita ia para quarentena. Então, era um negócio muito rigoroso,
2556 eu acho que houve um afrouxamento viu Secretário, muito grande. Então,
2557 precisamos voltar a qualquer pessoa que sair do Brasil ou ir para outro país
2558 acompanhar o controle rigoroso das doenças que lá tem, e que vinha de lá as
2559 doenças que podiam trazer para o Brasil. Nos passaportes, nós mesmos no
2560 Ministério da Saúde depois da malária, eu fui para a Delegacia Federal de Saúde,
2561 Vigilância Epidemiológica todo esse lugar o que acontece que só saía do Brasil
2562 com certificado de vacinação para aqueles países que tinham aquela doença, e só
2563 chegava se trouxesse a vacinação provando de que país ele vem para ele não
2564 trazer agora nas olimpíadas, nós estamos correndo risco Secretário, estamos
2565 correndo um risco grande, por isso que eu acho que devemos voltar, parabênzo o
2566 senhor pela colocação, mas o Ministério da Saúde e o Governo Federal tem que
2567 recontar o quartel para controlar rigorosamente essas doenças, epidemias,
2568 doenças gerais e pandemias que tem por vários países do mundo.

2569
2570

2571 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Está certo. Dr.
2572 Francisco muito obrigado. A Gisela quer dar uma palavrinha, antes porém Zilda,
2573 eu queria só te deixar mais tranquila, porque como o Dr. Neilton falou que
2574 coordenou esse processo lá no Ministério de Minas e Energia, que houve
2575 realmente uma grande sacada com relação aos leituristas e nós acabamos

2576 mudando o sistema de leitura, porque já identificava do possível foco de criadouro
2577 e de forma online isso já era informado tanto para o Ministério da Saúde, quanto
2578 para os agentes municipais, estaduais e tal. Então, eu acho que nós vamos ter a
2579 reunião mensal, como o Dr. Neilton falou dos secretários-executivos, e nós vamos
2580 levantar um pouco o nível dessa discussão com relação ao Aedes Aegypti para a
2581 Secretaria Executiva te apoiando nisso e envolvendo os agentes que estão,
2582 vamos dizer assim, na grande estrutura de meio ambiente do país.

2583

2584

2585 **A SR^a. GISELA FORATTINI (ANA)** – Boa tarde a todos e a todas. Eu queria fazer
2586 um rápido relato Secretário, em termos de harmonização de políticas públicas. Eu
2587 sou Gisela Forattini, Diretora da Agência Nacional de Águas e coordeno a Câmara
2588 Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água no âmbito do Comitê
2589 Interfederativo para Restauração do Rio Doce, e fazem parte da nossa Câmara
2590 Técnica não só todos os órgãos estaduais e federais ligados a recursos hídricos,
2591 mas também Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Secretaria de Vigilância
2592 Sanitária, enfim. E um dos critérios que nós estamos utilizando para priorização de
2593 sistemas de esgotamento sanitário para essas cidades que foram afetadas na
2594 Bacia do Rio Doce por esse desastre sem precedentes foi exatamente os
2595 indicadores que a Secretaria de Vigilância Sanitária em termos de Zika Vírus,
2596 malária e, enfim, febre amarela e tudo mais na Bacia do Doce nos trouxe ao
2597 debate. Muito interessante esse trabalho conjunto e ontem quando nós tivemos a
2598 oportunidade de trabalhar anteontem e ontem o dia inteiro em uma reunião do SIF
2599 a representante do Estado de Minas Gerais nos perguntou exatamente isso se
2600 estávamos considerando alguns indicadores de vigilância sanitária. Obrigada.

2601

2602

2603 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. Como o
2604 Dr. Neilton falou, não bastasse o movimento natural do crescimento do Aedes,
2605 ainda aparece um acidente do tamanho do acidente da Samarco.

2606

2607

2608 **O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO (Ministério do Esporte)** – José Ivan de
2609 Aquino, eu sou gestor governamental do Ministério do Esporte e também é um
2610 mobilizador na sociedade da campanha chamada Ação da Cidadania contra a
2611 Fome, a Miséria e pela Vida. Nessa campanha, antes do Ministério do Esporte
2612 entrar no chamado da Presidência e dos Ministérios para a campanha, nós já
2613 estávamos montando lá uma gincana e que mobilizou as pessoas a fazer um
2614 trabalho de divulgação em escolas, uma discussão interna no Ministério sobre a
2615 quantidade de informações que circularam no começo da epidemia, porque de
2616 total desconhecimento. Então, em um dado momento se suspeitou da aplicação
2617 de larvicidas na água, especialmente nas regiões onde tinha a ocorrência de
2618 microcefalia inicialmente, depois foram associando a diversas coisas e a falta de
2619 conhecimento fez com que nós montássemos um sistema de palestras e de
2620 esclarecimento sobre o uso de repelentes que também contém dentro da sua
2621 composição o DDT e outros larvicidas, que espantam o mosquito. E essa gincana

2622 envolveu quatro equipes, uma de fora do Ministério, outras três dentro do
2623 Ministério, o prêmio era que a equipe melhor coordenada permitiria que o condutor
2624 da tocha olímpica representando nessa gincana seria escolhido dentro dessas
2625 pessoas, e lamentavelmente no dia da escolha o rapaz foi exonerado, no intervalo
2626 da campanha passamos por três secretários, três ministros, mas a campanha
2627 como era da sociedade anterior.

2628

2629

2630 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu já ia falar
2631 excelente ideia, pula essa parte.

2632

2633

2634 **O SR. JOSÉ IVAN MAYER DE AQUINO (Ministério do Esporte)** – O importante
2635 é o seguinte, nós baseamos muito das nossas atividades de mobilização na
2636 distribuição da Semente de Crotalaria que algumas matérias davam conta de que
2637 ela tinha algum efeito e aí nós passamos a debater em torno da atração de
2638 libélulas, a libélula como um forte predador, e se fez efeito ou não, fez um efeito
2639 de mobilização fantástico com essa distribuição dessa planta. Nós chegamos a
2640 distribuir mais de cem quilos dessas sementes, todas compradas por orçamento
2641 doméstico e sem OGU contribuir, mas fizemos as faixas também como cidadão e
2642 entrou na campanha como se fosse, aproveitamos as faixas que o Ministério fez
2643 com recurso da campanha do Zika Zero e fomos para estado de futebol Fla-Flu
2644 com combate à dengue, com Ministro e com entrevista com muita gente. Então,
2645 deu um mote de mobilização importante e nasceram várias Crotalaria disso, mas
2646 principalmente ficou um registro de mobilização que pode ser feito e que acho que
2647 é importante depois agregar a documentação. Por último dentro dessa campanha
2648 de gincana, nós também dialogamos com cooperativas de catadores de papel,
2649 catadores de resíduos. Eu queria convidar vocês para a formatura da (...) lá na
2650 QNQ, Setor QNQ no final da Ceilândia, quase na divisa de Ceilândia com Águas
2651 Lindas, e sexta-feira tem uma formatura bonitinha lá de um curso de Gestão, um
2652 pessoal bacana para vocês conhecerem e pode agregar muito nesse combate do
2653 enfrentamento, e para quem faz resíduo a partir do Ministério é um lugar bacana
2654 de gente de verdade que vive do lixo e que tem muita consciência ecológica.
2655 Então, eu vou deixar com...

2656

2657

2658 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito obrigado Ivan.
2659 Excelente, por favor. Obrigado pelo convite, a campanha foi um sucesso que pesa
2660 a exoneração do colega, a ideia era ele carregar a tocha, mas vamos lá.

2661

2662

2663 **O SR. NEILTON OLIVEIRA (Ministério da Saúde)** – Gente, é infinito o número de
2664 experiências e de estratégias criativas que ocorreu e continua ocorrendo pelo
2665 Brasil afora, esse é um dado muito importante. Nós fizemos um concurso no site
2666 do Ministério chamado de práticas integrativas e em novembro vamos fazer a
2667 Expoepi, a 14ª Exposição de Epidemiologia e vamos premiar as melhores

2668 experiências. Nesse momento de transição, tanto econômica, dificuldades
2669 econômicas, políticas, a nossa tendência é falar, eu não estou nem com chefe, eu
2670 não tenho nem com quem discutir as coisas, nós ficamos explicando o não e
2671 acomodar. Eu penso que é o contrário, é hora de sermos ousados, aproveitar o
2672 momento e fazer novas articulações, estabelecer novas interlocuções. Nós
2673 tínhamos começado esse trabalho no Governo anterior e estamos hoje com o
2674 Governo completamente envolvido, comprometido, aumentou inclusive orçamento
2675 na área de repente; repelente, nós tínhamos recurso para comprar para um ano,
2676 vocês vão ver ali nove milhões, que falo de litros, vão ser comprados, na verdade,
2677 o número é 8,33 milhões de litros para três anos, mas o repelente é uma medida,
2678 ela não é a principal medida, é uma medida, às vezes, simbólica. A questão dos
2679 municípios do Governo Federal fazer isso, nós precisaríamos talvez até
2680 aprofundar a discussão do pacto federativo, eu não vou entrar nisso não, mas não
2681 há nenhum Governo por mais dedicado que seja, por mais dinheiro que coloque,
2682 que dê conta de controlar o Aedes Aegypti se a população não entrar de cheio
2683 nesse trabalho, nós não conseguimos, porque se fizer o trabalho bem feito o mês
2684 todo, mas faltar uma semana começa tudo outra vez. O nosso esforço nesse
2685 momento é para chegar novembro e começar em um nível menor de gravidade do
2686 que começamos novembro passado, mas vai acontecer uma elevação do pico
2687 novamente. E para terminar, eu sou advogado da ação local, não é só do
2688 Município, é do cidadão local, claro é ali que as pessoas vivem, trabalham,
2689 adoecem, festejam, morrem, é no Município e nós precisamos dar condições para
2690 essa articulação gerar a definição da política nacional, o papel nosso em um nível
2691 federal é muito importante; o papel do Estado em uma articulação regional, mas é
2692 no nível local que as coisas ocorrem, que as mudanças também acontecessem. E
2693 por último, o Aedes não é bobo, o Aedes o macho não pica só a fêmea, ela coloca
2694 em torno de quatrocentos ovos na vida dela que dura em torno de vinte a trinta
2695 dias, duzentos desses ovos vão ser novas fêmeas, imaginam elas não viajam
2696 muito longe das casas, é de cem a trezentos metros, elas voam baixinho, por isso
2697 que as mulheres são mais acometidas, porque o homem tem meia, calça
2698 comprida, mulher está muitas vezes de saia e os pés e as pernas descobertas. O
2699 Aedes produz um som que o ouvido humano não escuta, portanto ele chega
2700 silenciosamente e pior a fêmea aplica um anestésico na hora da picada; quando é
2701 muriçoca você vai lá ainda ver, escuta e mata aquele; a fêmea do Aedes Aegypti
2702 nem isso permite, ela pica silenciosamente, você não sente e ela vai embora; a
2703 fêmea se alimenta de sangue dos primatas e dos homens do ser humano atraída
2704 pelo gás carbônico e os machos também se alimentam de frutas e outras coisas e
2705 etc.. Então, nós sabemos muitas coisas do Aedes, mas sabemos poucas coisas
2706 do vírus, e já sabemos que o Aedes pode transmitir pelo menos mais quinze vírus.
2707 Portanto talvez o ano que vem vamos estar falando de Zika, Chikungunya, o risco
2708 da febre amarela voltar gente, agora na África a República do Congo e Angola
2709 estão com surto de febre amarela urbana, um cidadão desse que chega aqui e o
2710 Aedes pica, pronto, nós vamos ter outro pico de febre amarela. Então, o problema
2711 é muito mais sério, o problema é muito mais complexo e é muito mais continuado
2712 do que aquilo que, às vezes, nós temos na nossa imaginação. Eu queria mais uma
2713 vez agradecer a oportunidade, desejar a todos vocês um bom trabalho e nos

2714 colocar à disposição, tanto no Ministério da Saúde também, como no Conselho
2715 Nacional de Saúde. Eu sou membro do Conselho Nacional de Saúde
2716 representando o Ministério e uma das minhas preocupações nesse momento é
2717 articular o máximo que podemos com outras áreas para nós trabalharmos cada
2718 vez mais intersetorialmente. Uma boa tarde gente e muito obrigado. (*Palmas!*).

2719

2720

2721 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito obrigado e
2722 pode contar com o MMA, como a Zilda falou, e suas adjacências para que nós
2723 continuemos, exatamente, nessa batalha que é tão importante para nós. Dra. Zilda
2724 vamos lá. Dra. Zilda vai dar alguns informes sobre o relatório dos resultados de
2725 implementação das resoluções do CONAMA 362 e 450, e é a última palestrante
2726 dessa sessão do CONAMA. Eu vou dar alguns informes finais e caso não tenha
2727 mais ninguém para falar, nós terminamos a reunião. Está certo?

2728

2729

2730 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Conselheira do MMA)** – Desculpe Dr.
2731 Marcelo. Eu vi aqui o livro e tem uma outra agenda aqui também, alguém andou
2732 esquecendo aqui também. Pessoal vem aqui e fala e esquece das coisas aqui em
2733 cima. José Pedro. Vamos lá falar da Resolução. Eu já tinha me apresentado Zilda
2734 Veloso, Diretora de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e sou
2735 Conselheira do CONAMA representando a primeira suplência, representando o
2736 Ministério do Meio Ambiente. Essa aplicação do relatório é uma obrigação
2737 compartilhada entre nós, Ibama e MP, Ministério de Minas e Energia, de parte do
2738 Governo Federal. A Resolução 362 de 2005 sucede a Resolução 09/93, nós vimos
2739 aqui alguns Conselheiros falando..., o Tadeu está saindo? Mas o Tadeu falou de
2740 logística reversa, ela foi uma das primeiras Resoluções do CONAMA que tratou da
2741 parte de plano de gerenciamento de resíduos, logística reversa, desde 93 tive a
2742 oportunidade de participar da primeira da 09 de 93, que depois virou a 362, nós
2743 estamos aqui tentando cumprir o art. 9º que fala do cumprimento da Resolução,
2744 ela trata do recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado que deve ser
2745 todo recolhido e encaminhado preferencialmente ao refino; o foco dela principal
2746 são os postos de troca, a super troca, os postos de combustíveis, o lugar aonde o
2747 resíduo é gerado, o lugar aonde nós nos dirigimos para fazer essa troca,
2748 concessionárias, oficinas mecânicas. O produtor e o importador deverão garantir a
2749 coleta e a destinação final ambientalmente adequada, nós falamos de uma
2750 maneira geral de destinação, que preferencialmente o refino, mas esse óleo se
2751 não for descartado corretamente, ou se for coletado em veículos incorretos de
2752 maneira inadequadas, ele pode gerar uma contaminação e ele não é nem bom
2753 para ser reciclado, ele vai ter que ser tratado como resíduo perigoso que é. O óleo
2754 lubrificante usado é um resíduo perigoso, é responsável pela contaminação,
2755 principalmente de cursos de rios, de cursos d'água e a sua destinação incorreta
2756 popularmente nós vemos outras destinados, ele sendo coletado para ser
2757 queimado, para servir de inseticida em Morão. Então, para motoserra durante
2758 muito tempo se usou no país, o óleo queimado é um resíduo perigoso, tem que ter
2759 uma destinação adequada. Por outro lado e ele sendo reciclado o Brasil poupa

2760 recursos com a importação de novos óleos básicos, nós geramos o óleo
2761 regenerado. Bom, a Resolução não traz metas de recolhimento, as metas de
2762 recolhimento são trazidas por uma Portaria Interministerial assinada entre o
2763 Ministério do Meio Ambiente, o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro de Minas e
2764 Energia com a participação de (...) e MP nessa discussão. A Resolução foi
2765 alterada pela 450, de 2012, antigamente nós tínhamos dificuldade, ela obrigava
2766 apresentação desse relatório na primeira reunião ordinária do ano, que é
2767 normalmente realizada em março, em março nós não temos os dados do ano
2768 anterior em que as empresas têm um período até março para declararem junto ao
2769 Ibama e a MP o que foi recolhido e o que foi levado a reciclagem. Estava em vigor
2770 esse relatório corresponde ao ano de 2015; 2015 é o último ano que estava em
2771 vigor a Portaria Interministerial 59, de 2012, e ela trouxe as metas regionais, estão
2772 lá na tela, 32% na região Norte, depois vamos ver de novo esses números na hora
2773 que eu apresentar o que foi comercializado, e o que foi recolhido; na região Norte
2774 31%; na região Centro-Oeste 35; 42 no Sudeste pelo seu alto potencial de
2775 comercialização, os senhores vão ver isso também; e na região Sul 37 com uma
2776 meta de 38.5. A título de informação, nós colocamos, não é essa que está em
2777 discussão agora, a Portaria Interministerial publicada em março desse ano a cem
2778 de 2016, que trata das metas que estão em vigor a partir deste ano para serem
2779 prestadas contas a esse Conselho a partir do próximo ano. O Brasil é um dos
2780 maiores mercados de óleo lubrificante, naturalmente esse mercado oscila muito
2781 em função de crises econômicas como a que nós temos vivido do ano passado
2782 para cá, mas com um potencial maior, mas o Brasil é um dos maiores mercados e
2783 um dos maiores, conseqüentemente, geradores de óleo lubrificante. Essa semana
2784 recebi umas perguntas de um jornalista e volta e meia nós recebemos também de
2785 estudantes da área ambiental, o óleo é um exemplo muito claro de que você põe
2786 no mercado cem litros de óleo, você não consegue recolher cem litros de óleo,
2787 para aqueles que não são especialista em carro, como eu, nós temos perdas aí,
2788 eu sou uma usuária, você tem perdas no sistema. Então, é por isso que muitas
2789 vezes recebemos este tipo de pergunta, por que a meta não é 100% do que é
2790 comercializado? Por que não é 90% do que é comercializado? Por que há perdas?
2791 As perdas normais de uso de evaporação, de uso fica na estrutura de motores e
2792 outros equipamentos, por isso não conseguimos recolher os 100% e a reciclagem
2793 por meio do refino como é indicado na Resolução pode haver outros tipos de
2794 reciclagem, ou de destinação indicadas pelos órgãos ambientais competentes, os
2795 órgãos que licenciam dentro do Sisnama, ela também propicia a volta como óleo
2796 básico ao mercado, como óleo regenerado, ela volta a ser um óleo básico. Os
2797 dados. Então, algumas informações agora de caráter específico sobre o nosso
2798 cumprimento aqui, nós temos cadastrados na MP tem o cadastro dela, que ela
2799 regula todo esse setor, e o Ibama, por meio do Cadastro Técnico Federal
2800 complementa também normalmente algumas dessas informações que eu passo
2801 para vocês, nós temos cadastrados 94 produtores e 205 importadores de óleo
2802 lubrificante. Foram recolhidos no ano de 2015, 445.811.873 litros de óleo
2803 lubrificante usado contaminado; 236.920.032 litros de óleo básico refinado foram
2804 comercializados, ou seja, se conseguiu recuperar mais da metade daquilo que foi
2805 recolhido voltou a ser óleo básico, onde é retirado os contaminantes e volta a ser

2806 comercializado como óleo básico. Então, o percentual mínimo de coleta foi
2807 superado dessa vez em todas as regiões, eu vou chegar lá no Grupo de Trabalho,
2808 o Grupo de Trabalho é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, hoje eu
2809 quando era Gerente de Resíduos Perigosos coordenei esse grupo durante um
2810 período de 4 anos, e ele é coordenado hoje pela Gerente de Resíduos Perigosos
2811 que está em viagem, por isso ela não está aqui, que trabalha comigo, que é a
2812 Diretora substituta também, que é a Sabrina Andrade. Esse Grupo de Trabalho é
2813 que monitora as falhas do sistema e busca soluções com os órgãos ambientais,
2814 com o setor empresarial para poder encaminhar melhor a otimização dessa
2815 Resolução, nós tivemos um aumento do percentual de coleta, os senhores vão ver
2816 no próximo slide, mesmo com uma queda de 5.6 no volume de comercialização,
2817 que é positivo, quer dizer, diminuiu aquilo que foi colocado no mercado, mas
2818 conseguimos aumentar os índices de recolhimento. O próximo. Então, eu tenho a
2819 tabela geral que mostra os dados de recolhimento, eu não vou ler os números,
2820 mas o que podemos ver é que nós superamos em um ponto percentual a meta
2821 para uma redução de quase 5.6% da comercialização, quer dizer, nós tivemos um
2822 número bastante positivo em relação ao recolhimento, sinal de que alguns ações
2823 houve uma otimização da fiscalização, todo ano que viemos aqui apresentar esse
2824 relatório, nós enfatizamos a importância dos órgãos do Sisnama, dos órgãos
2825 municipais e estaduais de meio ambiente, a importância desses órgãos de exigir
2826 isso quando do licenciamento das unidades que recebem o óleo usado, de troca,
2827 postos de combustíveis, concessionárias, super trocas, às vezes, alguns
2828 supermercados, eles serem controlados do ponto de vista de que você
2829 comercializou o quanto você recolheu tanto e para onde você está enviando o seu
2830 óleo lubrificante usado, não é só exigir uma destinação ambientalmente adequada.
2831 A Resolução fala que ele deve ser encaminhado para o refino e se não o for será
2832 por alguém que o órgão ambiental credencie para esse recebimento, ou pelo óleo
2833 que está contaminado, ou por algum outro motivo, mas isso tem que ser
2834 monitorado pelos órgãos do Sisnama, que emitem as licenças e fiscalizam as
2835 atividades potencialmente poluidoras. Então, nós tivemos esse número bastante
2836 expressivo. O próximo. É sempre bom lembrar, eu repito todo ano esse slide e não
2837 é de propósito listando o art. 10º da Resolução 362, de 2005, ele lista as
2838 exceções, perdão, ele lista aquilo que não integra a base de cálculo, eu não
2839 íntegro a base de cálculo as atividades que não são voltadas para reciclagem,
2840 para o refino, ou que são atividades endossadas pelo órgão ambiental, permitidas
2841 pelo órgão ambiental. Então, aí tem a lista pulverização agrícola, o uso de
2842 motosserra, indústrias que integram o produto final não gerando resíduo, indústria
2843 de estampagem, a utilização em sistemas selados; existem alguns sistemas de
2844 motores selados que usam esse tipo de óleo e que você não tem a possibilidade
2845 de troca. Então, essa quantidade que foi colocada lá eventualmente recolhido
2846 algum resíduo, isso não entra no cálculo, fabricados a base de asfalto também
2847 não entra no cálculo e aqueles destinados à exportação, nós não abatemos a
2848 exportação deste número. O próximo. Já estou terminando Secretário, é o gráfico
2849 aí de barras que mostra o índice, o que foi comercializado e a coleta. Então, nós
2850 vemos que a comercialização em alguns estados do país, ela teve números
2851 bastante positivos. O próximo. A evolução da coleta. O percentual hoje nós

2852 estamos discutindo, conforme eu disse no início da minha fala, existem resoluções
2853 que tratam do recolhimento do óleo lubrificante usado desde 1993; em 2010, nós
2854 tivemos a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a política trouxe a
2855 responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, incluiu o óleo
2856 lubrificante e trouxe também a figura da logística reversa. O setor nos procurou no
2857 final do ano passado, início desse ano, o setor fabricantes e importadores junto
2858 em um primeiro momento só esses dois setores, os distribuidores estão sendo
2859 chamados agora sinalizando que querem assinar um acordo setorial e nesse
2860 aspecto, nós somos muito claros dentro do Ministério a dizer que essas metas que
2861 estão na Portaria, que estão dentro da Resolução têm que ser o mais rigorosa
2862 para o acordo setorial, isso está descrito na Lei da Política e no Decreto que
2863 regulamento, eu não posso criar outros instrumentos que sejam mais permissivos
2864 e isso não seria justo, porque nós vemos que essa Resolução é uma Resolução
2865 que tem dado certo, se alguns dos senhores me perguntasse aonde ela poderia
2866 melhorar, é exatamente nas atividades de controle e fiscalização que ela deveria
2867 melhorar, e fazendo uma comparação positiva com o que foi falado aqui antes de
2868 mim sobre o combate ao Aedes Aegypti é necessário que todos nós adquiramos
2869 hábitos saudáveis em relação ao descarte de resíduo; procurando, por exemplo,
2870 fazer a troca de óleo dos nossos veículos, eu sei que muitas pessoas ainda no
2871 país têm o hábito de fazer essa troca em casa e aí onde você joga o óleo
2872 lubrificante usado? No ralo? Isso não é permitido, isso compromete as estações
2873 de tratamento de efluentes. Então, é outra atitude que nós também podemos ter, é
2874 fazer a troca no local adequado, entregar se leva aquela lata com o que sobra
2875 para casa e vai completando, conforme é necessário, nós mesmos vamos levar
2876 essa lata de volta para o posto de combustível para ela seja coletada de maneira
2877 correta. Existe um acordo setorial para as embalagens plásticas de óleo
2878 lubrificante. O próximo, a evolução da coleta. Eu tenho aí dois gráficos de pizza
2879 comparativos que mostram..., o número é positivo se vermos 2008 a 2015 houve
2880 uma evolução na coleta e em alguns estados havia no passado a ANP está
2881 melhorando o sistema de controle, vocês veem que há uma tendência, você nota
2882 que a região Sudeste diminuiu a quantidade de óleo recolhido. Bom, havia um
2883 dado que era mascarado dessa da coleta, o óleo era recolhido por empresas da
2884 região Sudeste e acabava entrando no cálculo como um recolhimento na região
2885 Sudeste. Então, esses números vêm sendo modificados; a ANP a partir desse ano
2886 muda o sistema de controle e vai ter um rastreamento melhor do óleo lubrificante
2887 usado. Então, nós talvez tenhamos alterações em relação a esses gráficos, mas
2888 alterações positivas que tragam esses números mais para a nossa realidade.
2889 Também um outro dado sobre a comercialização e a coleta que mostra os
2890 números de comercialização cresceram em todas as regiões, a região Sudeste um
2891 pouco menos, mas cresceu muito na região Centro-Oeste, Norte e Nordeste, mas
2892 também cresceu, acompanhou a quantidade de óleo coletado. Hoje existem
2893 empresas habilitadas em todos os Estados na coleta do óleo lubrificante usado. A
2894 Resolução, eu falei que o Ministério coordena um Grupo de Monitoramento
2895 Permanente, nesse grupo fazem parte representantes do IBAMA, da ANP,
2896 Ministério de Minas e Energia, da Sociedade Civil, Aprobac é desde a sua criação
2897 o representante neste grupo, do setor empresarial, do setor privado, Sindilurb,

2898 Sindirrefino, Sindicom, e Simepetro, representante de fabricantes, importadores e
2899 também dos refinadores, e também da Anamma e da ABEMA. O Ministério do
2900 Meio Ambiente até aproximadamente uns 4 anos atrás tinha um recurso para
2901 realização de oficinas, eu ouvi hoje aqui falar de várias pessoas que ocuparam
2902 essa tribuna da necessidade que nós temos de fortalecer Sisnama, eu diria que
2903 essa Resolução também é um exemplo de que isso é um passo importante, nós
2904 temos resoluções sobre qualidade ambiental aprovada por esse Conselho e
2905 muitas vezes nós vemos por parte de órgãos estaduais e municipais uma
2906 dificuldade de colocá-las em prática. Então, o Ministério do Meio Ambiente durante
2907 alguns anos apoiou a realização de oficinas de capacitação que ocorriam junto
2908 com as reuniões do GMP, do Grupo de Monitoramento Permanente, como aí a
2909 redução galopante dos recursos da União, principalmente para deslocamento de
2910 pessoas, o Ministério não pagava somente a participação dele, mas financiava o
2911 pagamento dos representantes da Anamma, da ABEMA e de ONGs, da ONG que
2912 é representante e no caso de algumas oficinas trazia para as reuniões também
2913 representantes de outros municípios próximos ao Município aonde estava se
2914 realizando, era uma estratégia muito interessante de realização, nós fazíamos um
2915 dia de mobilização junto as áreas de Governo e o setor empresarial na reunião
2916 fechada; no segundo dia a reunião do GMP; e no terceiro dia era essa oficina, mas
2917 com a queda dos recursos disponíveis no Ministério do Meio Ambiente para o
2918 financiamento foi toda esplanada, isso foi sinalizado também pelo Ministério de
2919 Minas e Energia, aconteceu com o IBAMA e com a ANP. As oficinas hoje ainda
2920 continuam sendo realizadas, mas principalmente com apoio do setor empresarial,
2921 com o apoio do Sindirrefino, do Sindicom, do Simepetro. O Ministério do Meio
2922 Ambiente não se envolve mais diretamente na organização, mas participa sempre
2923 que necessário e também gostaria aqui de deixar para os senhores, falta só um
2924 último slide sobre a fiscalização, que da dificuldade que hoje nós estamos
2925 enfrentando com esses cortes sucessivos de gastos de passagem também para
2926 realização das reuniões. A Resolução nos obriga a fazer quatro reuniões anuais
2927 ordinárias e no ano passado nós realizamos somente duas, e estamos tentando
2928 realizar somente duas nesse ano, porque não foi possível realizar as quatro
2929 previstas que envolvem um gasto de recursos que nós não dispúnhamos naquele
2930 momento. E o último slide, no ano passado foi identificado o não cumprimento da
2931 meta em alguns estados, algumas empresas também declararam a ANP que a
2932 quantidade recolhida e foram feitas ações fiscalizatórias e esse daí é o resultado
2933 da fiscalização. Então, foram autuadas pelos Órgãos Locais de Meio Ambiente e
2934 ANP, cinquenta e quatro empresas, perdão, esses são os dados referentes a
2935 2013, eu não os trouxe aqui no relatório do ano passado, não são dados do ano
2936 passado, são dados do ano de 2014 e 2013. Foram lavrados em 2013 autos no
2937 valor de quatorze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, sendo autuadas cinquenta
2938 e cinco empresas em 2014. Os autos lavrados em 2014 se referem a dezessete
2939 milhões, e cento e nove autos de infração foram lavrados em um total de trinta e
2940 um milhões trezentos e setenta e seis mil e cinquenta reais. Secretário, é essa a
2941 nossa apresentação, o relatório propriamente dito está no site do CONAMA para
2942 consulta e me coloco a disposição para qualquer pergunta que os senhores
2943 Conselheiros estiverem. Obrigada. *(Palmas!)*.

2944

2945

2946 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu que agradeço
2947 Zilda. Alguém quer falar alguma coisa? Por favor.

2948

2949

2950 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Boa tarde a todos. Meu nome é Gilberto
2951 Werneck, eu estou representando o IBAMA. Só para complementar essa parte da
2952 fiscalização, pela primeira vez nós estamos trazendo dados de fiscalização da
2953 aplicação da Resolução CONAMA 362. Então, pela primeira vez fabricantes e
2954 importadores de todos esses anos descumpriram a meta de coleta estipulada pelo
2955 Ministério de Minas e Energia, e pelo Ministério do Meio Ambiente, e o resultado
2956 disso foi consolidado no ano passado em 2015 e esses são os resultados, então,
2957 do que foi essa ação de fiscalização. Como a Zilda falou, apesar de estar no slide,
2958 essa foi uma ação somente do IBAMA de fiscalização. Então, esses trinta e um
2959 milhões foram aplicadas pela fiscalização do IBAMA em setenta e nove empresas,
2960 houve descumprimento também nesse ano. Então, é esperado que no próximo
2961 relatório também vai ter mais alguns anúncios de resultados de fiscalização, mas
2962 esse é um fato que nós não gostamos de vir apresentar. Então, se você for pensar
2963 que desde 93 até ano passado nunca houve descumprimento que o fabricante e
2964 portador da coleta do óleo, e somente no ano passado dados referentes 2013 e
2965 2014 veio apresentando uma queda na coleta, isso é preocupante. Então, gostaria
2966 de ressaltar isso, não é um resultado que gostemos de apresentar, mas em
2967 havendo o cumprimento, nós temos que vir aqui prestar contas ao senhores
2968 falando que estamos de olho e vamos aplicar mais multas enquanto houver esse
2969 descumprimento.

2970

2971

2972 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Então, Secretário e a
2973 diretora Zilda, como eu falei de manhã a questão do lixo no país precisa ser...,
2974 existe uma Lei, que é a 12305/2010 que tem que ser levada mais a sério, tem que
2975 ter mais empenho do Ministério do Meio Ambiente para aplicação dos princípios
2976 dessa questão dos resíduos sólidos, não apenas dos lubrificantes, que foi um
2977 grande avanço e parabenizo a iniciativa do Ministério, principalmente da Zilda, o
2978 empenho dela, mas é preciso também um empenho maior na questão da logística
2979 reversa, a discussão da logística reversa. Existe um estudo da CNI, eu estou
2980 vendo o Wanderley ali, que é muito produtivo nessa questão, muito esclarecedor e
2981 existe outros estudos aí, outras PECS que tem no Senado, na Câmara para
2982 discutir questões dos resíduos sólidos, mas dentro da concepção de CONAMA, eu
2983 também faço outro apelo para que nós já encaminhamos essa proposta de uma
2984 discussão de um seminário, uma conferência sobre a questão da logística reversa
2985 e também sobre para que avancemos, porque tem uma PEC-14, que foi entrada
2986 agora na Câmara dos Deputados para pedir prorrogação para os municípios além
2987 de 2020. Então, se já existe uma prorrogação para eles fazerem e executaram o
2988 aterro sanitário que já venceu, estão pedindo agora essa nova PEC para prorrogar
2989 para 2025, e os caras já estão pedindo agora. Então, nem esperaram chegar 2019

2990 para pedir, eles estão pedindo agora. Então, se nós do meio ambiente não
2991 tivermos uma preocupação e atuações mais firmes em relação ao lixo, ao resíduo
2992 sólido, que é a todo momento e que para completar Secretário, essa questão do
2993 resíduo sólido, principalmente os mais leves, são os que formam grandes ilhas
2994 marítimas e que milhões de espécies marinhas pensam que é alimento e não
2995 digerem, e isso é um problema seriíssimo. Então, nós vamos encaminhar, nós já
2996 encaminhamos para o Ministro hoje um trabalho, um estudo de uma rede
2997 reciclagem, nós vamos encaminhar um ofício a Vossa Senhoria para que estude
2998 mais com seriedade e mais empenho essa questão. Obrigado.

2999

3000

3001 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu agradeço dos
3002 Santos. Isso já foi registrado de fato de manhã, na sua fala pela manhã, nós
3003 estamos aguardando o seu documento, não é Zilda, já falamos com o Soavinski e
3004 vamos tratar isso aí.

3005

3006

3007 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Conselheira do MMA)** – Tadêu, nós
3008 temos conversado várias vezes sobre isso, não é a primeira vez que você pede a
3009 realização desse seminário, nós já fizemos um informe mais detalhado em 2014
3010 sobre a logística reversa. O Ministério do Meio Ambiente tem três obrigações
3011 centrais dentro da Política de Resíduos Sólidos, a primeira delas é a elaboração
3012 do plano, ele fez o plano, passou por todas as etapas e o plano não pode ser
3013 transformado em Decreto pela não apreciação pelo Conselho Nacional de Política
3014 Agrícola, que é coordenado pelo Ministério da Agricultura. Então, o Ministério
3015 cumpriu todas as suas etapas, audiências públicas, consulta pública, uma
3016 audiência nacional, cinco regionais, duas municipais voluntárias participou de suas
3017 etapas. A outra etapa que tem sido cumprida em que pese a dificuldade que todo
3018 o Governo Federal tem em relação a parte de sistemas de informação, é
3019 implementar o Sistema Nacional de Formação de Resíduos Sólidos, que é o
3020 SINIR, o Ministério tem um contrato de arquitetura da informação com a UNB,
3021 esse contrato apresentou problemas, foi solucionado e isso está andando, está
3022 andando até muito bem, nós devemos fazer um seminário interno ainda para
3023 aperfeiçoar o sistema para depois trazer um informe mais detalhado para esse
3024 Conselho até o final do ano. E o terceiro ponto de obrigação que o Ministério tem é
3025 a negociação da logística reversa. A lei trouxe uma forma de se fazer a logística
3026 reversa diferente daquela que vinha sendo praticada dentro desse Conselho, a lei
3027 fala e o Decreto fala que a possibilidade é: acordos setoriais, decreto com
3028 regulamentos expedido pelo poder público e termos de compromisso. Então,
3029 assim nós podemos planejar de preferencialmente colado em uma reunião do
3030 CONAMA que ficaria menos dispendioso para todos, mas o Ministério tem dado
3031 transparência e o site do Ministério, especificamente se pode entrar pelo Ministério
3032 ou pelo SINIR propriamente dito, lá eu tenho todos os documentos que foram
3033 gerados em toda a negociação da logística reversa, atas, estudos, textos de
3034 consulta, quantas consultas foram feitas, os relatórios de monitoramento, eles
3035 estão todos lá. E nós ainda, para finalizar a minha fala, quando a política foi

3036 aprovada o art. 33 dela tornava obrigatório algumas cadeias, naquela ocasião
3037 esse Conselho já vinha discutindo o que veio a política chamada de logística
3038 reversa as cadeias que seriam prioritárias. Ainda falta terminar a negociação com
3039 o setor de eletroeletrônicos e o setor de medicamentos. Após isso, existe uma
3040 previsão de pneus, de óleos lubrificantes usados e de semente de soja, de
3041 embalagens de semente de soja para que sejam construídos novos acordos
3042 setoriais. Nós poderemos chamar esse seminário, eu acho que isso é uma
3043 discussão que o Ministério ainda vai ter que pacificar, mas podemos sempre que
3044 necessário nos comprometermos a fazer o informe aqui, mas o Ministério tem
3045 colocado essas informações na Internet, e estou sempre à disposição como
3046 Conselheira e ainda mais eu tenho um respeito profundo, o José Pedro falava que
3047 esteve presente na primeira reunião do CONAMA, eu acho que a primeira eu não
3048 estive, mas eu estive na segunda, ou na terceira, em 87 eu já estava aqui, logo
3049 que entrei na Secretaria Especial de Meio Ambiente, eu tenho um respeito
3050 profundo por esse Conselho e me sentir e me sinto honrada de ser uma
3051 Conselheira representante do Ministério, para nós que militamos na área
3052 ambiental, isso é uma deferência muito especial está sentada aqui como um
3053 Conselheiro representante da instituição que nós atuamos, mas o Ministério vai
3054 avaliar isso como o Dr. Marcelo falou e nós sinalizamos na próxima reunião qual
3055 seria a solução mais apropriada para discutir a política refiro eras.

3056

3057

3058 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito bom Zilda, eu
3059 agradeço o esclarecimento, eu não tinha essa informação completa. Na verdade,
3060 você estava desde 1987, essa é a minha primeira reunião e o respeito que você
3061 tem pelo CONAMA foi a primeira coisa que o Ministro Sarney Filho fez ao
3062 reassumir, dá a ênfase necessária, falou isso para mim e falou para a Ana; a
3063 Ceicilene que está chegando agora para compor a equipe, e nós também vamos
3064 ter todo o respeito e me comprometo inclusive a participar de todas as reuniões
3065 em tempo integral. Só fazendo uma ponderação em cima da fala de vocês e do
3066 Gilberto. Na realidade, quando você tem indicadores que vão ficando ruins em
3067 função da queda de fiscalização, você tem uma relação direta, quer dizer, você
3068 aumenta..., o indicador fica ruim e você diminui recursos de fiscalização,
3069 obviamente você não está ali de olho, e a tendência é que você não consiga fazer
3070 cumprir as determinações legais, os atos e tal. Com relação a isso, eu como falei
3071 para o Everton mais cedo, depender do OGU, principalmente nos aspectos de
3072 capacitação, além de não ter condições de pagar hoje, o próprio funcionário do
3073 Ministério tem uma dificuldade obviamente de pagar via OGU, pessoal da
3074 associação, dos municípios e obviamente tem até menos condições do que o
3075 Governo Federal, mas diferente o que eu cheguei e estou debruçando sobre esse
3076 aspecto financeiro lá do Ministério, é nós termos algumas possibilidades Zilda,
3077 diferente de outros, por exemplo, eu vejo uma série de projetos, eu não vou falar o
3078 tema, porque são noventa e tantos projetos, mas têm projetos na área CRHU, tem
3079 projetos na área de clima e vários deles o mote principal é modernização de
3080 alguma coisa. Como que nós vamos falar em modernização de qualquer coisa
3081 sem o processo de capacitação, sem o processo de integração, sem o

3082 investimento em tecnologia até para a comunicação, seja por videoconferência,
3083 claro nós vamos ter municípios com dificuldade, mas nós temos condições de
3084 pegar boa parte desses municípios e provocar reuniões por videoconferência que
3085 são muito menos custosos. Além disso, a informação ativa via site, que você
3086 acabou de falar, é extremamente útil, mas se tivermos essa informação com mais
3087 velocidade se torna mais útil ainda, principalmente pelo que estou entendendo a
3088 questão ambiental, que é muito dinâmica. Então, ela se perde muito rapidamente.
3089 Então, a fiscalização especificamente é uma atividade típica. Então, é bastante
3090 complicado você terceirizar, ou financiar isso, é impossível. Mas em contrapartida,
3091 nós estamos buscando no caso do IBAMA inclusive um apoio do Fundo Amazônia
3092 para dar os instrumentos para que os fiscais atuem, seja nos custeios de
3093 helicópteros que estava sem pagar não sei quanto tempo, enfim, nós tentamos dar
3094 instrumento, hoje o fiscal vai a campo sem uma possibilidade de fazer o seu auto
3095 via (...), que é tão comum. Então, ele tem que voltar para a sua casa, digita os
3096 formulários, perde um tempo louco com relação a isso e isso tudo é
3097 modernização, se é modernização nós podemos a partir de um financiamento
3098 desse alocar dentro do projeto desse, você desonera o orçamento público, porque
3099 você vai parar de gastar isso, consegue fortalecer a fiscalização efetiva do que
3100 tem que ser feito para o servidor público, atividade específica e nós conseguimos
3101 dar o suporte sem onerar o orçamento, talvez seja esse o modelo melhor que nós
3102 vamos tentar implementar lá no Ministério, que diferente repito de outras
3103 possibilidades a ANP, nós estávamos lá dentro, que pese a ANP ter uma
3104 recomendação grande, boa parte disso vai para a reserva de contingência do
3105 tesouro, e não é realocado na atividade de custeio da própria ANP. Só que
3106 diferente do Ministério do Meio Ambiente, se não for por empréstimo internacional
3107 não tem nenhuma outra capitação de recurso, nós temos doções, temos recursos
3108 sem custo praticamente a não ser o custo de bem usado. Então, assim, nós
3109 entendendo melhor essa questão, eu acho que pode otimizar e retomar
3110 efetivamente o processo de capacitação e melhorar a fiscalização e melhorar
3111 esses indicadores. Ok. Bom, não tendo mais ninguém, a previsão era 18h00. Dr.
3112 Neilton, novamente eu agradeço, como eu falei para o senhor, eu fiquei muito
3113 impactado com a primeira palestra que o senhor fez e aquilo para mim foi
3114 definitivo para tentar nós correremos atrás do processo do Aedes lá no Ministério
3115 de Minas e Energia. Como eu falei para a Zilda, nós temos um Fórum que talvez
3116 no MMA não tenha, é um Fórum como esse para conseguirmos inclusive medir
3117 efetivamente quais são as ações, como o colega lá do Esporte, eu achei muito
3118 legal, enfim, nós estamos encerrando, nós nos vemos novamente no dia,
3119 repetindo, no dia 31 de agosto e no dia 01 de setembro, vai ser a próxima reunião
3120 do CONAMA; repetindo também que a previsão inicial era 21 de agosto, ou
3121 melhor, 24 de agosto, mas como a olimpíada termina no dia 21 de agosto, é óbvio
3122 que teremos uma série de dificuldades até de deslocamento. O encerramento das
3123 olimpíadas. Então, nós estamos marcando, confirmando para 31 de agosto a 123ª
3124 Reunião do CONAMA. Agradeço a todos. Muito obrigado. (*Palmas!*).